

REPORTER

**NÚMERO ESPECIAL
DE ANIVERSÁRIO**

Rio, dezembro de 1978 — número 12 — Cr\$ 10

AUTÔNOMO INDEPENDENTE

Descoberto plano que fabricou AI-5 em 68

GRUPO MILITAR

EXPLODIU

O ESTADO

DE S. PAULO"

**Envolvidos generais e o coronel Erasmo Dias
Oficial conta tudo nas p.3 a 7**

Silvio Santos

comprou

fiscais do

governo



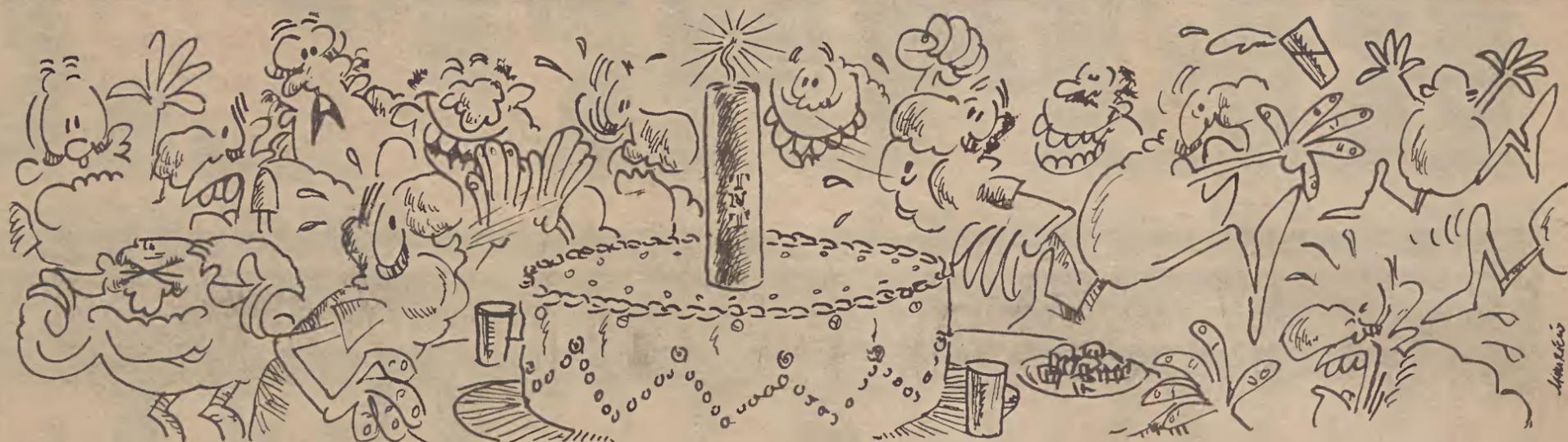
**POVO DA
BAIXADA TEM
MEDO DE VIRAR
PRESUNTO**

P. 9 a 12



P. 20 a 22





Enfim, o primeiro aniversário do **REPORTER**. Se fosse um botequim ou uma discoteca, tudo bem; mas no caso de um jornal nanico caçado pelas autoridades, um ano de vida merece outro só de comemoração. Quantos jornais e revistas vocês já viram surgir e desaparecer, na chamada imprensa alternativa? **Crítica, Politika, Jornal de Debates, Opinião, Rolling Stones, Bagaço, Pingente**. Tudo isso nasceu e lutou pra conquistar um pedaço do mercado, e acabou não conseguindo, na maior parte dos casos por razões políticas.

Se a gente vai ver na grande imprensa, a situação não é das melhores também. Onde foram parar **Realidade, O Cruzeiro, Intervalo, Diário de Notícias, O Jornal, Correio da Manhã**? Uma triste constatação: o mercado jornalístico brasileiro sofreu demais com o surgimento da televisão global e com o regime militar que agora prenuncia seu fim. Por isto é motivo de grande festa o primeiro aniversário, seja de **Em Tempo**, seja o nosso. É um excelente sintoma o fato

de jornais nanicos fazerem anos em condições estáveis — apesar das bombas na sucursal mineira do **Em Tempo** e do inquérito do **REPORTER** na Justiça Militar. Isso significa, na pior das hipóteses, que não há mais condições para esmagar pura e simplesmente a imprensa como o governo Médici fez com **Opinião, Jornal de Debates** e outros.

O primeiro aniversário na imprensa alternativa é, mais que a comemoração, a confirmação de que existe um forte contingente de leitores enjoados da informação pasteurizada da grande imprensa. A prova mais concreta disto foram os resultados das últimas eleições, plenamente satisfatórios para os candidatos apoiados pelos jornais e revistas nanicos de todo o país. Modesto da Silveira no Rio, Aurélio Peres em São Paulo, Jarbas Vasconcelos em Pernambuco, Elquisson Soares na Bahia, e outros.

Esta edição é de comemoração. Tem mais quatro páginas pelo mesmo preço e a mesma garra de sempre.



REPORTER

REPORTERES/EDITORES — Luiz Alberto Bettencourt, Luiz Augusto Gollo, Chico Júnior, Alex Solnik (São Paulo), Analuce Estrela (Arte)
SECRETÁRIO DE REDAÇÃO — Toninho Martins Vaz
REPORTAGEM — Tim Lopes, Eduardo Homem (Recife), Marcos Dantas, Clarice Niskier, Tânia Celidônio, Raquel Moreno, João de Barros, Rivaldo Chinen, Bernardo Pelegri, Vera Lúcia Dias.
CORRESPONDENTES — Paulo D'Alcântara (Paris) e Cristina Duarte (Milão)
FOTOGRAFIA — Hélio Campos Mello, Camila Butcher, Jesus Carlos, Juca Martins, Eliana Pastore, João Bittar, Wagner Avancini, Lula Feijó, Chiquito Chaves, Luz Bittar, Custódio Coimbra, Leonardo Neri, Nair Benedicto, Amancio Chioldi.

ILUSTRAÇÃO — Jaime Leão, Angelli, Jota, Aley, Guidacci, Maurício Veneza
ARTE — Pipsi, Maurício Veneza
PUBLICIDADE — Carlos Roberto Zanello de Aguiar
REPORTER Autônomo Independente — Uma publicação da Margem Editoria e Programação Gráfica Ltda. Rua Miguel Couto, 134/11º andar. Rio de Janeiro.
São Paulo: Rua Jaguaribe, 25/3º andar, conjunto 31. Telefone: 222-3103.
Distribuição — Fernando Chinaglia S.A. Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro.

Impressão e composição — Editora Mory, Rua do Resende, 65. Telefone: 263-7002. Rio de Janeiro.

REPORTER
 integra
 o Comitê da
 Imprensa
 Independente



Registro Civil das Pessoas Jurídicas n.º 2868

EDIÇÃO
DE
SÁBADO



jornal da tarde
O ESTADO DE S. PAULO

NCr\$ 0,25

Sábado, 20 de abril de 1968 Número 707 Ano 3

UMA BOMBA NESTE JORNAL

Na redação do "Jornal da Tarde", que funciona no quinto andar, dezoito jornalistas trabalhavam no fechamento da edição. Se tivessem terminado um minutó antes, muitos deles estariam provavelmente mortos. A bomba explodiu às três e seis da madrugada. No andar térreo, onde foi deixada a bomba, só havia um homem: o porteiro, que agora está no hospital.



O Jornal da Tarde, edição vespertina do Estado de São Paulo de sábado, dia 20 de abril, mostrava os efeitos da explosão.

GRUPO MILITAR FABRICA AÇÃO PRA PROVOCAR AI-5

Oficial do Exército Brasileiro que participou do atentado a bomba contra o jornal O Estado de São Paulo na madrugada do dia 20 de abril de 1968 corrige a História e revela, em depoimento exclusivo ao REPORTER, os verdadeiros autores da operação: a bomba — a mais forte das 31 que explodiram naquele ano — foi colocada por ordem do Estado Maior do II Exército e por um comando civil que o oficial não chegou a conhecer.

Em abril de 1968 o chefe do Estado Maior era o general de 2 estrelas Carlos de Assunção Cardoso e o comandante do II Exército era o general Sizen Sarmento sendo que, no dia da explosão, já tinham sido indicados como seus substitutos respectivamente os generais Aluisio Guedes Pereira e Manoel Carvalho Lisboa.

Segundo o oficial explicou, "o objetivo da ação era criar um clima de instabilidade

política no país, atribuindo operações de guerrilha urbana aos comunistas pra justificar depois o endurecimento do regime político e o Ato Institucional número 5 — que acabou saindo mesmo em dezembro de 68. O grupo militar que montou a operação — conta o oficial — achava Costa e Silva, presidente da República na época "muito frouxo" para enfrentar os comunistas e queria, de qualquer maneira, medidas

mais duras. Por isso fabricou o atentado.

O esquema da ação contra O Estado incluía, além de militares, policiais e civis, à semelhança do que acontece com os grupos da Operação Bandeirantes e do Comando de Defesa Interna (CODI), órgãos policiais de repressão política.

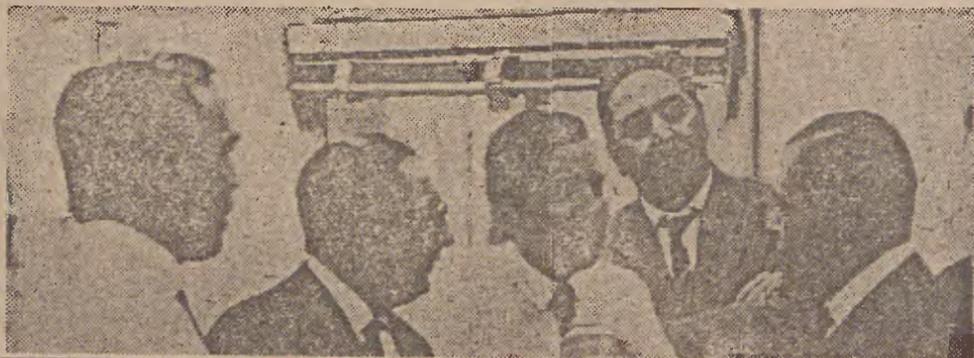
A bomba feriu uma pessoa com gravidade, arrebentou o andar térreo do prédio do

jornal e quebrou vidros de edifícios a 500 metros do local. O barulho da explosão foi ouvido num raio de 2 quilômetros. Quatro dias antes havia explodido outra bomba no consulado americano em São Paulo e alguns dias depois uma outra atingiu o próprio quartel do II Exército. A polícia não descobriu nada sobre o que aconteceu. Leia agora, nas páginas seguintes, toda a verdade sobre a operação.

a Aleixo acusa trama

ga

ir, o jornal sovie-
a seguinte cita-
"O problema so-
penas a burguesia
socialista. Nada
io. E' por isso
transformação na
alista, ou o me-



"A repetição dos atentados terroristas demonstra que existe planejada uma atuação subversiva, cujos objetivos podem ser facilmente identificados: a derrubada do governo e a possível substituição do regime político, social e econômico existentes" — declarou, ontem, em Brasília, o vice-presidente da República, Pedro Aleixo, ao comentar o atentado de que foi vítima "O Estado de S. Paulo".

Para o vice-presidente da República, para que o movimento acima assinalado possa "alcançar os objetivos visados, naturalmente concorrem quantos estejam,

23-4-68: vice-presidente Pedro Aleixo diz ao "Estado de São Paulo" que atentados fazem parte de um plano pra derrubar o governo.

HOUVE MESMO TRAMA CONTRA COSTA E SILVA

Plano do grupo era criar clima de insegurança, derrubar Costa e Silva e endurecer regime. Leia abaixo o impressionante relato do militar da Artilharia que jogou a bomba no "Estado":

**1 "Erasmão Dias,
meu chefe,
foi quem me
conduziu a entrar
na operação"**

— Em 68, sempre naquela vontade de participar ativamente e não me omitir, eu estava contra o Costa e Silva, achava que o governo era tremendamente corrupto, que a subversão estava aumentando e a evolução do meu pensamento até aquela época não me deixava analisar este problema mais profundamente: eu era contra a corrupção, contra a subversão e pronto.

No início daquele ano, eu estava servindo em Santos, no 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, o 6º GeACOSM, chefiado pelo hoje coronel Antonio Erasmo Dias. Lá pelas tantas, Erasmo me chamou, falando a respeito de uma ação repressiva, que requeria a experiência de homens como eu. Ele então, como meu superior hierárquico, me conduziu a participar da operação: deu a ordem de deslocamento para São Paulo (capital), indicando que aguardasse lá o contato para iniciar o trabalho.

Já na capital, tomei conhecimento do plano através do articulador militar da operação.

Depois eu percebi que ela tinha também uma chefia civil, que eu, porém, nunca cheguei a conhecer. O plano era o seguinte: na época se pensava que o país precisava de um Ato Institucional — que viria a ser o Ato Institucional nº 5 —, o Costa e Silva era fraco, estava levando o país à desgraça, à subversão; era preciso encontrar um pretexto que justificasse medidas mais fortes. Aquela época *O Estado de São Paulo* era o jornal que mais atacava a subversão, era profundamente anti-comunista, então a idéia era fazer um ataque de bomba ao *Estado de São Paulo* e atribuir a culpa aos comunistas. Todo mundo acreditaria nisso porque seria verossímil que os comunistas procurassem se vingar do jornal.

Fizemos a operação de madrugada e, no dia seguinte, abrimos os jornais e tava lá em manchetes: **Comunistas jogam bomba no Estado de São Paulo**. Na verdade, a operação toda tinha sido montada pelo Estado Maior do II Exército em São Paulo com o objetivo de, exagerando a ameaça dos comunistas, justificar um novo surto revolucionário, endurecendo o regime político. A idéia final era afastar o Costa e Silva e, através de um Ato Institucional, criar condições pra que esse tipo de pensamento fosse concretizado. Ou seja, pra que, com o Costa e Silva derrubado, se abrisse caminho a um tipo de governo mais duro do que ele vinha fazendo.

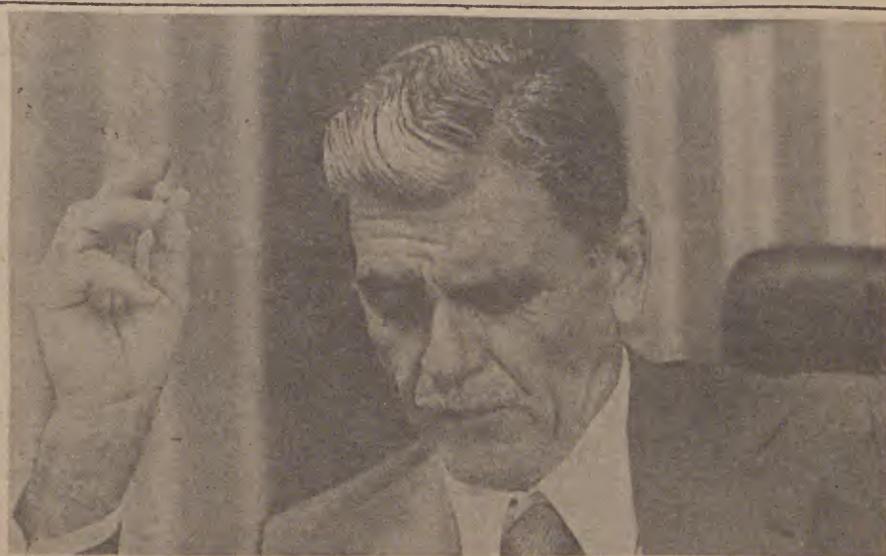


Foto Hélio Campos Melo

— Chefe da Seção do Serviço Militar da 2ª Região Militar - São Paulo - 1962

6.2.2 - COMO TENENTE CORONEL

— Oficial de Informações (Chefe da 2ª Seção), do Quartel General da Guarnição de Santos - 1965/68

— Comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado - Praia Grande-SP - 1968/71

COMO CORONEL

Currículo oficial confirma: Erasmo comandou o 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado em 1968

Coronel odeia comunistas

— *Comunista eu mato!*

O coronel Erasmo Dias cansou de dizer isso, apesar de ser proibido, pela Constituição, matar alguém, nem que seja comunista. Ele é "revolucionário de primeira hora", como se diz. Quando o golpe estourou em 64, ele era comandante da 3ª Bateria de Obuses de Costa, em Guarujá, ao lado de Santos, onde viveu muitos anos (nasceu em Paraguassu, interior de São Paulo).

Deve ter feito muita coisa em 1964: em 25 de dezembro desse ano foi promovido, por merecimento, a tenente-coronel. No ano seguinte passou a Oficial de Informações do Quartel General da Guarnição de Santos. De 68 a 71 comandou o 6º

Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, da Praia Grande, ao lado de Santos.

Foi reprimir guerrilha no Vale da Ribeira, contra Carlos Lamarca. Reprimiu o congresso estudantil de Ibiúna. Sob suas ordens ficou preso, no Forte Itaipú, em Santos, um dos líderes estudantis, Luis Travassos. Já em 25 de dezembro de 1969, novamente por merecimento, Erasmo Dias subiu a coronel. Foi chefe do Estado Maior do Comando de Artilharia, Chefe da 4ª Seção (Logística) e Chefe do Estado Maior da 2ª Região Militar. E em 1974 tornou-se Secretário da Segurança Pública de São Paulo.

2 "Eram 6 grupos de 5 pessoas comandadas por um coronel reformado"

Sobre a operação militar para jogar a bomba no **Estadão**, o relato do oficial ao REPORTER foi o seguinte:

— A operação foi planejada pelo Estado Maior do II Exército — certamente em conjunto com um comando civil embora isso eu não possa garantir — que designou um oficial para articular todos os contatos necessários. Esse articulador foi um coronel da Intendência, que aliás, era dono da fábrica que fornecia os cantis do II Exército. O coronel escolheu os nomes dos participantes da operação e os submeteu ao comando militar da ação que deu luz verde para que os quartéis nos quais serviam os escolhidos fossem consultados.

Quando todo mundo que ia fazer o trabalho já estava em São Paulo, o coronel reuniu todo mundo. Eram cerca de 30 pessoas, divididas depois em cerca de 6 grupos, com tarefas específicas. Quando nos reunimos, pude perceber que a operação seria realizada por um esquema semelhante ao DOL-CODI (Departamento de Operações Internas — Comando de Defesa Interna): ela incluía, além de oficiais do Exército, civis e policiais. Teve-se o cuidado de levar apenas pessoas que não se conhecessem; eu, por exemplo, não conhecia nenhuma das 30 pessoas que estavam lá.

Nesse primeiro e único encontro geral, o coronel falou bastante, explicando quem

estava por trás da operação e quais as suas razões. Ele nos disse que o "nosso amparo" era o Estado Maior do II Exército, pintou um quadro da situação do país, destacando a corrupção generalizada, as dívidas do Costa e Silva com o Ademar de Barros e o crescimento da subversão. E concluiu dizendo que era preciso fazer algo que aparentasse que a esquerda tinha muita força, que era uma ameaça ao país. Isso serviria para justificar o que nós queríamos: um novo surto revolucionário, uma revolução dentro da Revolução pra endurecer o regime. Ele foi muito claro, disse tudo abertamente, sem rodeios. Disse quem nos apoiava e nos explicou os motivos da ação. Aquilo nos deu o arcabouço moral de que precisávamos.

As 5 pessoas do meu grupo se reuniram no dia da ação, mais ou menos às 8 horas da noite. A operação toda acabaria lá pelas 2 da manhã. Quando nos reunimos, recebemos o material que ia ser usado: cordel detonante, com todo o mecanismo elétrico de detonação e uma pequena carga de dinamite. A idéia não era destruir as instalações do jornal mas criar um impacto político e psicológico que provasse o perigo que os comunistas representavam.

Depois de conversarmos, saímos todos num Chevrolet antigo e passamos várias vezes em frente ao jornal para fazermos um reconhecimento da área. Para fazer isso, alguns de nós saíam do carro, verificavam a situação, viam o movimento de pessoas etc. Quando escolhemos o lugar e a hora, fomos montar o material num outro local, que eu não sei onde foi porque não conhecia bem a capital.

Com tudo pronto, voltamos no carro e ainda passamos outras vezes pela frente do jornal. No momento certo, saímos do carro com a seguinte combinação: apenas o motorista ficaria com o carro na saída, os outros seguiriam seus caminhos, cada um pro seu lado. Foi o que aconteceu. Fomos lá, colocamos o dispositivo e nos separamos. Eu saí andando a pé normalmente e parei pra beber um café num botequim próximo. Eu queria ver o resultado do negócio. Quando a bomba explodiu, meia hora depois, deixei o botequim, peguei um táxi, fui pra Rodoviária e peguei outro táxi, daqueles que fazem a ligação de São Paulo com Santos.

Alguns dias depois, eu vi o tal coronel, que articulou a parte militar da operação, lá no 6º GeACOSM. O que se dizia é que ele estava preso mas, na verdade, a sua falsa prisão tinha apenas o objetivo de retirá-lo um pouco de circulação para sua própria proteção.

É isso. Os homens que participam desse tipo de operação, que estão lá na linha de frente, normalmente nem perguntam quem está chefiando, pra que que serve, eles tão é envolvidos com a ação. Só depois é que vão parar pra pensar um pouco, avaliar alguma coisa, considerar as conseqüências.

Depois, tempos depois, eu fiz outras considerações. Eu vi que uma operação como esta requer alta dose de irresponsabilidade funcional, é preciso montá-la de tal forma que nada seja escrito, nenhum registro seja feito — quando cheguei ao quartel, eu tentei fazer uma espécie de relatório mas o próprio Erasmo disse pra não escrever nada — e que as pessoas que dela participam não se conheçam.

Polícia vigiava jornal mas saiu bem na hora da bomba explodir

No prédio de 6 andares do jornal O Estado de São Paulo (hoje ocupado pelo Diário Popular), foram contadas 106 vidraças quebradas. A bomba foi colocada junto à coluna da entrada da rua Martins Fontes. O funcionário que estava na portaria ficou bastante ferido, foi para o hospital. Mais de cem pessoas trabalhavam no prédio às 3 e 5, hora do estrondo.

No andar térreo, a bomba arremessou a porta de aço até à porta oposta, quinze metros distante. As colunas de mármore ficaram trincadas, os tubos de lâmpadas fluorescentes caíram no chão, uma parte do forro rompeu-se. O saguão ficou em escombros. No local em que a bomba foi colocada formou-se uma cratera. Lojas das ruas próximas como Martins Fontes, Consolação, Braúlio Gomes, São Luis e Dom José Gaspar foram atingidas. Vitruvianas quebradas, telhas arrebatadas, portas arrancadas, até os tacos de um assoalho a bomba arrancou. Quebraram-se vidros da Biblioteca Municipal, quase em frente ao Estado.

"Trata-se do petardo de maior potência utilizado em atentados dessa natureza até o momento" disse, no dia seguinte, Antônio Carlos Villanova, diretor do Departamento Nacional de Criminalística. O presidente Costa e Silva reuniu-se imediatamente com o governador de São Paulo, Abreu Sodré, no Palácio das Laranjeiras, mais o chefe da Casa Militar, general Jaime Portela e da Casa Civil, Rondon Pacheco.

O Jornal da Tarde do dia seguinte conta que durante todo o dia da explosão ficou parada perto do Estado uma radiopatrulha. Justo na hora da explosão, deslocou-se para a avenida Nove de Julho, "a chamado" disseram os guardas.

— Parece que o Dops previa alguma coisa. Mandaram que ficassemos atentos, disse ao Jornal da Tarde o policial Jacir Schiavetti.

Em 68, todo dia tinha atentado; foram 31 só em S. Paulo

1968 foi o ano das bombas. Só em São Paulo explodiram 31, de todos os tamanhos, além das que foram colocadas e não detonaram. Bombas em consulados, escolas, igrejas, quartéis, lojas. Ninguém estranhava mais quando dava no jornal: ontem mais duas bombas. Apareciam vítimas: Orlando Lovecchio Filho perdeu um pedaço da perna dia 19 de março, explosão no Consulado Americano.

A onda de explosões começou antes da posse de Costa e Silva. Ainda em Julho de 1966, ele, já presidente nomeado mais ainda não empossado, se descesse no aeroporto de Recife ia "explodir". Desconfiado, foi de carro. Essa bomba matou quatro pessoas. Nesse mesmo dia, também no Recife, outras duas

bombas: na União dos Estudantes de Pernambuco e no prédio do USIS, órgão norte-americano de "ajuda" internacional.

Um mês depois, nova bomba, na cidade de Santos, dentro de um cinema: às dez da noite, durante exibição de Branca de Neve e os Sete Anões. Sem vítimas. Um estudante foi preso com livro de Mao debaixo do braço: chamava-se Marcos Duffles.

Ainda em agosto de 66, dia 26, Curitiba: durante a peça Ratos e Homens no Teatro Guaíra, outra bomba. Daí em diante, os fatos foram os seguintes:

Setembro de 66: cinco pequenas bombas explodem no salão nobre e no pátio da Faculdade de Direito de São Paulo: atos desse tipo eram de

responsabilidade dos grupos de direita, também chamados CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

O palácio do governo de São Paulo levou uma bomba dia 13 de setembro: foi no portão dos fundos, mas explodiu.

Janeiro de 1967: explode o gásômetro de Santos. Feridos são 245, nenhum morto. O serviço Secreto do Exército suspeita de sabotagem.

Dia 2 de agosto outro órgão norte-americano de "ajuda" leva bomba: o prédio do Peace Corps, no Rio de Janeiro. Um contínuo sai ferido.

1968: a primeira bomba, em março, no consulado americano de São Paulo; dia 15 de abril, bomba na sede do II Exército da rua Conselheiro Crispiniano; dia 16,

bomba num colégio do interior de São Paulo, Piraçununga; dia 20 a bomba no Estado de São Paulo; dia 24 no consulado francês, tudo em São Paulo. Dia 25 de junho, nova bomba no II Exército, agora na sede nova, rua Manoel da Nóbrega.

Dia 31 de junho, pequena bomba explodiu na Lapa; dia 8 de julho explodiram quatro em São Paulo; dia 12 mais duas; 18 de agosto mais três bombas em São Paulo. Em setembro, dia 27, três bombas no Rio. Outubro, 14: outra no Rio, uma em Fortaleza. Outubro, 18, duas em Belo Horizonte; dia 26, uma em São Paulo.

Mais seis bombas ainda em 1968, todas no Rio: duas dia 7 de novembro, duas dia 2 e duas dia 7 de dezembro.



General Sizen Sarmento

Foto João Bittar

A operação militar contra O Estado de S.Paulo foi realizada exatamente na época em que o comando do II Exército estava sendo mudado. O novo comandante, general Manuel Carvalho Lisboa, já tinha sido nomeado para substituir Sizen Sarmento mas ainda não tinha assumido seu posto. Da mesma forma, a chefia do Estado Maior ainda era ocupada pelo general Carlos Assunção Cardoso que seria, dias mais tarde, substituído pelo general Aluisio Guedes. É difícil, portanto, indicar o nome dos oficiais, membros do Estado Maior, que promoveram o atentado: o momento da ação parece ter sido escolhido a dedo para dificultar a identificação de seus autores.



General Carlos de Assunção Cardoso

EXÉRCITO FOI USADO PELO GRUPO

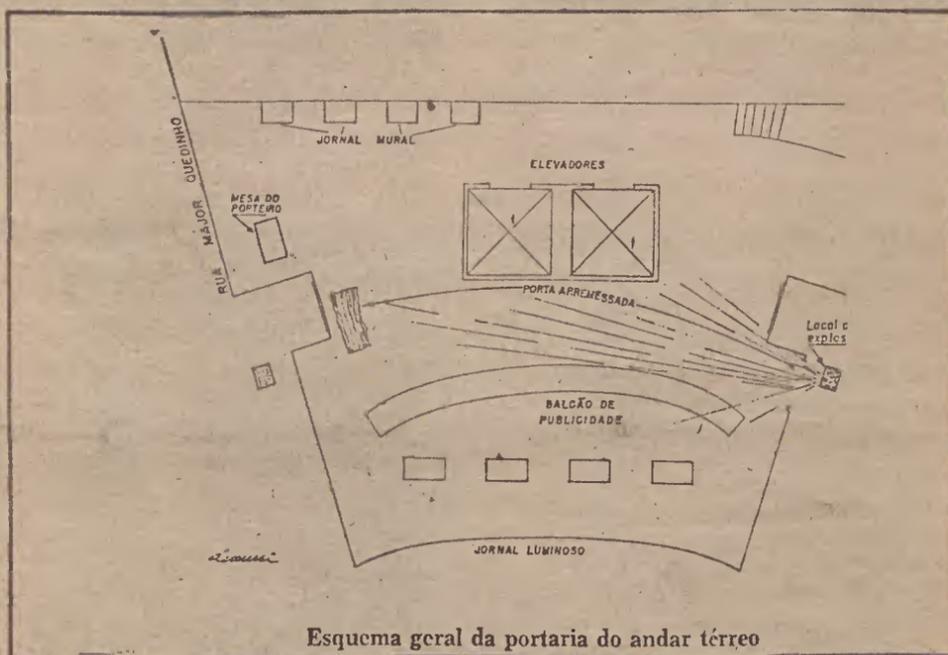
Segundo admite o próprio oficial que participou da operação, e agora dá seu depoimento ela comprova que:

1 — O AI-5 foi fabricado pela direita militar e civil. O clima de instabilidade política do ano de 68 com as mobilizações estudantis e populares nas principais capitais do país, foi propositalmente exagerado por esta e outras operações de provocação. O objetivo era exagerar o perigo da "subversão comunista" para justificar medidas de endurecimento do regime e até o afastamento do general Costa e Silva, cuja conduta não mais satisfazia a linha dura militar. É bom lem-

brar que este plano deu certo porque, em dezembro de 68, saiu o Ato 5;

2 — Foram envolvidos no plano de provocação e fabricação do AI-5 altas patentes militares (todo o Estado Maior do II Exército, por exemplo) além de personalidades civis. A divulgação de que a bomba foi jogada pelos comunistas pressupõe uma articulação também a nível civil, que o próprio participante da operação admite que exista, embora não possa identificá-la;

3 — O Exército Brasileiro foi usado, em atividades policiais, por grupos militares e civis que o manobram segundo suas próprias conveniências políticas.



Esquema geral da portaria do andar térreo

No dia 23 de abril, o Estado publicou um gráfico mostrando onde a bomba foi colocada.

Costa debate atentado ao Extremistas são culpados

Polícia não descobre terroristas

Atentado que repugna

A desorientação do noticiário sobre os responsáveis pelo atentado, as declarações controvertidas da polícia e a afirmação do coronel Florimar Campello, na época chefe da Polícia Federal, segundo o qual o ato fazia parte de "um plano comunista", mostram que o entrevistado do REPORTER tem razão: houve também um comando civil na operação, encarregado de divulgar pela imprensa uma versão falsa do ocorrido e de sabotar as investigações. O general Carvalho Lisboa, novo comandante do II Exército, também culpou os "extremistas de esquerda" (foto abaixo)

Nesta mesma página, está a relação completa dos prejuízos materiais sofridos pelo "Estado", que...

...ente enterrada. Arrancou uma persiana de ferro...



GOVERNADOR: FORAM OS COMUNISTAS

"A repetição dos atentados terroristas demonstra que existe planejada uma atuação subversiva, cujos objetivos podem ser facilmente identificados: a derrubada do governo e a possível substituição do regime político, social e econômico existentes" foi o que disse Pedro Aleixo, vice-presidente da República, ao **Estado de São Paulo** dois dias depois da bomba no jornal. Também na edição de 23 de abril, o jornal diz que o presidente da República mandou investigar pessoalmente os atentados terroristas:

"Por determinação direta do presidente Costa e Silva, todos os órgãos de segurança estão mobilizados no sentido de descobrir quem são os terroristas de São Paulo, particularmente os da madrugada de sábado contra o *Estado*. Embora acreditem de início que os atentados façam parte de um plano global de terrorismo e que seus mentores pertençam a facções de extrema esquerda, as autoridades admitem também que haja grupos de extrema direita interessados na implantação de um clima de insegurança no país."

Não adiantou essa vontade toda. Nunca se descobriu, nem na época, nem depois, quem jogou essas bombas. De vez em quando a polícia prendia alguém, depois soltava. Havia muitos suspeitos. O maior deles foi Sábado Dinotos, um homem muito estranho cujo nome aparecia escrito em bancos de ônibus; ele era conhecido por falar em discos voadores e interpretar profecias de Nostradamus.

De repente, Sábado Dinotos é preso e confessa a autoria, com seu bando, da explosão de 13 das 31 bombas de São Paulo. Seus depoimentos às vezes são levados a sério, outras não. Ele chega a declarar (e isso sai em todos os jornais) que fez os atentados por ordem do general Jaime Portela, chefe do gabinete militar de Costa e Silva. Mas isso não abala ninguém.

"Não tenho dúvidas de que esse atentado faz parte do plano nacional de terrorismo e foi o maior de todos" disse em 1968, o general Silvío Corrêa de Andrade, chefe da Polícia Federal,

em São Paulo, sobre a bomba no "Estado". O governador da época, Abreu Sodré, já no dia seguinte à explosão garantiu: "o governo fará dura repressão àqueles que não sabem ou não querem viver numa sociedade livre". Dias depois Sodré disse quem eram os principais suspeitos do atentado: na sua opinião, grupos de esquerda, pois a direita "não está

organizada para isso". O comandante do II Exército, empossado dia 7 de maio, general Carvalho Lisboa também garantiu aos jornais que a bomba foi jogada por "grupos extremistas de esquerda", admitindo a hipótese, em segundo plano, de ter sido uma "minoridade de direita, interessada na perturbação da ordem pública."

Dia 30 de abril de 1968, o "Estado"



Agência "Estado"



Foto Hélio Campos Melo

Abreu Sodré: "a direita não tem organização pra fazer isso"



Foto Luiz Pinto

Costa e Silva mandou investigar bombas

disse que havia um radical de direita preso, mas ninguém sabia seu nome nem se falou nele mais depois disso:

"O delegado regional do DPF, general Silvío Corrêa de Andrade, anunciou ontem que há duas pessoas detidas como suspeitas de estarem implicadas nas explosões de bombas ocorridas ultimamente em São Paulo. A autoridade negou-se a revelar a identidade dos indivíduos. Soube-se apenas que um deles é elemento ativo da direita radical."

Dentro da própria polícia se discutia se foi a esquerda ou a direita. O general Silvío era dos que tinha mais certeza e sua opinião era muito parecida com a do governador Sodré:

— Não creio na existência de grupos de direita organizados, neste país.

Havia policiais, porém, dando aos jornais outras opiniões, sem se identificar, como essa publicada no "Jornal da Tarde" em abril de 1968:

— A agitação no meio estudantil e os atentados com bombas são uma maneira de colocar o governo em situação difícil, obrigando-o a endurecer o regime. Isso fatalmente prejudicaria sua imagem perante o povo, que passaria a ver com simpatia qualquer atitude que um governo direitista venha a tomar. As circunstâncias em que se verificaram os atentados parecem ser uma evidência de que o terrorismo é de direita.

O recém-empossado comandante do II Exército, general Carvalho Lisboa, disse aos jornalistas, em junho de 1968, quem eram os responsáveis pelas bombas e o que achava disso tudo. Perguntaram os jornalistas a respeito da bomba que havia explodido no próprio quartel do II Exército:

— General, isso é um ato isolado?

— Eu tenho a impressão que não.

Eu tinha a impressão que isso viria de qualquer jeito, é parte de um tumor que está para estourar. Isso já estava preparado e, olhe bem, nós já sabíamos disso. São os elementos teleguiados, os decaídos da Revolução, que têm tido instruções nos campos de Cuba e China.

SUCESSO TOTAL: GAMA ANUNCIA ATO



Dia 13, Gama e Silva na tv

"Ninguém pode contestar que a Revolução de março de 1964 trouxe indiscutíveis benefícios morais e materiais ao Brasil. Todavia, muitos não a quiseram compreender e, pouco a pouco, as forças adversas, através dos mais variados processos e dos mais diversos comportamentos, iniciaram movimentos de agitação, de subversão, comprometendo a ordem política e social, gerando intranquilidade. Nesses últimos meses as agitações se ampliaram, a guerra revolucionária se iniciou."

Este é um trecho do documento que o ministro da Justiça, Gama e Silva, leu para todo o Brasil, pela Agência

Nacional, às 11 horas da noite de 13 de dezembro de 1968 anunciando que o governo tinha decretado o AI-5. Ele podia, agora, fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, interferir na administração dos Estados, decretar estado de sítio no país, demitir ou reformar oficiais etc. O último pretexto para o Ato foi a recusa da Câmara dos Deputados em dar licença para processar o deputado Marcio Moreira Alves cujos discursos irritaram os militares.

Segundo comentários publicados nos jornais da época, o presidente Costa e Silva assinou o Ato a contragosto e só o fez quando viu que ele viria "com

ou sem ele". Ele verificou então — é o que se comentou — que a única maneira de unir as Forças Armadas era assiná-lo mesmo.

Já no dia seguinte vieram os primeiros resultados da vitoriosa operação de arrocho: eram presos no Rio o marechal Cordeiro de Farias, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Darcy Ribeiro, Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar, Enio Silveira, Helio Fernandes, Joel Silveira, Renato Archer e muitos, muitos mais em todo o país.

Reportagem de

Luiz Alberto Bettencourt

Pesquisa de Alex Solnik

Telefone dos jornalistas tinha extensão clandestina



Mauro Rossi: é fácil fazer censura telefônica

Foto Amancio Chiofi

Fios brancos foram encontrados numa das caixas de telefone da Câmara Municipal de São Paulo. Funcionários explicaram que os fios eram da tv-interna. Mas a tv não funciona há dois anos e os fios continuam ligados.

Que havia fios estranhos na caixa de telefone, havia. Foram descobertos pelo funcionário da Telesp Jairo de Souza Borges, chamado para atender um telefone quebrado da Sala de Imprensa da Câmara Municipal de São Paulo. Eram mais de sete da noite do dia 19 de outubro passado.

Estavam com o funcionário alguns jornalistas, como Floriano Bastos, dos *Diários* e Luciano Costa, das *Folhas*. Jairo viu dois fios brancos no meio de todos aqueles fios marrons. Desligou os fios e então o telefone 345-796 voltou a funcionar.

Qual foi o defeito? "Linha aberta", explica Jairo, "havia fios cortados na ligação. Pode ser que haja algum chaveamento."

— Você pode saber para onde se dirigem os fios? perguntaram os jornalistas.

Jairo só podia ver que os fios brancos entravam numa tubulação. Também sabia — porque antes de sair para o conserto recebeu as especificações do telefone na Telesp — que o 345-796 não tinha extensão, pelo menos do conhecimento da Telefônica.

Pegou o *badisco* (telefone que é só o gancho, ligado por *Jacarés* ao fio telefônico) e ouviu o som que vinha pelo fio. Era o som ambiente da Câmara Municipal. Ouviu também algumas vozes.

A sala de som da Câmara tem uma grande janela para o plenário. Os jornalistas foram até lá, desconfiados de que era de lá que vinha o som ouvido por Jairo no *badisco*. E era realmente. Numa das cabines da sala de som, o mesmo cubículo onde se encontra o relógio de quartzo que dá a hora certa para toda a Câmara, saíram do canto dois fios brancos ligados a uma chave.

Rapidamente o presidente da Câmara convocou uma sindicância para apurar os fatos. O próprio presidente, Roberto Cardoso Alves nomeou a comissão: vereador Almir Guimarães (de seu grupo político), o advogado Edson Ravena (de seu gabinete) e Floriano Bastos, presidente da Associação dos Jornalistas da Câmara. As reuniões se deram no oitavo andar, numa grande sala onde havia outros funcionários da Câmara trabalhando, principalmente envelopando naquela época de eleições.

Pelos primeiros depoimentos, do pessoal da Sala de Som, a explicação para os fios era: os fios brancos foram ligados para facilitar a transmissão do noticiário da Assembléia Legislativa, no tempo em que havia um sistema de tv-interna na Câmara, já fora de uso. Quer dizer: o sistema de tv parou mas a ligação continuou

instalada. O defeito apareceu naquele dia porque a chave, instalada no terminal dos fios, na Sala de Som, estava na posição que emudecia o telefone da Sala de Imprensa.

A chave tinha duas posições: uma delas parava o telefone da Sala de Imprensa, que era quando, segundo esses depoimentos, o jornalista transmitia notícia da Assembléia. Isso era gravado e transmitido, mais tarde, pela tv-interna. O gravador ficava ao lado da cabine, improvisado numa mesa.

Orpheu Pardini, chefe da Sala de Som explicou à comissão como eram as transmissões:

— Na hora que o Araripe (jornalista que fazia o noticiário) nos comunicava: já consegui a entrevista com fulano de tal, então nós ficávamos em atenção até ele chamar; quando ele chamava, podia acontecer de alguém de fora *discar*: não sendo pra nós, nós devolvíamos a ligação pra sala de imprensa; se era ele falando nós permanecíamos na chave, porque ele ligou, se comunicou com a gente pra ligação. E jogávamos a entrevista para o gravador.

Depois dele, depôs o homem que instalou os fios brancos, Mauro Rossi. Magro, cabelo caindo na testa, jeito de caipira, tem 49 anos. Sua função na Câmara é "encarregado de conservação" mas ele conserta telefones e faz extensões, às vezes sem comunicar à Telesp:

— O meu setor atende um geral da Câmara... não tem assim uma regra específica... atendo eletricidade, telefone, consertos de móveis, pintura... nós fazemos extensão de ramais e quando há solicitação da diretoria é feito também algumas modificações e até extensão nos telefones diretos, de uma sala pra outra, no mesmo andar.

Mauro Rossi, funcionário da Câmara há 26 anos, disse ao repórter que tem prática de 20 anos em trabalhar com telefones.

O senhor acha difícil instalar uma escuta telefônica?

— Não, é fácil. Quem tem conhecimento, é fácil.

A instalação que o senhor fez serve para escuta telefônica?

— Serve para escuta telefônica. Se quiser, serve... não do jeito que está instalado porque... faz muito tempo, precisava assim fazer uma pesquisa como está a instalação... porque se corta a sala que é a principal dos jornalistas, então também não teria meio de fazer escuta... mas esse sistema também pode servir pra uma escuta. Pode servir, porque pode não cortar a ligação e ficar na escuta. Depende de como é feita a instalação. Mas é um

sistema também que pode ocasionar a escuta.

O vereador Sampaio Dória, presidente da Câmara quando os "fios" eram utilizados, diz que na Câmara não, mas em outros lugares há censura telefônica:

— Eu tenho assuntos que não comento ao telefone porque tenho conhecimento que a censura telefônica, postal, na verdade generalizou-se no país nos últimos anos, como uma das decorrências inevitáveis, por mais deplorável que seja, da existência de um estado policial no país.

As pessoas devem ter cuidado com o que falam ao telefone?

— Enquanto vivermos nesse regime, acho que sim; cuidado nunca é demais.

Você conhece algum telefone censurado?

— Na verdade não tenho certeza nem do meu.

Você tem suspeitas?

— Suspeitas eu tenho de que um número muito expressivo de telefones de autoridades, representantes do povo, militares, jornalistas, empresários, lideranças estudantis, sindicais, devem evidentemente estar sob censura porque estes são os alvos mais comuns quando se trata de censurar. Um dos princípios constitucionais dos direitos individuais é precisamente o sigilo da correspondência postal, telefônica... a quebra desse princípio via censura é portanto mais do que uma ilegalidade, é uma inconstitucionalidade.

Brasil Vita, cacique municipal, presidente da Câmara quando foi assinado o contrato da Tv-Direta tem verdadeiro ódio de censura telefônica:

— Deve receber o pior castigo quem faz uma coisa dessas. Censura em telefone é inaceitável. Esse episódio da Câmara — que eu não acredito de maneira nenhuma que se trate de censura — tem que ser esclarecido. E se for necessário, deve-se chamar o Dops para investigar!

Talvez pela época eleitoral, o caso não repercutiu entre os vereadores. Flávio Bierrenbach, na Câmara há 4 anos, disse:

— Imaginar que haja aparelhos de escuta na Câmara Municipal pra mim não constitui surpresa alguma. Afinal de contas, a obsessão da segurança nacional leva a isso e a tecnologia permite.

A comissão que apura a censura telefônica ainda não chegou a conclusões mas logo nas primeiras reuniões dois membros — Almir Guimarães e Edson Ravena — estavam mais ou menos convencidos de que não havia censura.

Alex Sotnik

Com este livro, o professor de sociologia Sandor Halebsky, da Universidade de St. Mary, Canadá, contribui para uma crescente tendência da teoria e da pesquisa que começa a modificar grande parte do pensamento estabelecido quanto as raízes da dissidência, as funções dos movimentos de protesto, a relação de líderes com o público e a natureza da sociedade democrática.

SOCIEDADE DE MASSA E CONFLITO POLÍTICO

Sandor Halebsky

biblioteca de ciencias sociais



A cultura a serviço do progresso social

ZAHAR



EDITORES

Cr\$ 150,00

A venda em livrarias ou pelo reembolso postal. Pedidos à Zahar Editores: R. México, 31, sobreloja Rio de Janeiro - RJ - Telefone: 283-6249

A BAIXADA TREME DE MEDO

O povo que vive ao redor de Nova Iguaçu, no coração da Baixada Fluminense, teme até falar da violência que tornou a região famosa. A própria polícia já não sabe quem é bandido ou não, e pediu reforço contra os 4 repórteres — armados apenas das melhores intenções.

Quando o grupo de repórteres chegou, encontrou desconfiança, agressividade e homens da PM por toda parte do pequeno distrito de José Bulhões, quilômetros além de Nova Iguaçu. Depois de examinar detidamente todos os documentos de um dos repórteres — e de ouvir que a intenção do grupo era fazer uma reportagem sobre violência e medo na Baixada Fluminense, o cabo Jair contou que tinha pedido reforço policial por causa, justamente, dos repórteres.

— Vocês estiveram aqui quinta-feira de noite num volkswagen, não é mesmo? Foram à barbearia, àquele bar e vieram aqui mesmo no comitê do Lubanco (N.R. — candidato a deputado estadual, ex-prefeito de Nova Iguaçu), perguntaram um monte de coisas e disseram que trabalhavam num jornal, não é mesmo?

Realmente, o grupo havia visitado José Bulhões antes, fazendo um levantamento dos lugares da Baixada que deveriam ser enfocados. E aquele tinha se revelado um dos "melhores" distritos de Nova Iguaçu, inclusive porque ali foram mortos dois rapazes há alguns anos, fuzilados por policiais que foram a julgamento por determinação do próprio presidente da República, indignado com a barbaridade do crime.

O cabo Jair contou que, tão logo os repórteres deixaram José Bulhões, os moradores e comerciantes comentaram com os policiais tudo que haviam dito. Fizeram minuciosa descrição dos quatro, do volkswagen e de tudo que se disse durante a meia hora da visita; e o comandante do destacamento resolveu pedir reforço para a segunda-feira, data marcada pelos repórteres.

— Quando vieram me contar — disse o cabo Jair — eu pensei: ou é P2 (N.R. — denominação da polícia secreta da PM) que veio ver se tá tudo correndo bem, ou é bandido que veio fazer levantamento. Você — completou, dirigindo-se a um dos repórteres — comentou com um dos colegas que isso aqui dava um bom material, não foi? Aí eu fiquei achando que eram bandidos mesmo.

Desfeito o engano, o cabo até foi simpático e conversou durante mais de uma hora, explicando o medo que as pessoas sentem diante de estranhos em José Bulhões. Não disse que este medo vem do tempo em que os carros particulares cheios de homens apareciam por ali para deixar corpos sem vida. Nem quis falar dos Teixeira, família de



O caseiro Amaral, que não vê nem ouve nada; o cabo Jair, que pensou que os repórteres fossem agentes secretos da própria PM, e a balconista Cleide, que só não vende leite na sua tendinha.

marginais que vive na cidade sem ser incomodada pela polícia, alegando desconhecer esta família, nem do assassinato duplo que causou a indignação presidencial. Repetiu, isso sim, várias vezes, que José Bulhões é um lugar calmo e sem problemas de violência porque tem posto policial, coisa rara em bandas não muito distantes, como Marambaia e Iguaçu Velho.

O cabo Jair tem razão, ao final de contas. Marambaia é um lugar ainda menor do que José Bulhões e só tem dois negócios, um frente ao outro no ponto final do único ônibus. Ali vende-se de tudo que a população local necessita, menos um artigo: leite. Cleide, 17 anos, que atende os fregueses da venda à direita de quem chega, diz que não é preciso vender leite porque ali perto tem a fazenda de um argentino que vende leite de seu rebanho à população de Marambaia.

— O problema aqui — ela explicou — é de noite. O último

ônibus chega às oito e sai logo pra Nova Iguaçu. Daí em diante não tem mais movimento.

Mais um pouco de conversa com Cleide e, parece, os problemas não se limitam à noite. A falta de um destacamento policial, por exemplo, influi na violência do lugarejo, como ela tão bem exemplifica com a história de Sete Camisas e sua foice:

— O Sete Camisas era um cara meio esquisito mesmo, você vê: só andava com sete camisas no corpo, podia estar o sol mais forte do mundo. Bem, ele tinha uma foice e queria fazer negócio com ela. Aí chegou pra um cara e perguntou se ele queria comprar. O cara disse que sim e acertaram o preço. Depois apareceu o Carlinhos e procurou o cara que ia comprar a foice. Pediu uma grana emprestada a ele, pra pagar no dia seguinte, e foi atrás do Sete Camisas oferecendo mais pela foice. O Sete Camisas, que já sabia da fama do Carlinhos, negou e

disse que já estava apalavrado com outro (o que emprestou o dinheiro ao Carlinhos). Os dois brigaram mas sem sair no pau.

Final da história de Cleide: Sete Camisas se escondeu no mato à beira da estrada e esperou Carlinhos, que veio de bicicleta. Então ele pulou em cima do rapaz e matou-o a facadas. Pessoas que assistiram ao crime contaram para Cleide que ele dava uma facada e soltava uma gargalhada, como se estivesse endiabrado. Depois saiu andando e ninguém mais o viu até a manhã seguinte, quando alguns meninos encontraram um cachorro comendo os miolos dele. Sete Camisas tinha sido morto também, a cabeça esmagada por uma pedra, sem que ninguém no lugar saiba quem foi o assassino.

Quanto ao homem que ia comprar a foice, nem Cleide nem ninguém na Marambaia soube dizer o que lhe aconteceu. Nunca mais foi visto pelas redondezas.

Neste caso contado por Cleide, como em muitos outros ocorridos na Baixada, a polícia não faz nada, talvez por saber de antemão que não achará testemunhas que tenham visto os criminosos. Ninguém viu nada nem quer se comprometer. É sempre assim. Por exemplo, a Fazenda Velha. É uma construção do tempo do império, hoje habitada por quatro famílias, apenas, que fica na estrada de terra que liga José Bulhões à Marambaia, passando por Iguaçu Velho. Próximo dali já apareceram muitos cadáveres — inclusive o do juiz de Três Rios, cuja morte mobilizou toda a polícia da Baixada Fluminense.

No casarão que serviu de sede da Fazenda vive Amaral, 45 anos, com a mulher e dois dos cinco filhos (os outros já estão casados). É funcionário do patrimônio histórico e mora ali desde 1954, muito antes, portanto, de começarem a aparecer cadáveres na estrada, a menos de 50 metros da porta da fazenda velha. Mas, apesar de viver há tanto tempo, Amaral nunca viu nem ouviu nem soube de nada.

— Aqui é um lugar sossegado demais, não acontece nada de diferente — disse Amaral, sentado nos degraus do casarão, ao lado do filho pequeno. E depois — conclui, como encerrando a conversa — eu não vejo nada que acontece pra lá daquela cerca. Ela pode ser de arame só, mas eu não enxergo nada pra lá dela.

Luiz Augusto Gollo

Fotos Chiquito Chaves e Custódio Coimbra

Policiais choram no necrotério a morte dos colegas

A calçada em frente ao necrotério de Nova Iguaçu, um prédio pequeno próximo ao Corpo de Bombeiros e à prefeitura, está cheia de policiais à paisana que se dispõem em grupos e conversam. Todos têm ar cansado e procuram lugares na escassa sombra da parede externa do prédio. Faz muito calor na baixada fluminense e vez por outra chega uma kombi com outro cadáver furado de bala. É um dia especial: dezenas de homens cercam a rua Cambuí, em Queimados, vários quilômetros adiante na Via Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo. Caçam o bandido Valtair da Silva (Taíca), 30 anos, escondido na casa de sua mãe.

Amadeu Vicente Soares, que participava da caça a Taíca (N.R. o guarda Amadeu foi expulso da polícia por ter participado do sequestro de um comerciante em companhia de agentes do DOPS que visavam obter resgate pela vida do homem).

— Ele levou muito azar pelo que eu soube — comenta o senhor gordo, chefe da guarda municipal de Caxias e que, portanto, tinha sido chefe do policial assassinado.

Realmente, pelo que contam os policiais na calçada do necrotério, Amadeu só foi morto pelo bandido graças a uma parede dentro da casa da mãe de Taíca. A polícia chegou, cercou o lugar e gritou para que ele e seu companheiro Pingo (esse ninguém sabe o nome) saíssem. Não obtendo resposta, atirou algumas bombas de gás lacrimogêneo à entrada da casa. Não podiam se aproximar porque era muito arriscado. O terreno à frente da casa da rua Cambuí era usado como terreiro de umbanda e, por isto, não apresentava condições para que os policiais avançassem, pois seriam alvo fácil para os bandidos. Pingo não resistiu ao gás e saiu da casa atirando. Caiu no meio do terreiro com oito balas calibre 38 espalhadas pelo corpo. Mas Taíca, escondido atrás da tal parede, não se incomodou com as bombas. Engatou a metralhadora que havia roubado da própria polícia semanas antes e esperou. Amadeu abriu a porta com o pé e invadiu a casa, também armado com uma metralhadora. Taíca deu uma rajada rápida e só acertou um tiro. A bala bateu no cano da arma do ex-policial, arrancou-lhe um pedaço do polegar direito, quebrou a coronha de madeira da metralhadora e entrou pelo abdôme, pouco abaixo do diafragma. Alojouse no coração. Foi muito azar de Amadeu.

O rabeção traz mais um corpo perfurado e alguns policiais se aproximam para reconhecer o morto, transportado para a mesa de autópsia. Um deles não suporta a emoção e se abraça, chorando, ao colega mais perto. Outro apenas dá uma olhada rápida e leva a mão à barriga numa careta de quem vai vomitar. O corpo sem vida desaparece atrás da porta de ferro, onde funcionários do necrotério trabalham incessantemente abrindo cadáveres, retirando-lhes as vísceras, pesando-as, recolocando-as em seus lugares e costurando a pele com pontos disformes e grandes que nunca se cicatrizarão. Nenhum deles reflete a náusea dos curiosos.

— Parece que foi ele quem matou o juiz de Três Rios (N.R. o juiz Luís de Carvalho Rangel, sequestrado e executado na baixada). Se foi, duvido que escape dessa.

A observação de um repórter passa despercebida, todo o grupo de policiais espera apenas a confirmação do nome do morto recém-chegado. É mesmo o ex-guarda municipal de Duque de Caxias



Antônio Carlos, que foi dono de toda a região cortada pela estrada.

Fotos Custódio Coimbra

Mutilados e mortos na fila da "Garganta do Diabo"

Há um lugar na estrada que liga Nova Iguaçu a Miguel Couto permanentemente sobrevoado por urubus. É conhecido como "garganta do diabo" e é utilizado há muitos anos como lixeira pelas pessoas que vivem nas redondezas. A fama do local começou no meio da década passada, quando apareceram os primeiros cadáveres no meio do lixo e à margem da estrada.

Durante algum tempo o local ficou conhecido porque os bandidos deixavam ali suas vítimas de assaltos, violações etc. Mais tarde, tornou-se mais falado ainda, pois começaram a aparecer os cadáveres dos próprios bandidos que inauguraram a "garganta do diabo". Era a vingança do Esquadrão da Morte.

É difícil encontrar alguém em toda a Baixada Fluminense que jamais tenha ouvido falar desse lugar, mas ninguém gosta de dizer o que sabe, temendo represálias que podem vir tanto de um lado como de outro da "guerra" Esquadrão x marginais. No entanto, um homem não teme envolver-se: Antônio Carlos de Oliveira. Ele tem 43 anos, mulher e uma filha, e seu pai, Antônio de Oliveira, foi o dono de toda a região cortada pela estrada.

— Isso aqui era uma vergonha, ninguém tinha segurança. Uma vez o dono de um posto de gasolina ali adiante estava aqui no terreno com uma mulher dentro do carro, apareceram uns bandidos e comeram a mulher, comeram ele e depois mataram os dois sem mais nem menos. Uma vergonha.

Profundo conhecedor da região, Antônio participou, com uma kombi-rabeção, de muitas buscas de cadáveres na Baixada, especialmente na "garganta". É que com a fusão da antiga Guanabara com o Estado do Rio muitos policiais foram transferidos de delegacias na zona sul (ou mesmo na zona norte) do Rio para delegacias da Baixada. Acontecia, então, de receberem

avisos sobre existência de cadáveres em tal lugar e não sabiam como chegar lá. Antônio, então, que já trabalhava como motorista de caminhão, guiava-os até os corpos.

— Aparecia uma média de cinco, seis corpos aqui todo dia. No começo, era tudo gente trabalhadora que era assaltada e morria em outras bandas. Só o cadáver ficava aqui. Você precisava ver: ninguém agüentava chegar perto, porque às vezes a gente só vinha buscar dias depois da morte. Por isso eu digo: quem é contra matar bandido é filho da puta.

Segundo Antônio Carlos, foi o delegado Nemésio Garcia Vidal, hoje no Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), quem, assumindo a delegacia de Nova Iguaçu, acabou com a mancha na "garganta do diabo".

— O doutor Nemésio moralizou isso aqui, não posso dizer como, mas sei que tinha até quatro estrelas por trás (N.R. referência a generais da ativa que possivelmente apoiaram a ação do delegado).

Mas se por um lado havia este tipo de força auxiliando o delegado, por outro o próprio presidente Geisel determinou a apuração da responsabilidade sobre a morte de dois rapazes, ao que consta sumariamente fuzilados em José Bulhões (Vila de Cava), em plena rua, por policiais. Isto não seria evidência de que o fim da violência indiscriminada entre policiais e bandidos estava próximo na Baixada? Antônio Carlos sorri:

— E você viu o que acontecia depois? Ein? O júri do tribunal em Nova Iguaçu absolveu os acusados por sete a zero. (N.R. Na verdade os policiais foram absolvidos por quatro a três. Os pneus do carro do juiz estavam vazios ao final do julgamento e as vítimas, segundo comenta-se na Baixada, eram bandidos mesmo, e não inocentes como pode ter imaginado o presidente da república).



Foto Chiquito Chaves

O rabeção leva o corpo do primeiro policial

Mas não foi só Amadeu quem levou azar: atrás dele, na invasão da casa, vinha o policial da PM Edson José Barbosa, que recebeu quatro tiros em diagonal, na altura do tórax, na segunda rajada da metralhadora de Taíca. Os dois morreram quando eram transportados às pressas para um hospital de Nova Iguaçu. Taíca aproveitou a tentativa dos policiais de salvarem seus colegas e escapou com a arma pelos fundos do terreno. Uma hora mais tarde três corpos jaziam nas mesas metálicas do necrotério: Amadeu, Edson e Pingo, lado a lado, à espera da autópsia e do atestado de óbito ("causa mortis: anemia aguda com hemorragia interna").

Mais uma hora e os dois policiais seguiram, dentro dos caixões, para o Cemitério de Nossa Senhora de Belém, em Caxias, acompanhados dos colegas inconformados. A calçada em frente ao necrotério de Nova Iguaçu ficou vazia, mas só por alguns instantes. Logo depois chegou outro corpo, de um motorista achado morto dentro de seu táxi. Tinha duas perfurações de bala, uma no tórax, outra na frente, um pouco acima das sombrancelhas. O funcionário do necrotério puxou o cadáver para fora do rabeção com a indiferença profissional dos coveiros. O repórter não se agüentou diante do quadro:

— Dia de muito movimento hoje, não é, meu irmão?

— Que nada, isso é rotina aqui — respondeu o homem. E fechou a porta de ferro da sala de autópsia antes mesmo que a moça negra de olhos vermelhos, que se aproximava, lhe pudesse perguntar pela irmã caçula, desaparecida de casa há três dias. Não havia nenhum cadáver do sexo feminino ali naquele dia, e nenhum outro daria entrada no necrotério até a noite, quando Taíca foi morto em Belford Roxo (perto de Nova Iguaçu), vestido de mulher e tentando furar outro bloqueio da polícia, sem a metralhadora.



Parentes e colegas aguardam saída dos corpos



Foto Custódio Coimbra

Robeni chorou sozinho no velório do policial

Vestiu o corpo do pai assassinado

Sem saber a quem se dirigir, Robeni abordou o estranho mais próximo, que fumava nos degraus do necrotério. O diálogo:

— Por favor, onde eu posso saber se uma pessoa está aqui?

— Como é o nome?

— Edson José Barbosa.

A partir daí Robeni começou a chorar. Ou recomeçou, porque já tinha chegado com os olhos vermelhos. Ele tem 18 anos e trabalha na Light em Nova Iguaçu, onde foram chamá-lo por volta das dez da manhã informando que seu pai devia estar no necrotério, ou então na casa de saúde. Robeni correu primeiro à casa de saúde, e soube que o corpo do policial Edson José Barbosa, 45 anos, residente na Pavuna, tinha sido removido para autópsia no Instituto Médico Legal.

— Ele saiu de casa ontem logo depois do almoço, acho que ia numa operação do caso do juiz de Três Rios. Foi quando eu, meu irmão e minha mãe vimos ele por último.

O cerco à casa de Queimados onde se escondia o bandido Taíca, assassino do juiz Luís de Carvalho Rangel, começou às quatro da manhã do dia seguinte e Robeni não sabe por onde andou o pai depois daquele almoço. Sabe só que ele não podia ver bandido que saía caçando. Robeni se lembra de quando era criança ainda e os carros cheios de policiais armados paravam à porta de sua casa no meio da noite e o pai se vestia depressa, pegava a arma e ia em diligência. Era o que ele mais gostava.

— Meu pai tinha medo de morrer doente. Uns dois anos atrás ele teve um negócio no coração, teve

que fazer exames e tomar remédios. Se algum colega morria de ataque do coração, ele comentava em casa, tinha medo. Medo de morrer na cama.

Robeni pára de falar quando aparece o rosto do homem na janelinha retangular da porta de aço. É o encarregado de confirmar ou não a presença dos corpos na sala de autópsia, e sempre que ele diz "está aqui sim", a mulher, o marido, os filhos, os pais, todos choram. Por isto ele se tornou insensível: aparece na janelinha, confirma a presença do cadáver e se afasta sem mudar a expressão do rosto. Robeni retorna à calçada desolado. Alguém se chega para perto e pergunta com ar grave quem o rapaz procura. Depois dá os pêsames, se apresenta como policial e conforta o rapaz dizendo que o assassino não escapará, que até Sivuca está na caçada. Sivuca é um nome muito popular entre os policiais. Já deu entrevista até para o Pasquim, participou de várias perseguições bem sucedidas a bandidos famosos na crônica policial carioca.

Mas para Robeni nada disso importa. Seu pai está ali naquela sala refrigerada, deitado nu na mesa de aço e tem quatro buracos no corpo, todos acima da cintura.

— Foi tudo tão depressa, pô. Ele era cem por cento, agora tá, morto.

De manhã cedo, logo depois de Robeni ter ido para a Light naquele dia, um homem esteve na rua onde ele mora. Parou no armazém da esquina e perguntou onde era a casa de Edson Barbosa. O comerciante lhe perguntou do que se tratava e o

homem deu a notícia da morte; depois foi até a casa de Edson. Pediu à mulher que juntasse todos os documentos da família e que o acompanhasse, mas não lhe disse que àquela altura ela já era viúva. Perguntou por Robson, o filho mais velho que presta serviço na Vila Militar. Depois pegou a mulher, os documentos e foi ao quartel buscar o soldado. Quando os dois se encontraram, dentro do quartel, ele disse que Edson estava morto.

— Por isto que eu digo: tem que matar enquanto esses bandidos são pivetes. Eu já fui assaltado por pivetes duas vezes. Daí em diante passei a pensar assim.

Não adianta argumentar agora com Robeni. Os homens acabaram de costurar seu pai, cobriram-no parcialmente com o paletó e o estão colocando no caixão. Não adianta dizer para Robeni que os bandidos, os pivetes, todos os marginais não matam por opção, mas são levados a isso. É como disse o comandante da guarda municipal de Caxias, ali mesmo naquela calçada: "é uma guerra: ou eles ou nós". Não adianta agora dizer a Robeni que era seu pai ou Taíca, e que o bandido levou a melhor. Não adianta lembrar que também a polícia já havia "acertado" inúmeros bandidos e que nunca Robeni estivera no necrotério confortando a mãe, o pai, a viúva ou os filhos.

Não adianta nem há tempo de dizer nada para o rapaz. O caixão está dentro do rabeção e vai sair agora para o cemitério de Caxias. Robeni se despede do estranho e vai em casa buscar um terno para vestir o cadáver do pai.

Gollo

No velório, a notícia da vingança

Os tiras iam chegando em grupos ao cemitério Nossa Senhora de Belém, em Caxias, portando armas e falando em vingança. Os corpos do ex-guarda municipal Amadeu Vicente Soares e do soldado da PM Edson José Barbosa, mortos pela metralhadora do bandido Taíca — um dos assassinos do juiz de Três Rios — na madrugada do dia 31, em Queimados, estavam sendo velados. Do lado de fora, o trânsito congestionado, o barulho de buzinas, apitos e sirenes dos carros da polícia.

Olho por olho, dente por dente, a Lei de Talião. No final da tarde, chegou a notícia no cemitério de que estavam vingadas as mortes dos policiais. Apesar do clima, deu para perceber uma indisfarçável satisfação dos presentes. Valtair da Silva, o Taíca, foi surpreendido quando tentava dar o pinote da casa da irmã, em Agostinho Porto,

distrito de Nova Iguaçu, vestido de mulher, com unhas e lábios pintados, lenço na cabeça e óculos escuros. Fuzilado com dois tiros, morreu a caminho do hospital de Nova Iguaçu.

Os Coveiros mirins, meninos e meninas, entre cinco e 14 anos, que ganham 10, 20 cruzeiros para limpar sepulturas e até para sepultar (os três coveiros não dão conta do serviço), olham assustados, de dentro do cemitério. Na frente, o movimento continuava agressivo pela fisionomia de alguns homens. Numa sala onde estava sendo velado o corpo do PM Edson, um rapaz chorava, sozinho, debruçado no caixão. Ao lado, junto ao corpo do ex-guarda, desfiliavam de rostos contraídos os policiais civis. Comentavam os lances e o azar dos mortos, em voz baixa.

No velório era fácil constatar a

presença do delegado Moacir Bellot, agora lotado em Niterói. Ele ficou famoso caçando mais cachorros do que bandidos, importunando moças que usavam biquínis em Cabo Frio, na época em que foi delegado da cidade, e por ter sido seqüestrado por bandidos quando era delegado em Caxias. Bellot estava inconsolável. Falou com a voz embargada que Amadeu, o ex-guarda, foi um dos seus mais fiéis colaboradores. Pediu para não ser incomodado e se isolou num canto com um lenço nas mãos.

Ágitado, tomando providências e ajudando os familiares dos policiais mortos; Getúlio Gonçalves da Silva, presidente da Associação Comercial de Caxias, que tem cadastradas 5.250 empresas comerciais e 1.205 indústrias, diz que a Baixada vive do medo, sobressaltada pelos assassinatos, estupros, assaltos e mortes violentas. A rotina de uma população que vive no subemprego ou desempregada.

A primeira coroa de flores acabava de chegar quando a mãe de Amadeu perdia os sentidos na capela repleta de gente. Já de noite, o corpo do PM Edson saía para o cemitério de Irajá, onde seria enterrado a pedido da família, que já estava lá esperando. A kombi do necrotério de Nova Iguaçu e um camburão formavam o cortejo na chuva fina que caía em toda a Baixada Fluminense desde o começo da tarde.

Tim Lopes



Foto Chiquito Chaves

Getúlio desafia o secretário

Delegacia não aceita queixa para reduzir criminalidade

— Taí um resultado da violência e do meio em que vive a Baixada Fluminense. É claro que as estatísticas sobre os assaltos têm que baixar. As vítimas quando aparecem nas delegacias, principalmente a daqui, para apresentar queixa são induzidas pelo policial de plantão a fazer o registro como se tivessem perdido um documento, uma carteira. Dizem para as vítimas que agindo assim estão evitando problemas burocráticos como o processo e tudo e as represálias dos bandidos.

Getúlio Gonçalves da Silva, presidente da Associação Comercial de Caxias, ficou conhecido quando apareceu no Jornal Nacional rebatendo, numa discussão braba, a pecha de mentiroso que o Secretário de Segurança General Brum Negreiros quis lhe botar.

O general, crente que estava certo, mostrou pela televisão uma estatística onde os números davam a entender que o índice de criminalidade na região havia baixado.

Ledo engano. Usando o mesmo tom de voz, autoritário, Getúlio, do meio da platéia, provou que a estatística do Secretário de Segurança era falsa e fora de realidade.

Para ele, os índices de criminalidade na Baixada só tendem a aumentar: "Uma cidade com 800 mil habitantes, como Caxias, e com um efetivo policial de 600 homens, não pode viver tranqüila. O maior foco de crime é aqui, onde tem prostituição até de menores, têm tóxicos, jogos e bandidos. E não adianta prender as mulheres que fazem "trotóir", elas têm mais é que se virar."

Getúlio se referia à ação policial contra as mulheres no centro da cidade, um dia após a desavença com o Secretário de Segurança. Esse foi um presente que a Baixada Fluminense ganhou do governo do Estado depois do incêndio que ele mesmo promoveu nas velhas casas do canal, perto do centro do Rio: Sem ter para onde ir elas se concentraram, em sua maioria, em Caxias, Nilópolis e Nova Iguaçu.



Foto Chiquito Chaves

Bellot e outros policiais no cemitério

É fome, miséria e vontade de matar

— Por que se mata tanto na Baixada Fluminense?

— Pela facilidade e pela certeza da impunidade. Aqui a gente não sabe quem é bandido e quem é gente boa. A população se arma cada vez mais para se defender da marginalidade que cresce a cada dia. Sabe de uma coisa? No fundo mesmo é muita fome, miséria e vontade de matar.

Há 18 anos cobrindo a Baixada Fluminense, para **O Globo**, de onde é setorista, o repórter Manoel Batista de Almeida, 38 anos, acha que o governo deveria impedir, de alguma maneira, a emigração para a região. Diz ele que chega gente do norte, com oito, dez filhos, cheia de ilusão e acaba no subemprego, como lavador de carros, biscateiro e os filhos por aí aprendendo a roubar, cometendo pequenos furtos. Escola que é bom, neca.

— A polícia civil foi transformada em polícia de papel. Os tiras, que demoram 10, 15 anos para se tornarem um bom tira de rua, hoje são meros assinadores de papel. Foram substituídos por soldados que recebem instrução básica, o manuseio do armamento e só. Com a fusão o índice de criminalidade aumentou consideravelmente. Falta conhecimento da área e da mobi-



Foto Chiquito Chaves

Manoel, há 18 anos cobrindo a Baixada



TÃO BRINCANDO COM A SAÚDE DO POVO

Apenas 40% da população brasileira se beneficia dos remédios produzidos pela moderna indústria farmacêutica instalada no país. No entanto, o volume das vendas das drogas aqui está entre os 10 maiores do mundo. Isso quer dizer que a tal indústria não foi feita para maioria da população — ao contrário, ela a marginalizou — e que seus preços caríssimos só podem ser pagos pelas classes médias, que constituem o chamado mercado consumidor.

A distância entre a indústria farmacêutica e as necessidades da maioria do povo, porém, é apenas uma das distorções do sistema. A outra é que, mesmo a moçada que tem grana pra comprar remédios, é encarada pelos produtores como um comprador a mais, não sendo a sua saúde, nem de longe, a preocupação mais importante.

Esses dois problemas se devem ao fato de que a indústria de remédios do Brasil é dominada por grupos multinacionais, que operam no mundo todo e submetem suas subsidiárias no país às

suas más altas conveniências. Quer dizer, nós importamos toda uma estrutura de produção que, só pra começar, beneficia menos da metade da população e, de quebra, pode afetar a saúde da outra metade.

É fácil entender porque as coisas se passam assim: como o Brasil não teve condições de fazer as pesquisas científicas e produzir as matéria-primas farmacêuticas que dão origem aos remédios, ele importa essas matérias, fazendo aqui somente a mistura para fabricar os remédios. O resto é embalar e botar nas farmácias. As filiais de empresas estrangeiras fazem o mesmo: elas são até agora apenas importadoras de matéria-primas de suas matrizes e vendedoras das suas marcas.

A briga entre os laboratórios pelo mercado brasileiro, portanto, não se dá em cima de inovações tecnológicas — porque essas vêm de fora — mas através dos recursos usados para vender os produtos. Quem tiver os melhores representantes, os de melhor conversa e conseguir imagem favorável entre os consumidores, ganha a parada.

É bom lembrar que 95% das vendas da indústria são de

remédios que exigem receita — os chamados produtos éticos — cuja propaganda não é feita nos meios de comunicação, como os remédios populares, mas junto aos médicos e às farmácias: os primeiros, com sua condição profissional, dão fé ao produto; as segundas o divulgam e ampliam o mercado. O negócio é investir pesado em publicidade sobre os dois pra garantir maiores vendas. A tática dá certo em todo o mundo: na Inglaterra por exemplo, uma pesquisa mostrou que 61% dos médicos acreditam nas informações dos representantes das indústrias sobre a eficiência dos remédios. E olhe que lá o Estado é quem toma conta dos serviços médicos. No Brasil, onde a falta de informação científica é maior, os médicos caem muito mais facilmente no conto dos vendedores ou nas vantagens que eles eventualmente ofereçam. Com as farmácias, funciona a *empurroterapia*: os representantes subornam os balconistas e os proprietários, dão descontos nos preços e bonificações tipo *leve 10 e pague 2*.

Esse carnaval que os vendedores fazem tem, entretan-

to, que ser apoiado pelo lançamento constante de novos produtos, pra que a empresa mostre que tem competência e atualização técnica. No mínimo, 2 por ano. E as indústrias nacionais acompanham a febre das estrangeiras pra não perderem o mercado: mudam as misturas de matérias-primas, os nomes das marcas, alteram a cor das embalagens, aumentam as quantidades por recipiente ou copiam produtos de outros países, ainda não conhecidos. Tudo como estratégia de venda, *sem nenhuma relação com as necessidades médicas dos compradores*.

Todos esses dados, meus amigos, são de uma pesquisa do próprio governo brasileiro que, embora saiba da gravidade da situação, não faz nada para modificá-la. Enquanto isso, a *nova Novalgina* em vidrinho plástico continua destruindo os glóbulos brancos do sangue e o *Entero-viofórmio*, agora em comprimidos aerodinâmicos, produzem mais de 30 mil casos de cegueira por ano.



Wilson Fadul, ministro da Saúde do governo João Goulart, político e vice-presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, descobriu em 1963 o principal golpe usado pelas empresas multinacionais que dominam a indústria farmacêutica no país: elas aumentam artificialmente os preços das matérias — primas que importam de suas matrizes, para cobrar mais caro pelos remédios e remeter mais dólares pro exterior. Fadul começou a enfrentá-las pra evitar o trambique mas, com a ascensão do regime militar, andou tudo pra trás.

Golpe de 64 deixou máfia do remédio deitar e rolar



Wilson Fadul, ministro da Saúde no governo João Goulart.

Qual é o maior problema da indústria farmacêutica? O problema da indústria farmacêutica no Brasil é um negócio que já tá muito bem identificado. Quando eu enfrentei o problema ele já era grave. Num ligeiro histórico nós podemos ver que o Brasil teve uma época em que ele tinha uma posição destacada na chamada indústria farmacêutica, na farmacopéia de um modo geral. Era um tempo em que os grandes medicamentos eram naturais, eram biológicos, de natureza vegetal, da fauna, etc. Depois que o processo de industrialização cresceu muito e a chamada química do carbono cresceu de maneira extraordinária, começaram a surgir os sintéticos e o Brasil se atrasou nesse campo.

Quando eu tomei consciência do problema, no Brasil não existia indústria farmacêutica. Existiam os chamados laboratórios, que se limitavam a

manipular matéria-prima estrangeira, que já vinha elaborada e era apenas embalada no Brasil, quando não importada diretamente. De repente, me chamou a atenção o fato de que 90 e tal por cento da chamada indústria farmacêutica eram dominados por multinacionais e o setor atraía capital estrangeiros mais do que qualquer outro tipo de atividade no país. Devia haver uma razão para isto e perseguindo essas razões eu fui dar de cara com o problema do superfaturamento da matéria-prima estrangeira. A coisa funcionava da seguinte maneira: uma matriz estrangeira montava uma filial em outro país e vendia a essa filial a matéria-prima feita pela matriz, a preços fora da concorrência internacional. Como a firma era do mesmo dono, ela só importava matéria-prima daquela fonte. Então, estabelecia-se um canal fechado de comércio dentro do qual se operavam fraudes

Foto Custódio Coimbra

FIKMA THE SYDNEY ROSS CO., A PARTIR DE 1961 ATÉ O MES DE OUTUBRO DE 1963.

Nº DO CCC	PESO EM KG	PREÇO P/KG	DATA
61/2136	1,7	US\$ 2.400,00	19-1 -61
61/1592-N	1,7	US\$ 2.400,00	20-4 -61
61/3847-N	1,7	US\$ 2.400,00	27-7 -61
61/4117-N	2,2	US\$ 2.400,00	6-6 -61
61/8318-N	2,2	US\$ 2.400,00	14-6 -61
61/10807-N	2,2	US\$ 2.400,00	12-8 -61
61/14359-N	2,2	US\$ 2.400,00	26-9 -61
61/16440-N	4,5	US\$ 2.400,00	27-10-61
61/19867-N	4,5	US\$ 2.400,00	27-11-61
61/21562-N	4,5	US\$ 2.400,00	13-12-61
62/3204	9,0	US\$ 2.400,00	1-2 -62
62/4557	4,5	US\$ 2.400,00	12-2 -62
62/1094	4,5	US\$ 2.400,00	10-1 -62
62/9005	4,5	US\$ 2.400,00	5-4 -62
62/12170	9,0	US\$ 2.400,00	30-4 -62
62/13702	0,005	US\$ 2.400,00	11-7 -62
62/19279	0,0	US\$ 2.400,00	6-7 -62
62/20329	0,0	US\$ 2.400,00	17-7 -62
62/22909	0,0	US\$ 1.500,00	20-8 -62
62/21022	0,0	US\$ 1.500,00	8-10-62
62/29073	0,0	US\$ 1.500,00	24-10-62
62/32951	4,5	US\$ 1.500,00	22-11-62
63/501	1,64948	US\$ 1.500,00	14-1 -63
63/893	4,35052	US\$ 1.500,00	17-1 -63
63/10327	8,0	US\$ 900,00	4-4 -63
63/13317	5,417215	US\$ 900,00	10-7 -63
63/13320	2,582785	US\$ 900,00	10-7 -63
63/21562	10,018081	US\$ 540,00	5-8 -63
63/21565	13,981919	US\$ 540,00	5-8 -63
63/3566	2,5	US\$ 1.500,00	?

BANCO DO BRASIL S. A.
Carteira de Comércio Exterior
Luciano Carvalho

Depois que o ministro Wilson Fadul foi para a imprensa e denunciou o superfaturamento que a Sidney Ross vinha fazendo com a importação da Cloroquina-base, a empresa publicou matéria paga nos jornais, dizendo que estava importando o material a 540 dólares, sem, porém, mencionar que, quando o assunto começou a ser ventilado, era importado a 2.400 dólares. Este documento da Cacex mostra as importações de cloroquina-base feita pela Sydney Ross desde janeiro de 61 até agosto de 63. Na última linha, vê-se que o preço subiu para 1.500 dólares. No lugar da data, um ponto de interrogação.

O interessante é que, em vez de importar a matéria-prima da matriz americana, a Sidney Ross poderia importar da Alemanha, onde o preço da Bayer era 70 dólares o quilo.

O mesmo acontecia com a importação do librium, da Roche, que chegava para nós a 1.140 dólares o quilo, enquanto na Itália a substância poderia ser adquirida por 68 dólares.

indescritíveis. Quando eu comecei a levantar essas suspeitas a respeito, mandei apanhar na Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil-Cacex-material para verificar. E me foi negado o material. Eu era ministro de Estado e me negaram o material.

Quem negou?

— O diretor da Cacex. Isso é um problema que eu não costumo contar, mas é para você ver como esse país era um país surrealista. O ministro pediu, ele não quis dar não. Então eu telefonei ao presidente e (João Goulart) ele mandou um oficial da Casa Militar com ordem de obter esse papel. Então, veio o material. Eram fotocópias de certificados de cobertura cambial e acompanhadas de certos memorandos reservados sobre análise de custo. Aí, verifiquei coisas extraordinárias: não havia um só certificado de cobertura cambial que não estivesse superfaturado. E vieram mais de mil. Alguns produtos eram escandalosos. Tive um atrito com a Sidney Ross, (empresa multinacional norte-americana) na ocasião, e tava até preparado pra processar essa empresa quando aconteceu o problema de 64.

Ela importava um produto pra filial, chamado cloroquina-base, que é um produto que o Brasil consumia muito pouco, parece que em torno de uns 60 e poucos quilos. E, em 1962, 68 quilos de cloroquina-base custaram ao Brasil cerca de 135 mil dólares, com um quilo custando uns 2.400 dólares.

Pedi à Cacex que me fornecesse preços internacionais do produto. Engraçado que ela não tinha preços internacionais da época, mas tinha uma lista da Bayer alemã, com a cloroquina-base (que ela deixou de fabricar, não sei porque) custando exatamente 68



País tem que ter indústria química própria

Fotos Chiquito Chaves



Dr. Mário Victor, brigando com a máfia

Há 17 anos, o dr. Mário Victor de Assis Pacheco vem brigando com as multinacionais de remédios, que conseguiram, inclusive, afastá-lo do Exército. Como secretário da Associação Médica do Rio de Janeiro, já divulgou várias listas de medicamentos condenados no exterior. Já escreveu dois livros sobre indústria farmacêutica e, sempre que pode, sai denunciando a máfia dos remédios

Aqueles outros produtos que faziam concorrência aos produtos estrangeiros, europeus e norte-americanos, ela tirou de produção. Pois bem, o Jânio renunciou, depois veio o dr. João Goulart e ele entendeu por bem, de levar avante aquele inquérito. Aí, mandou desencaixotar tudo, aquelas conclusões todas, e alguém no governo do João Goulart apreciou o meu trabalho, meu depoimento. Então, eu fui convocado pelo governo da época para criar um grupo de estudos a respeito da indústria farmacêutica no Brasil. E uma das coisas mais importantes que nós julgamos foi saber qual o mínimo indispensável para tratar das doenças que acometem os brasileiros. Em seguida organizamos uma lista de medicamentos indispensáveis. De início, as matérias-primas seriam importadas do exterior, apenas para produzir esses remédios. Posteriormente, e desde 61 eu defendo essa idéia, criar indústria química de base brasileira, estatal. Integrei esse grupo executivo durante cerca de três ou quatro meses. Eis, porém, que vem o golpe militar de 1º de abril de 1964 e o grupo executivo morreu. Aí surgiram outros fatos, fui reformado pelo AI-2 e me afastei de toda e qualquer atividade oficial.

Por que o senhor foi reformado pelo AI-2?

— Fui reformado porque fui subversivo.

O senhor é subversivo?

— Devo ser porque até hoje não foi anulado esse ato. Agora, toda a minha subversão consiste na denúncia da

ação das multinacionais, que antigamente se chamava trustes da indústria farmacêutica. Eu não vejo outro motivo, mesmo porque eu fui submetido a inquérito e aquela pessoa que deveria me acusar, o promotor, não vendo nem transgressão disciplinar no meu comportamento, mandou arquivar o inquérito. Mas isso é secundário, e o fato é que perdi aquela condição de oficial da ativa, mas não deixei de ser médico, e um médico não há possibilidade de cassarem. Com este resultado eu verifiquei que a coisa era muito mais grave do que eu suponha. As multinacionais não se contentam apenas em ludibriar, elas pretendem anular aqueles que as combatem. Retornando à vida civil em 64, eu segui nessa campanha, dando entrevistas, publicando trabalhos, comparecendo a congressos médicos, congressos de

estudantes, denunciar os fatos, publicando, inclusive dois livros sobre a indústria farmacêutica: um em 68, "Indústria farmacêutica e segurança nacional", e o outro agora em 78, "A Máfia dos remédios". Mas o principal eles conseguiram: me afastar do Exército.

Atualmente quais são os laboratórios com capital genuinamente nacional?

— Olha, são de capitais brasileiros, laboratórios genuinamente nacionais, o Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, o Laboratório das Forças Armadas, Laboratório da Aeronáutica, Laboratório da Força Pública de São Paulo, os laboratórios estaduais, esses são realmente nacionais. Há, talvez, uns quatro ou cinco laboratórios da empresa privada nacional. Outros são laboratórios sem qualquer expressão financeira. Agora, o que caracteriza hoje um laboratório nacional? Capital exclusivamente nacional e tecnologia nacional, que é imprescindível.

E o senhor acha possível o desenvolvimento de uma tecnologia nacional na indústria farmacêutica?

— Como acho possível?

Empresa estatal faz remédio mais barato

O Dr. Roched Abib Seba, diretor científico do Instituto Vital Brasil e que vetou a fabricação do anticoncepcional "vital-Ciclo" por causa dos efeitos colaterais produzidos por esse medicamento, considera um absurdo o lucro no setor de saúde, uma das áreas onde as empresas mais lucram.

Quais os critérios que o Instituto Vital Brasil obedece para lançar seus medicamentos no mercado?

— Sendo o Instituto um órgão estatal, ele não visa lucros. Portanto, procura servir à população, de acordo com as suas possibilidades. Por isso, dá preferência aos medicamentos mais baratos e que condizem mais com a realidade brasileira. Procura atingir as camadas mais pobres da população, e por isso usa embalagens mais simples, e medicamentos mais puros, visto que as misturas muitas vezes encarecem o remédio e tomam difícil a interpretação de seus efeitos tóxicos. Devido ao estudo que faz das necessidades da população, lança poucos medicamentos no mercado — uma média de um ou dois por ano — sendo que grande parte de sua produção consiste em soros e vacinas, isto é, medicamentos de caráter preventivo e não curativo.

Há. Diversas autoridades têm afirmado que os técnicos brasileiros oriundos das escolas civis e dos institutos militares estão em condições de produzir todas as matérias-primas necessárias para produzir medicamentos. Tecnicamente e cientificamente eles podem fazer isso. O que não há é um parque industrial, ou uma indústria química de base para eles trabalharem.

Até que ponto o Ministério da Saúde está impotente ou conivente com as multinacionais?

— Eu não digo que o Ministério da Saúde seja conivente. Eu digo que a gente não pode se esquecer que, infelizmente, ainda somos um país subdesenvolvido e uma de suas características é ter as suas indústrias e seu comércio dominados por multinacionais, por potências estrangeiras. Esta é a situação. A indústria farmacêutica no Brasil é dominada pelo capital estrangeiro. A indústria química é totalmente estrangeira. Nessas condições, eles têm força bastante para obter aumentos de preços, fazendo pressões no CIP, para se esquivarem de punições graves. Em 68, eu propunha a nacionalização da indústria farmacêutica, na falta de um conhecimento mais profundo que esses 14 anos me deram. Mas a nacionalização de uma indústria estrangeira é uma medida violenta, considerada violenta pelos estrangeiros, que têm a força, e aos quais nós devemos alguns bilhões de dólares. Depois, analisando com detalhe, se eu hoje tivesse autoridade eu não nacionalizaria a indústria farmacêutica porque a grande maioria, quase totalidade, dos medicamentos que consumimos vêm do exterior. Todos, sem exceção têm seus estudos científicos e programação tecnológica feitos no exterior. Ora, o que eu proponho é que o governo

crie a indústria química de base.

Como começou a sua briga com as multinacionais de remédios?

— Eu tô nessa briga desde 1961. Resumindo a história, no governo do dr. Jânio Quadros houve a constituição, por ordem do presidente, de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar uma série de irregularidades que ocorreram com a indústria farmacêutica, especialmente umas notícias muito vagas sobre a absorção de laboratórios brasileiros por estrangeiros. Foi encarregado do inquérito, um amigo meu, coronel-médico e farmacêutico. Nessa ocasião, eu era tenente-coronel médico do Exército e esse colega pediu meu auxílio porque a tarefa era muito espinhosa, muito difícil e como eu estudava muito esses problemas ele me pediu que eu o auxiliasse. Eu declarei que a maneira que eu tinha de auxiliar era ele me convocar pra depor.

— E realmente prestei o depoimento, denunciando manobras de superfaturamento nas compras de matéria-prima pelas empresas estrangeiras, a falta de capital de giro das empresas brasileiras, a falta de assistência do governo a essas empresas. Tudo isso resultava, em suma, na absorção das nossas empresas pelas empresas estrangeiras. Denunciei, também, o fato do monopólio total da importação de matérias-primas por empresas estrangeiras e que uma das maneiras que eles tinham para levar as empresas farmacêuticas nacionais à falência era, justamente, sonegar a matéria-prima de modo que as empresas brasileiras não tinham, não podiam atender os pedidos para dar medicamentos porque eles sonegavam a matéria-prima. E na iminência da falência e concordata, o laboratório estrangeiro fazia uma boa proposta e comprava.



O que o Código de Ética da Abifarma tem de fajuto, tem de desrespeitado.

Na publicidade, vale tudo.

PROPAGANDA FAZ

TUDO MUNDO SE DROGAR

O Código de Ética da Abifarma diz que "a publicidade de medicamentos populares não deverá ser feita de molde a sugerir cura ou prevenção de qualquer doença séria que exija tratamento sob supervisão médica".

Diz também que "testemunhos usados na publicidade de medicamentos populares só poderão advir de reais consumidores do produto e com a permissão destes por escrito. Os testemunhos poderão ser opiniões, mas só ligadas a experiências de uso do produto".

Para não nos perdermos em divagações maiores, basta citar o exemplo do Atalaia Jurubeba, que desrespeita descaradamente a tal da ética. De vez em quando aparece um cara na televisão dizendo que

já tomou uma porção de remédios para o fígado, mas o que adiantou mesmo foi o Atalaia. Em seguida, sai falando sobre as propriedades terapêuticas do remédio.

Para as multinacionais dos remédios, a propaganda tem uma grande importância na venda de seus produtos no Brasil, embora o que se vê na imprensa "leiga" ou televisão não chegue a indicar o que se gasta realmente. Através dos propagandistas, os laboratórios trabalham junto ao médico e, se for preciso, pagam diretamente altas quantias para que receitem determinados remédios. Depois dos médicos, atacam os donos de farmácias e balconistas, que também recebem o seu para empurrar remédios.

Segundo o *Jornal do Sindicato dos Médicos de São Paulo*, "a propaganda maciça no Brasil, visando tanto o médico quanto a população, é tão importante para a indústria farmacêutica que consome 40% de sua verba".

É claro que essa propaganda desenfreada faz com que o brasileiro saia por aí se empanturrando de remédios, na maioria das vezes sem precisar. Para se ter uma idéia, existem no Brasil 30 mil especialidades farmacêuticas, enquanto na Suécia não chegam a quatro mil.

"O mais catastrófico", diz o Sindicato de São Paulo, é ver a população consumindo remédios ineficientes ou tóxicos já acusada por

A Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica - ABIFARMA estabelece este Código Voluntário de Ética Publicitária, a fim de orientar a indústria farmacêutica do Brasil em suas práticas de promoção e comercialização de medicamentos. O desenvolvimento deste Código foi baseado em muitos anos de experiência da ABIFARMA como órgão de classe da indústria farmacêutica brasileira e em consultas a numerosos códigos semelhantes quer de entidades co-irmãs de outros países quer de órgãos internacionais. A ABIFARMA entende, também, que este Código coincide com a posição do Governo a favor da auto-regulamentação da propaganda.

organizações internacionais, como é o caso da Food and Drug Administration (Administração de Alimentos e Drogas), dos Estados Unidos. Em 1971, a FDA disse que, de 2.752 medicamentos testados, apenas 41,7 funcionavam de acordo com a bula e 19,1% eram totalmente ineficientes".

"Se isso ocorre nos Estados Unidos", continua, "que dizer

do Brasil, onde o Sistema Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia existe mais como figura decorativa. Com orçamento insignificante e número de funcionários mais insignificante ainda, sua única saída é aprovar medicamentos, baseado quase que exclusivamente nos dados fornecidos pela própria indústria que está lançando o produto".

Entero-Vioformio

CONTÉM 500 comprimidos de 0,25g

Há alguns anos, a propaganda na televisão dizia que "Se o reizinho vai demais ao troninho, En-te-ro-vi-o-fór-miô". Hoje, cuidado; se o reizinho for demais ao troninho e tomar Entero-viofórmio, pode ficar cego.

Está claro que a função básica do laboratório particular é ganhar dinheiro, muito dinheiro. A saúde das pessoas pode ficar em segundo lugar, principalmente num país onde não existe o mínimo controle sobre os remédios que estão no mercado, mesmo que alguns desses remédios tenham sido proibidos ou condenados em outros países.

É o caso do anti-diarréico Entero-Viofórmio, que ataca o sistema nervoso central e a visão. O remédio foi proibido no Japão, onde provocou 30 mil casos da doença conhecida por Smon, - atrofia ótica subaguda - além de numerosos casos de cegueira permanente.

Em seu livro "A Máfia dos Remédios", o dr. Mário Victor diz que "o Entero-Viofórmio, da empresa suíça Ciba, foi banido do Japão em 1970 e retirado do comércio nos Estados Unidos, em 1972 por pressão da Food and Drug Administration junto ao produtor suíço. Logo em seguida, também a Suécia e a

Noruega proibiram o consumo da droga".

No Brasil, o remédio continua sendo vendido sem problemas, da mesma maneira que são vendidos os analgésicos que contêm Dipirona (Novalgina, Conmel, Dorflex e Beserol), uma substância que pode causar alterações na composição do sangue, pode diminuir o número de glóbulos brancos do sangue, pode produzir anemia, edemas, tremores e insuficiência renal aguda. A Dipirona não deve ser usada em pessoas com glaucoma, hipertrofia da próstata, esclerose de colo vesical,

miastemia grave, e nos três primeiros meses de gravidez. Mas qualquer um dos remédios que têm Dipirona são vendidos em envelopes de quatro comprimidos, sem qualquer aviso de contra-indicação. Nem a Hoechst, que vende a Novalgina líquida, acompanhada de bula, faz qualquer referência maior às contra-indicações.

Mas é na superdosagem das vitaminas que se vê claramente a jogada do lucro, com os fabricantes usando certos artifícios psicológicos para enganar os consumidores.

"No custo de produção das

vitaminas sintetizadas pela indústria farmacêutica", diz o dr. Mário Victor, "a matéria prima não é o elemento de maior peso, já que as variações de doses são em miligramas e microgramas. Os estudos científicos e a tecnologia conseqüente para a produção, embalagem, transporte, despesas de publicidade, impostos, salários altos de administradores e outros empregados, são elementos do custo de produção iguais, tenha a vitamina sintética 10 ou mil miligramas; mas o leigo aceita naturalmente pagar muito mais caro por vitamina com um ou dois gramas do que por outra com 20 miligramas. Até pessoas de instrução superior supõem erradamente que ficarão curadas mais depressa graças ao consumo de dosagens mais fortes de vitaminas, o que justificaria a maior despesa".

Onde mais se vê esse tipo de abuso é na superdosagem da vitamina C, vendida em doses de até dois gramas, um

absurdo se considerarmos que a dose terapêutica está entre 80 e 120 miligramas. E cada vez que uma pessoa ingere dois gramas de vitamina C está obrigando a vários órgãos do organismo, principalmente os rins, trabalharem mais do que o normal.

Em 1970, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo fez uma pesquisa e divulgou um documento, onde dizia que "a maioria dos complexos vitamínicos à venda no Brasil possui doses de vitaminas A e D, 10 a 15 vezes maiores que as suportáveis pelo organismo humano e seu uso diário pode provocar hipervitaminoses com conseqüências irreversíveis, entre elas o aumento da pressão craniana, descalcificação óssea e malformações congênitas. Dos 43 complexos vitamínicos mais vendidos no Brasil nenhum apresenta dosagem correta".

Reportagem de Chico Júnior, Luiz Alberto Bettencourt e Vera Lúcia Dias

PRESENTE DO
REPORTER

"FIGURINHAS" PARA VOCÊ COLORIR



Querido
Papai Noel:

Deus pague o senhor pelo trenzinho que eu ganhei neste natal, era justo o que eu queria. Agora quero continuar roubando todo mundo pro senhor me dar uma ferrovia no ano que vem.

Paulinho Felix

Pro senhor vê como eu sou um bom generalzinho, peguei aquele compensado de pinho que o senhor mi deu e fiz uma espadinha e uma forca pra acabar com os comunistas. Será que ano que vem o senhor mi dá uma gilhotina elétrica da Istrela, cin papai noel?

Edmundo 4 Estrelas

Papai noel, meu querido, eu num pensava que o senhor pudesse me dar de presente o cavalinho, meu livrinho preferido e mais o do Pinóquio. Juro pro senhor que já tava satisfeito com aquele palacinho na capital.

Godinho Frouco

Muito legal a garrafinha de fazer fumaça que o senhor deu pra mim, papai noel, gostei muito, muito mesmo. Juntei todos meus amiguinhos e nós vamos brincar até o natal que vem com ela. Muito obrigado.

Márcio Henriquinho

Eu sou muito bonzinho e não gosto de falar mal dos outros, papai noel, mas o senhor me deu uma metranca que não atrai e eu pedi mesmo um camburão de pilha, uma maquininha de dá choque e aquele soco inglês pintado de azul que tem na televisão.

Suzinho Fleury

Gostei demais dos bonequinhos novos, papai noel, mas eu já tinha um montão na minha coleção. Só foi bom mesmo porque eu vou poder fazer uma cidade inteira só pro senhor ver que eu não tô com raiva.

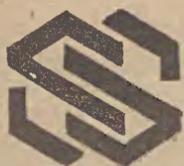
Chaquinhas Freitas do Dia

Fiquei muito feliz com a torre Eiffel que eu ganhei. Si fosse torre de petróleo eu ia gostar mais do que aquelas férias que o senhor mi deu em Paris ano passado. Eu trouxe lembranchinha de montão, lembra, papai noel?

Delfininho 6 Porcento

Puxa, papai noel, estou muito triste porque o senhor só não entrou na minha casa. Só por que eu falei aquilo tudo pra todo mundo, papai noel? Isso não era motivo pro senhor me deixar na mão. Mas agora eu só calo a boca se o senhor me dar logo aquela outra estrelinha.

Bugzinho Chupeta Abreu



REPORTER mostra prova de corrupção

Deram sumiço no processo contra Silvio Santos

AGENTE FISCAL DESCOBRIU OS TRAMBIQUES DO BAÚ —
EMPRESAS DE SILVIO SANTOS

PODERIAM FECHAR — MUITA GENTE ENVOLVIDA — DINHEIRO CORREU
SOLTO — QUATRO ANOS DEPOIS, COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
NÃO CONCLUIU NADA — E CADÊ O PROCESSO?



No segundo semestre de 1974 correu um certo zumbum nos meios fazendários de Nova Iguaçu sobre o desaparecimento de um Processo Tributário Administrativo contra a firma B.F. Utilidades Domésticas (Baú da Felicidade), de propriedade de Senor Abravanel, mais conhecido como Silvio Santos. Hoje, conversando aqui e ali com alguns funcionários da 3ª Região Administrativa da Diretoria Regional da Fazenda Estadual, em Nova Iguaçu, sabe-se que "a coisa foi alta, correu muita grana, deu inquérito e sindicância". Mas a verdade é que, apesar de inquéritos e sindicâncias, o processo desapareceu.

Mas quem foi procurar o

processo número 5.987/74 vai encontrar um simples auto de crime de sonegação fiscal de ICM, devidamente arquivado em 25 de julho de 1974. É que, com o desaparecimento do original, um outro teria que ser colocado no lugar, com o mesmo número. E assim foi feito.

A história começou no dia 20 de maio do mesmo ano, quando os agente fiscais Yran Luis da Silva Soares e Fernando Bravo Ururahy abriram oficialmente um Processo Tributário Administrativo, onde promoviam uma verdadeira devassa na BF Utilidades Domésticas e Lojas Tamacavy (nome fantasia da BF), ambas de Nova Iguaçu. Se as investigações prosseguissem e fossem até o fim, tudo que restaria ao Ministério

da Fazenda seria a cassação da concessão que permite Silvio Santos operar no ramo da venda de carnês, tantas eram as acusações provadas, principalmente, pelo agente Yran. Isso, no mínimo. O máximo poderia ser a prisão pura e simples do cidadão Senor Abravanel por agiotagem, enriquecimento ilícito e apropriação indébita, de acordo as conclusões a que chegou o agente Yran, mas que, por não poder assinar sozinho o processo, contou com o aval de Fernando Ururahy.

No processo original, que ficou sendo conhecido como "Processo da Dualidade de Preços", Yran conta que foi procurado por um cliente, portador de 10 carnês do Baú da Felicidade, que solicitava

informações sobre divergências de preços das mercadorias vendidas nas duas lojas da empresa, ambas localizadas no município de Nova Iguaçu.

Embora a Tamacavy fosse um nome fantasia da BF e, portanto, sob a mesma razão social, ela não negociava com carnês. Foi criada para concorrer no mercado com as outras grandes lojas de aparelhos eletrodomésticos, enquanto a BF ficava como posto de trocas de carnês, onde os clientes trocavam as mercadorias por preços muito mais elevados dos que os da Tamacavy.

"Fiquei estarelecido ao comprovar a diferença de preços entre a outra loja", diz Yran no processo, para, logo em seguida, apresentar o caso

de uma garrafa térmica (código 143.627) que tinha preço de troca por carnê em Cr\$77,50 enquanto a mesma mercadoria custava Cr\$14,50 na Tamacavy.

Yran dizia, ainda, que o carnê é controlado por Lei Federal nº. 5.768/71, aprovada e regulamentada pelo presidente da República, que determina, entre outras coisas, que as mercadorias devem ser trocadas a preço corrente e vigente na praça e com base no preço de venda. Fazendo o que estava fazendo, a conclusão do agente era de que Silvio Santos estava simplesmente lesando a lei.

Depois de acusar Silvio Santos de agiotagem, enriquecimento ilícito e apropriação indébita, Yran citava o Art. 159, Título II, do Código



Civil, que diz o seguinte: "Aquele que, por ação ou omissão involuntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano".

Citava, também, o artigo 174 do Código Penal: Induzimento à especulação ("Abusar, em proveito próprio ou alheio, de inexperiência ou da simplicidade ou inferioridade mental de outrem, induzindo-o à prática de jogo ou aposta ou à especulação com títulos ou mercadorias, sabendo ou devendo saber que a operação é ruínoza").

Os fatos apurados por Yran e discriminados no processo foram os seguintes:

1. Diferença exorbitante no preço da mercadoria vendida pelas lojas Tamacavy, com relação ao sistema de vendas à vista e a crédito.

2. Não aplicação da correção monetária (ORTN) — como manda a lei — na troca dos carnês.

3. Vigência de três modalidades de preços em duas tabelas quanto aos mesmos produtos (mesmos códigos), na empresa cuja razão social é B.F. Utilidades Domésticas S.A.

4. Comprovação junto à financeira pertencente ao mesmo grupo (Baú Financieira) quanto à diferença de preços de mercadorias cujos preços bases são majorados nas vendas a crédito. Segundo Yran, a BF tinha três preços para as mercadorias: preço para venda à vista, preço para venda a prazo e preço para a troca de carnês.

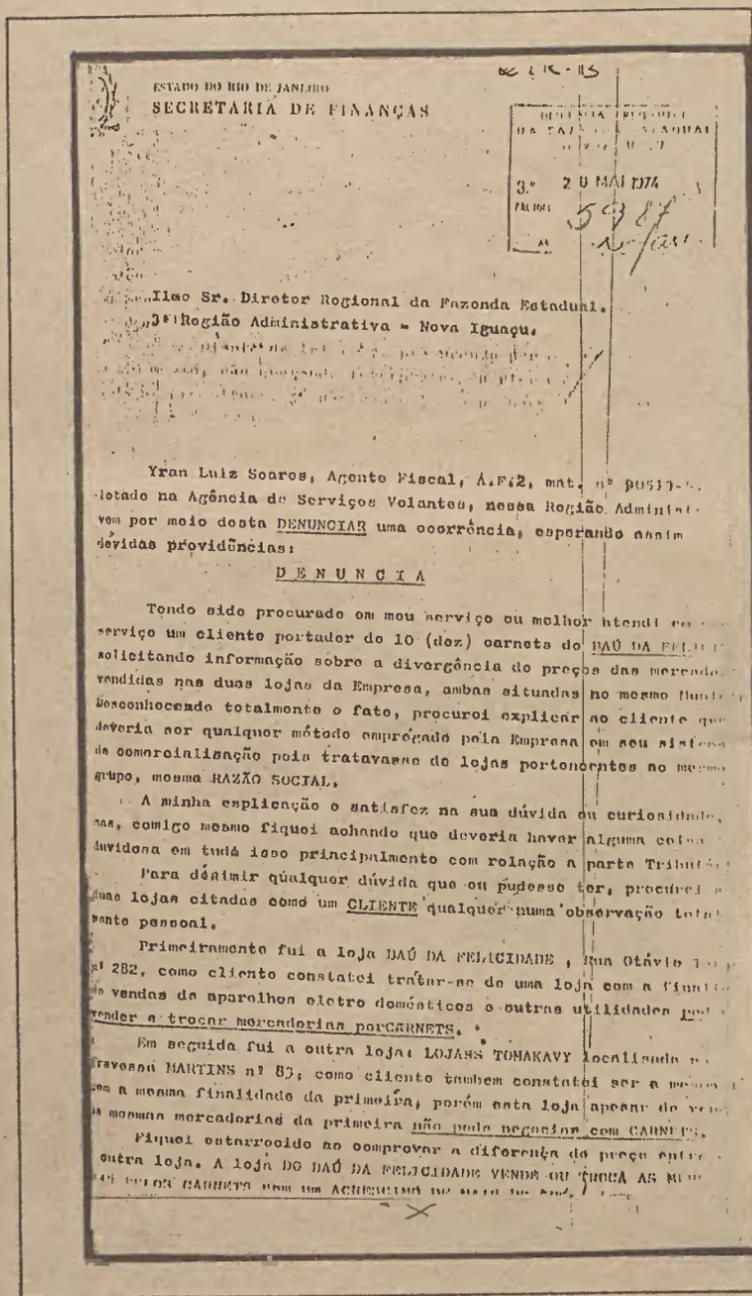
Para fazer tais acusações, Yran trabalhou algum tempo e apreendeu várias notas fiscais, nas quais constatava a dualidades de preços para um mesmo produto. Do quadro demonstrativo anexo ao processo tiramos alguns exemplos:

Segundo a nota fiscal nº 14917 a mercadoria de código 324054 foi vendida no dia 5 de dezembro por Cr\$ 114,00. Mas no dia 21/12, outro aparelho idêntico, com o mesmo código, foi vendido por Cr\$ 79,00, de acordo com a nota fiscal apreendida nº 10133. A mesma coisa aconteceu com o produto sob o código 324115, vendida num dia por Cr\$322,50 e dois dias depois por Cr\$196,00. Outra que custava Cr\$76,00 (nota fiscal 10117 de 20/12) também custava Cr\$114,50 (nota fiscal 15522 de 18/12).

Mas acontece que o processo que denunciava essas e outras coisas e que, fatalmente, deixaria Silvio Santos em péssima situação junto ao Ministério da



O original é esse aí, um Processo Tributário Administrativo. Hoje, o que existe em Nova Iguaçu é de ICM.



O início da denúncia de Yran, protocolada na Diretoria Regional da Fazenda Federal em 20 de maio de 1974.

Fazenda, simplesmente sumiu de Nova Iguaçu.

E como é que esse processo desapareceu da Diretoria Regional da Fazenda Estadual de Nova Iguaçu? Seria uma ótima pergunta a ser feita a vários fiscais e ao Diretor Regional na época, senhor Manoel Lucas de Souza Júnior. Pena que um dos envolvidos, e talvez o principal deles, já tenha morrido:

Antônio Rezende Martins. Era o sub-diretor.

Se bem que alguma tentativa de apurar irregularidades naquela repartição já foi feita, a pedido do Inspetor Regional, José Bernardes, que através da Portaria 117/75 mandou instaurar um inquérito administrativo. Só que até hoje ainda não se sabe, pelo menos oficialmente, quem sumiu com o

processo. E muito menos a que conclusões chegou a Comissão de Sindicância sobre os trambiques que aconteciam em Nova Iguaçu. O fato é que o inquérito ainda está correndo, há quatro anos, e os envolvidos ainda estão por aí.

Mas se soube de muita coisa, como as acusações feitas pela denúncia do agente fiscal Fernando Augusto Pereira Nunes, um dos depoentes na Comissão de Sindicância. Em seu depoimento, feito de forma sigilosa no dia 13 de novembro de 1975, em sua casa, no bairro carioca de Copacabana, Fernando Augusto, envolvido numa transa de guias de recolhimentos frias, disse que resolveu abrir a boca a partir do momento em que recebeu "diversas ameaças anônimas contra a sua pessoa e de seus familiares, caso fosse depor na Comissão de Inquérito". Por esse motivo, "temendo ser morto para não falar o que sabe", resolveu prestar a denúncia sigilosa.

Fernando Augusto começa denunciando a existência de uma "caixinha" no Serviço Volante da Inspeção de Nova Iguaçu e que, várias vezes, "já conversara com o inspetor (N.R. o mesmo que mandou iniciar as sindicâncias) e relatara diversas irregularidades que ocorriam em Nova Iguaçu, sem que o Inspetor tivesse tomado qualquer iniciativa, dizendo ao denunciante que o passado era passado".

Segundo a denúncia, a "caixinha" era dirigida pelo agente fiscal Renato Marcelo Elias Jorge, que dividia o dinheiro "arrecadado" entre os seguintes servidores: o próprio Fernando Augusto; Jesus Mariano dos Passos; Manoel Lucas de Souza Júnior, antigo Diretor Regional; Jadir Martins; Almir Fernandes; Washington Leonardo Shering; Henrique Borges Neto; Roberto Carlos; Jorge Chambarelli e Alberto Jardim.

Fernando dizia, ainda, que uma das finalidades dessa caixinha era para pagamentos das despesas da campanha eleitoral dos deputados Jorge David e Jorge Lima.

Mas o mais interessante dessa denúncia, e o que nos interessa no momento, é a parte referente ao Baú da Felicidade e que vale a pena ser transcrita.

Fernando Augusto disse que "os fiscais de ronda Fernando Bravo Ururahy, Décio Pereira Machado e o agente fiscal Yran Luis Soares, atendendo uma denúncia de um funcionário da empresa Silvio Santos, compareceram à loja daquela empresa, sito em Nova Iguaçu para, com o suposto intuito de fiscalizar, se apoderarem de carnês frios do

Baú da Felicidade, tanto é que a transferência do local da loja da empresa estava irregular e nada foi feito; que para esta diligência o agente fiscal Yran recebeu uma autorização especial do senhor Lucas; poder fiscalizar, pois ele quem recebera a denúncia vindo posteriormente a ser o principal beneficiado da gratificação que o senhor Silvio Santos deu para ser dividida por Manoel Lucas de Souza Júnior, Jadir Martins, Fernando Bravo Ururahy, Décio Pereira Machado, Antônio Rezende Martins e o próprio Iran".

Bem, segundo Fernando Augusto, a quantia dada por Silvio Santos para reaver os carnês frios foi de Cr\$ 1 milhão 500 mil, de acordo com o que teria dito Yran para o denunciante e para Renato. Mas no depoimento, Fernando diz ainda que Jadir Martins declarou ser de Cr\$ 600 mil.

Na denúncia consta que o "senhor Silvio Santos esteve pessoalmente em Nova Iguaçu três vezes e uma vez em casa de Yran, onde foi fechada a transação". E que em uma das vezes "o senhor Silvio Santos almoçou com o falecido fiscal de rendas Antônio Rezende Martins e Yran Luiz Soares num restaurante da Rio-São Paulo".

Fernando Augusto passou perto, mas andou cometendo alguns deslizes. Primeiro: o dinheiro saído dos cofres do Baú não foram para a recuperação de carnês frios. Lembrem-se que sumiu um processo da Inspeção Regional e que o mais certo seria a utilização da grana para fazer desaparecer este processo. Segundo: a importância, segundo corre à boca pequena, foi de Cr\$ 750 mil. Terceiro: Yran, de quem partiu a denúncia inicial contra Silvio Santos, teria sido o grande bode expiatório dessa trama toda, e, ao que tudo indica, jamais viu a cor do dinheiro.

O fato é que até hoje não foi feito nada de concreto. No momento, o que a Comissão Sindicância pode fazer é tentar descobrir como e por que sumiu o processo 5.987/74 e como que o outro de ICM foi parar em seu lugar. E é bom andar rápido, antes que esse suma também.

Outra providência seria saber que fim levou a investigação feita a partir da Ordem de Serviço 574/75, da Polícia Federal, que apurava denúncias contra o Grupo Silvio Santos. Na época, vários elementos ligados a Silvio Santos foram ouvidos, todos "para prestar declarações no interesse da Justiça".

Chico Júnior

Esconderam a menina que morreu de fome na creche

Vários artifícios foram usados para que o nome da Legião da Boa Vontade não fosse envolvido na morte da menor Patrícia Silva Couto, de 8 meses, morta no dia 27 de agosto, com pneumonia aguda, na Casa de Caridade de São Francisco de Assis (Rua Saravatá, 363, Marechal Hermes). Neste local, Alziro Zarur se concentrava para pregar o evangelho e participar do lucro dos donativos, juntamente com o diretor da Casa, Luiz Felipe Portes de Campos.

A morte de Patrícia, que estava há 19 dias na creche, só chegou ao conhecimento das autoridades da 30ª Delegacia Policial depois de 48 horas, tempo em que o corpo foi mantido escondido, até que fossem apagados os vestígios que pudessem incriminar Zarur e sua organização. Os motivos que provocaram a morte da menina foram, segundo a perícia criminal, falta de cuidados médicos, falta de boa alimentação e falta de higiene, já que as crianças eram tratadas como bichos, por uma tal Isabel, deficiente mental, encarregada do "tratamento" dos menores. De acordo com os moradores do local, Isabel espancava as crianças por qualquer motivo.

Segundo Jorge da Silva, morador no número 343 da mesma rua, a LBV utilizava as crianças para pedir roupas e dinheiro, juntamente com o pessoal da Casa de Caridade. Saíam pela manhã, por volta de 8 horas, e retornavam à tarde, lá pelas 4 horas.

— As crianças chegavam famintas. O dinheiro dos donativos era dividido entre Luiz Felipe e Zarur. A comida servida era idêntica à lavagem de porco, tudo junto. O café da manhã era uma papa de café com pão, o banho, tomado em um tanque, pois os banheiros viviam com defeito.

Quando Patrícia morreu, tentaram incendiar o prédio, mas resolveram simplesmente ocultar o nome da LBV, já que o nome de Zarur não consta no contrato social da entidade, ficando a responsabilidade para Luiz Felipe assumir. E até hoje o nome de Zarur não apareceu no inquérito policial.

As declarações de Jorge da Silva foram endossadas pelo menor Adilson, de 11 anos, ex-morador da creche. Fugiu há dois meses, por não mais suportar as imposições da creche.

— Lá é pra leão. A gente pede, pede, e no final quem fica com o melhor são eles. Não dá, né?

No dia 26 de setembro o Juízo de Menores resolveu fechar a Casa de Caridade, levando 19 crianças para a Funabem, enquanto Luiz Felipe era processado.

A mãe da Patrícia, Jupira da Silva Couto, não sabe explicar direito a morte da filha, declarando apenas que, quando a deixou na creche, estava bem de boa

saúde. E não entendeu porque mantiveram o corpo escondido por dois dias.

Na delegacia, Luiz Felipe declarou que sua instituição de caridade não oferecia melhores condições, em virtude de ser mantida exclusivamente por donativos, além de não ter fins lucrativos. No entanto, estão em seu nome o prédio onde funciona a Casa de Caridade, quatro carros, duas contas bancárias nos bancos Auxiliar de São Paulo e Nacional, além de ter contratado os serviços de um advogado irmão do Juiz Eliezer Rosa.

Os vestígios que incriminavam a LBV foram apagados com pinturas, raspagem de paredes e queima de alguns objetos. Nos fundos da Casa de Caridade, onde funcionava a Escola Zarur, as paredes foram pintadas de cal, para desaparecer o nome Zarur. Os pertences da LBV foram retirados e levados para um depósito na Rua Mipibu, no mesmo bairro, de propriedade de Zarur, e outros objetos e documentos foram destruídos.

O menor Carlos Augusto France, de 16 anos, um dos mais antigos na Casa de Caridade e o único que não foi levado para Funabem, por ter sido escondido por Luiz Felipe, relata toda farsa e confirma a participação de Alziro Zarur.

— Não fui para Funabem porque eles me esconderam. Fiquei trabalhando no galpão do Zarur, na Rua Mipibu, até as coisas se acalmarem. Este galpão é o lugar onde são guardados todos os donativos da Legião da Boa Vontade. Nem o Zarur, nem o senhor Luiz Felipe me pagam um centavo pelo meu trabalho. Trabalho para poder continuar vivendo aqui na Casa de Caridade. Pelos menos, mal ou bem, tenho comida e roupa. O que mais me revoltava era quando Zarur fazia cruzada (pregação do evangelho). Tínhamos que armar palanque para os dois falarem coisa que eu não entendia. Só sei que tínhamos que beijar as mãos dos dois. O que mais me espancava era quando as pessoas jogavam à seus pés, jóias, dinheiro e outros objetos, quando eles falavam. Depois, os dois dividiam. Zarur entrava em seu carro, com motorista e tudo, e ia embora.

Carlos Augusto diz que continua morando na Casa de Caridade porque não tem para onde ir. Não sabe nem quem é sua mãe.

— Mas aqui não tem nada. De vez em quando aparecia um médico, que nunca mais deu as caras. Os banheiros são tão sujos que ninguém suporta o cheiro. E os moradores daqui da rua viviam pedindo para o pessoal não bater nas crianças porque ninguém agüentava mais o choro. É coisa de louco.

Texto de Jota Paulo

Casa de caridade só queria grana — Bebê morreu por falta de comida — Alziro Zarur tirou o time de campo na hora H

— Tentaram até incendiar o prédio

— Arapuca fechada pelo Juizado



Fotos Custódio Coimbra



1 — Dona Dolores: "me negaram um prato de comida"

2 — A Casa de Caridade São Francisco de Assis

3 — Carlos Augusto, 16 anos, morador da casa da caridade: "a gente tinha que beijar a mão do Zarur"

Negaram um prato de sopa pra velhinha

Na porta da Casa de Caridade, Dolores Arantes, 72 anos, moradora no bairro, faz acusações à creche, na presença de dona Amália, esposa de Luiz Felipe, o dono.

— Quando precisei de um prato de comida, me negaram. Passei 15 dias doente e sem ter o que comer. Como soube que era casa de Caridade, resolvi pedir ajuda. Fui até lá, em nome de Deus, porém fui recebida pelo diabo, que mandou que procurasse o meu Deus. Meu Deus? Que Deus é este que a senhora queria que eu procurasse? Vocês não falam tanto em Deus? Então deveriam ajudar os filhos dele. Além dos mais, um prato de sopa não é nada demais.

Amália responde com raiva: — A senhora está mentindo, isto é uma calúnia. Aqui sempre

ajudamos todos que precisam.

Entra em cena Dolores: — Se vocês fossem bonzinhos, a polícia não teria fechado. E a corrente com que batiam nas crianças? E o dinheiro dos donativos que iam pro bolso do seu marido e do Zarur?

Rebate Amália:

— A senhora mente demais. Os moradores reclamam porque são todos classe média e querem levar vida de burguês. Quando viam pobreza, reclamavam. Reclamavam até das filas feitas na calçada, quando os pobres vinham pedir donativos.

Com relação à acusação do espancamento das crianças, Amália não falava nada, procurando sempre se defender contra a acusação de não ter dado o prato de comida.



Luiz Felipe, o dono da casa: "quem vai julgar é Deus."

Acabaram com o bate-coxas nacional

BRASILEIRO CAI DE CABEÇA NA ONDA DAS DISCOTECAS

É difícil calcular o número exato de discotecas existentes no Rio de Janeiro. No subúrbio, onde a febre apresenta sintomas mais evidentes de propagação, a maioria dos clubes de bairro passou a ostentar faixas com nomes pomposos para lembrar que ali existe uma discoteca. Elas podem se chamar Concerto Magnético, Jerusalém, Rockmania ou Cadeira Elétrica, mas todas têm em comum a disposição de embalar as noites de sábado de milhares de travoltinhas empastados de brilhantina. Enquanto eles se contorcem nos salões, endiabrados, ao estilo dos anos 50, os proprietários e suas caixas registradoras trabalham tranquilos, ao estilo dos anos 70.

Começando por baixo, já que o forte da transação toda fica com as gravadoras, vale saber que o preço do ingresso numa discoteca de subúrbio custa, em média, 20 cruzeiros (homens) e 5 cruzeiros (damas). Na zona sul, onde a sofisticação de certas casas procura imitar o charme de suas similares nova-iorquinas, o preço varia entre 250 e 300 cruzeiros. A faixa etária dos frequentadores vai dos 3 aos 45 anos.

Uma coisa é certa: o único que não está ganhando dinheiro com esse negócio é o consumidor. O sistema que embala a disposição das gravadoras multinacionais para investir em discotecas, diz o crítico Roberto Moura, "se apóia no fato de elas não pagarem royalties", ou seja, estarem isentas de taxas. Uma crocodilagem que vai atingir



também, o músico nacional, cuja matéria-prima as gravadoras dispensam para evitar o pagamento de direitos autorais. O desabafo do compositor João de Aquino é singular, quando diz que "o primeiro passo é fazer o compositor brasileiro aceitar música dançável".

A polêmica esquentou também para o lado dos conjuntos de bairros que, agonizantes, vivem na esperança de ver a moda desaparecer com a mesma velocidade com que surgiu. E lembram do movimento black-Rio.

Como atividade lúdica, de lazer, a dança nunca fez mal a ninguém. Afinal, como diziam os mestres, uma mente saudável - vel

necessita de um corpo igualmente saudável. Nesse caso a razão estaria mesmo com o maestro Julio Medaglia, que deseja ver a dança-discoteca transformada em movimento de ginástica, que além de econômico e sadio, pode ser igualmente competitivo.



O discotecário Enésio põe 4 mil pra dançar aos domingos

Dono do baile leva mais de 28 milhas por semana

Enésio Ferreira da Silva, 30 anos, morador em Belford Roxo. Profissão: discotecário do clube Excursionista.

Como você começou a trabalhar com som?

— Bom, já têm cinco anos que estou nessa. Antes era o soul, que era coisa de negro apenas. A discoteque veio unir as duas correntes, você entende? Se você for aqui em Rocha Miranda você vai conhecer um clube que era conhecido como O Planeta dos Macacos e hoje, depois que virou discoteque, é frequentado por brancos e negros. Eu hoje tenho uma equipe de cinco homens trabalhando pra mim.

Como é a frequência nos seus bailes?

— Veja que eu cobro apenas 20 cruzeiros dos homens e 5 das mulheres — e a média de bilheteria está sendo

28 e 29 milhas por domingo. Isso dá perto de 4 mil pessoas. Este espaço que você está vendo aqui fica completamente tomado. Nós incentivamos também com o concurso de dança, onde os traveltianos disputam o prêmio de 3 mil cruzeiros.

Você acha que a discoteca tem prejudicado os conjuntos de bailes?

— O problema da discoteque estar famosa e os conjuntos caírem um pouco é o preço. Se eles fizessem bailes a 20 cruzeiros eles lotavam, mas eles estão cobrando 50 pratos.

Você tem que comprar direitos autorais de alguém?

— Não. As gravadoras me mandam os discos que saem antes mesmo de fazerem a divulgação.

Mas eles não cobram nenhuma taxa?

— Não. O que eles querem é que você divulgue o som.

Maestro lamenta importação até da dança

Julio Medaglia, 40 anos, maestro, diretor da rádio Roquette Pinto.

Qual sua opinião sobre as discotecas?

— Bom, eu só vejo a discoteca como dança, nunca como música porque você não pode considerar que meio compasso de percussão, que vai se repetindo, seja música. E como dança eu acho lamentável que o Brasil, que tem muito mais tradição do que os Estados Unidos — já que o negro americano desaprendeu a dançar —, esteja importando ao invés de exportar. No Brasil temos formas de danças muito mais ricas, como o samba, o xaxado e o baião. O que eu tenho visto nas discotecas é um festival de contorcionismo, que melhor seria se fosse ginástica.

De que forma isso atinge o músico brasileiro?

— O que acontece é que o músico instrumentista está sufocado por outros problemas, já que ele é um intérprete. Ninguém é tão mal pago como o intérprete, o instrumentista, que deveria ganhar sempre que executassem suas músicas. Acontece que as gravadoras faturam o direito delas e dos intérpretes — que recebem um cachê na hora de gravar e ficam satisfeitos. Por aí você pode imaginar como andam as coisas para o músico brasileiro.



Julio Medaglia acha que discoteca não é música



João de Aquino: somos muito elitistas

O que falta é boa música brasileira pra dançar

João de Aquino, 32 anos, músico.

— Eu acho que as discotecas não têm participação alguma na vida do músico. É claro que existe uma política comercial de mercado por trás disso, onde o músico brasileiro não está sendo bem aproveitado. Eu sei também que a Dancing Days apresenta shows com músicas ao vivo; eles já levaram o Pepeu, as Frenéticas e o Tim Maia. Quer dizer, a coisa é maléfica mas tem um beneficiamento porque, afinal de contas, música não faz mal a ninguém.

De que maneira ela atinge o músico brasileiro?

— Bom, seria necessário que os empresários investissem no músico brasileiro. Ela poderia fazer mais ouvintes mas não faz; faz apenas mais

dançarinos. Olha, o Raul de Souza fez um disco de discoteca que é muito bom. Seria importante achar uma linguagem que fuja desse padrão americano, que é um padrão vazio. O fato de um disco ser dançável não quer dizer que ele seja ruim, já que boa parte dos músicos brasileiros (os cariocas, principalmente) são formados em gafieiras. O erro está em nós, músicos, não aceitarmos músicas dançáveis. No exterior, passamos dois meses fazendo o nosso som e depois os caras acabam pedindo "Mamãe eu quero" e o casete-a-quatro. Os tabus do músico brasileiro, elitizado ainda, são "o mexer do pé" e o romantismo. O ideal é você ouvir música e dançar a música ou, então, acaba com a profissão do percussionista, do ritmista e o diabo.

Pro baterista, ruim foi ter logo virado moda

Robertinho Silva, 37 anos, baterista.

O que você acha das discotecas?

— Não sou contra as discotecas, não. Discoteca, originalmente, é uma casa de dança moderna, apenas isso. O negócio que prejudica é ter virado moda, coisa que só acontece no Brasil, já que nos Estados Unidos sempre foi normal. Você veja bem que aqui no Brasil tudo vira moda mas nada permanece. Me diga aonde está o movimento black-Rio? Cadê o som black?

E como músico?

— Como músico prejudica um pouco porque cada vez

estão vindo mais músicos e as portas não estão se abrindo da mesma forma. Aí pinta esses modismos que realmente só atrapalham. Mas eu não posso falar nada porque eu já toquei em discoteca norte-americana, como a My Place, que é uma discoteca de altas transações, uma das mais importantes de lá. Nós fomos convidados — eu, o Luiz Alves, Aluizio Milanêz e a Maria de Fátima, que cantava — fizemos uma vez e depois voltamos porque tínhamos agradado. Agora em março eu estou voltando para lá pra uma nova temporada. A diferença é essa, meu irmão!

Gervásio Cardoso Alves, 27 anos, morador do bairro da Penha, trocador da linha Cosme Velho-Leblon.

— Você gosta de discoteca?

— Nem um pouco; aliás nunca eu fui numa discoteca. O meu negócio é outro, malandro, bem diferente e você só encontra nos buraco quente da norte. Eu tenho um irmão mais novo que é trouxa e vive metido nestes clubes, mas eu não sou otário pra ficar pulando na frente da madame a noite toda sem poder dar um esfregão nas coxas dela. Falou?

Vovó diz que gosta mas se previne contra tóxicos

Maria Clara Magalhães, 52 anos, residente na Urca. Bibliotecária aposentada.

A senhora gosta de discoteca?

— Ora, meu filho, porque não haveria de gostar? Eu vejo as festinhas aqui em casa, as crianças se divertem tanto... O meu tempo já passou, era tão diferente... Minha cunhada estava falando que certos ambientes não são recomendáveis pras mocinhas de família, que têm tóxicos e pessoas suspeitas. Você veja o caso daquela mocinha, a Cláudia Lessin, ela devia freqüentar algum lugar assim.

A senhora já foi em alguma discoteca?

Não, isso não.



Mario Travolta faz sucesso no subúrbio.

Travoltinha rebola pra comer as menininhas

José Amaro de Freitas, 21 anos, morador em São João do Meriti, baixada fluminense. Profissão: auxiliar de escritório. **Por que você é conhecido como Mario Travolta?**

— Porque eu danço melhor que todos os garotos daqui. E também porque eu faço alguns passos do Tony Manero, o personagem do Travolta no cinema. Eles dizem assim: "Pô, Travolta, se você entrar no concurso de dança você vai ganhar." Eu já fui o melhor dançarino de "soul" da jogada, tipo James Brown, mas o rock é diferente no espaço.

Quanto você gasta por semana em discoteca?

— Gasto pouco. Eu freqüento o Nilopolitano, em Nilópolis,

da equipe Miro. Nesse eu vou as sexta-feiras, começa às 18,30 horas e termina perto da meia-noite. Eu vou sempre com um grupo de menininhas que matam as aulas do colégio e vão pra discoteca. Eu gasto mais de 300 contos numa noite dessas, entre cerveja, guaraná e a entrada.

Por que você gosta dessa transa?

— Porque me deixa numa boa, numa legal. Você entende? As gatinhas ficam me sacando, todas a fim de dançar comigo e isso me deixa satisfeito. Por isso eu sou Mario Travolta, do subúrbio de Éden. É claro que depois eu transo sexo com essas garotas, não é? Então, não é uma boa?...



Ary Fontoura prefere o estilo tradicional.

Ary Fontoura, 47 anos, ator de teatro e televisão. Atualmente vive a personagem "Ubirajara" na novela "Dancin Days".

Você gosta de discoteca?

— Eu não gosto muito não. O som é exageradamente alto — e eu não gosto de música estridente. Mas isso é apenas uma agravante. No aspecto da dança eu sou partidário da forma antiga de dançar. Eu acho, por exemplo, que a discoteca estimula uma forma separatista de relacionamento entre duas pessoas, ou seja, ela tende a afastar e não a aproximar as pessoas.

Mas você freqüenta discotecas?

Sim, porque isso não implica que eu não vá às discotecas, mesmo não gostando de dançar alucinadamente. As pessoas encontram na discoteca uma forma de extravasar o seu exibicionismo.

Foto Américo Vermelho



Daniel (no centro, de camisa preta) vive os problemas do Abertura.

MÚSICO AGORA SÓ FAZ BICO

Daniel Portela, 29 anos, guitarrista do conjunto Abertura, de Belford Roxo. **O que você acha das discotecas?**

— Eu acredito que a discoteca é uma coisa que surgiu para acabar com os conjuntos de baile. Eu, hoje, não posso mais viver como músico. Se eu fosse viver do que ganho com música eu ia morrer de fome. Música atualmente é um bico.

Quanto tempo você trabalha com música?

— Eu sou músico há quinze anos. Eu sempre usei a música como ganha-pão, só que agora não está dando mais. Agora, eu acredito que a discoteca não vai durar muito não. É só o povo botar na cabeça que discoteca não existe, o que existe é um toca-fitas rodando: **Até que ponto os conjuntos estão sendo prejudicados?**

— Eu diria que a turma se

afastou um bocado dos bailes de conjuntos, partindo pros bailes de discotecas, já que eles podem fazer bailes mais baratos. Como o poder aquisitivo do povo é baixo, eles acabam procurando as discotecas. Eu acredito que os bailes de conjunto caíram em 30 por cento nos últimos meses. Agora, você tem que considerar que eles não gastam nada com músicos nem com direitos autorais.

Entrevistas de Toninho Martins Vaz

Indústria do som fatura no embalo

As gravadoras em atividade no Brasil pertencem a duas categorias distintas: ou são nacionais ou são multinacionais. Se são multinacionais, sua política de venda e lançamento já depende, prioritariamente, dos contratados da matriz. Assim, interessa à RCA o sucesso do Village People, (conjunto formado por um empresário e produtor que "catou" os seus integrantes a dedo, sabendo exatamente o que precisaria fazer para ganhar dinheiro); à Phonogram o fantástico número de cópias vendidas pelos Bee Gees, ou à CBS o prestígio surpreendente dos grupos que fazem o conhecido **The Sound of Philadelphia**. Interessará à Warner o êxito dos seus contratados internacionais, à Capitol a consolidação de sua marca por aqui e, à EMI, o encontro de um substitutivo capaz de diminuir as quedas do seu mapa de vendas desde os tempos em que Stones e Beatles lidavam tudo, da lista dos mais vendidos às normas de comportamento e convenções de vestuário.

Estas gravadoras compõem, ainda, a ponte através da qual aportarão por estes mares outroramente bravios outras etiquetas, ainda sem condições de fundar aqui suas filiais, mas já ávidas pelo desfrute das celebradas potencialidades deste mercado que, na pior das hipóteses, é o quinto do mundo. Quando se fala Phonogram, por exemplo, está-se falando de um conglomerado de mais de quinze etiquetas, sendo voltadas para a música brasileira apenas três: Philips, Polydor e Fontana. As demais, vão desde a sofisticada Deutsche Grammophon à comercial RSO, de Robert Stigwood, o homem que "inventou" os Embalos de Sábado à Noite. Da jazzística Pablo, criada por Norman Granz, à Casablanca, que mantém sob contrato uma das deusas da disco-music — a cantora Donna Summer.

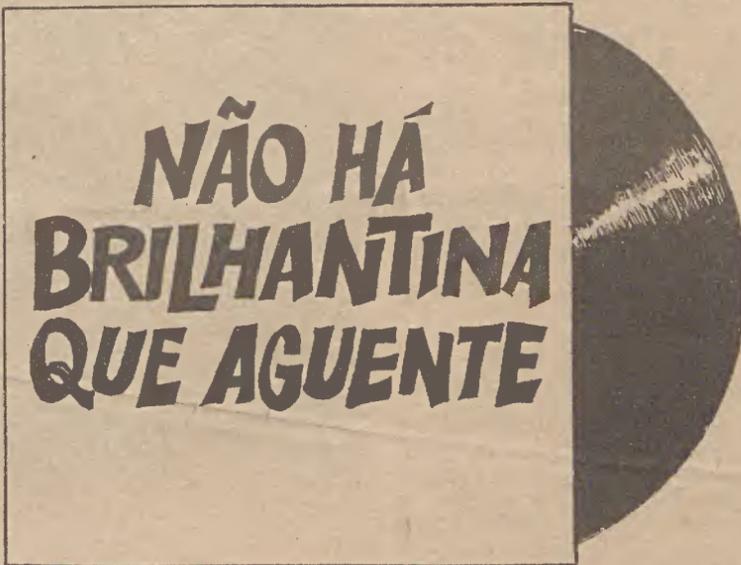
Bem, há as gravadoras nacionais e as principais dentre elas são a Copacabana, a Continental, a Som Livre e a Discos Marcus Pereira, ficando em outro plano a Chantecler, a CID, a Top Tape, a Tapeçar, a RGE/Fermata e a K-Tel. Destas, algumas possuem uma filosofia realmente nacionalista e esforçam-se no objetivo de marcar presença e inscreverem-se na nossa fonografia, através de um programa que jamais poderia ser classificado de estrangeiro. E há outras, como a Top Tape e a K-Tel principalmente, que se utilizam sem qualquer constrangimento do expediente da representação, com um cast nacional insignificante. A estas, o que interessa é aumentar os contratos de representação, facilitar a importação e devolver tudo em royalties, desde que sobre algum lucro. Há, também, casos como o da gravadora Imagem, igualmente mantida à base de representações, mas que marca a sua presença através dos critérios de seu proprietário, o ex-vocalista Jonas Silva, que integrava o conjunto Namorados da

Lua e vive românticamente postado em sua empresa pequena às voltas com matrizes estrangeiras que lança, simplesmente porque por elas sente um sentimento que ultrapassa aspectos surdamente comerciais. Enquanto isso, no polo oposto a gravadora de Marcus Pereira não têm qualquer contrato de representação e o ex-publicitário preferiu se vincular ao grupo da Copacabana. Esta, mais a Continental, sua subsidiária Chantecler e a Tapeçar, portam facas de dois gumes: na luta pela sobrevivência prestigiam seu elenco nacional, mas agilizam os contratos de representação com o maior número possível de etiquetas.

Atualmente, os ideólogos da disco-music têm preferido instituir como marco da consagração da dança o elepê que marca a entrada em cena de John Travolta, trilha sonora de **Os Embalos de Sábado à Noite**, cuja bilheteria acabou de desencadear o processo. Acontece que isso será no mínimo injusto com o desserviço que, bem antes, a Top Tape já vinha prestando à MPB, lançando sem parar álbuns de cantores, cantoras e conjuntos exclusivamente dedicados ao gênero. A diferença, provavelmente, é que a classe média branca ainda não havia dado a sua homologação final sobre o assunto. Para isso, certamente, é que contribuiu o Travolta porque os bailes do Olaria viviam cheios muito antes.

No Departamento Internacional da WEA não há qualquer constrangimento em abrir o jogo quanto às táticas empregadas. Os números, como sempre, são privilégios da cúpula diretora e mesmo o responsável pelo Departamento, o Emílio, não consegue manipulá-los corretamente. Fica-se sabendo apenas que a WEA lança uma média de uma dúzia de elepês internacionais no mercado a cada mês e que, destes, uns quatro atendem à demanda discotecária. Duas pessoas são pagas exclusivamente para veicularem estes produtos do setor. Uma fica no Rio, outra em São Paulo, consistindo suas tarefas na execução de um programa de promoção exclusiva dos álbuns "discotheque". Cumpre, portanto, a estas pessoas, irem às discotecas, tomar conhecimento do que está sendo tocado e procurar as condições que facilitem a programação das músicas de sua gravadora.

Os dados trazidos por estas pessoas serão analisados posteriormente, embora Emílio assegure que "uma música tocada repetidamente na noite ainda não significa muito em termos de venda". Mesmo assim, esses subsídios poderão orientar nesta ou naquela direção o próprio catálogo da multinacional, obedecendo aí um outro critério que já é praxe: "não mudamos nada, o disco sai aqui como saiu no original; aproveitamos capa, tudo, e não ser em casos raros, como o de Jimmy Cliff, que só vende bem no Nordeste. Nestes casos, fazemos uma contracapa em preto e branco para baratear o



custo e poder diminuir o preço da loja".

O responsável pelo Departamento Internacional da WEA ratifica, ainda, um pressuposto óbvio: o de que um disco de matriz internacional pode gerar lucros de até mais de 50% sobre os seus similares nacionais. Conclui Emílio: "o disco nacional nunca dá o mesmo lucro; ele acresce o custo artístico às despesas industriais, enquanto o elepê que vem de fora tem apenas o custo industrial."

Na Phonogram, os pruridos são bem maiores. Miguel, responsável pelo Departamento Internacional, tem as palavras controladas, "porque uma vez veio um jornalista aqui e usou as informações todas contra a gravadora". Por causa disso, em reunião, a diretoria decidiu que certas informações de "caráter sigiloso", só poderiam vazar com assentimento expresso da cúpula.

A Phonogram tem duas formas de operação. Algumas de suas representadas estão associadas ao grupo, integram o seu conglomerado econômico. Este é o caso da Deutsche Grammophon, Pablo, Mercury, Charisma Label e RSO. As demais são, efetivamente, representadas: Casablanca, MCA, 20th, Chrysalis, Aylum e Rockett Records. Mas, apesar deste grande número de empresas, a Phonogram se mostra parcimoniosa quanto a seus lançamentos e a média em 1978 jamais excedeu sete álbuns mensais. Por sua vez, Miguel garante que o grupo não tem mais do que meia dúzia de elepês "disco" em catálogo, o que seria insignificante diante do que a Top Tape ou a K-tel lançam por mês, mas mereceria mais consideração quando se verifica que, destes, três pertencem ao conjunto Santa Esmeralda, recordista de vendas em seu primeiro elepê e daí em declínio até o terceiro, e um outro é a trilha sonora de **Os Embalos de Sábado à Noite**.

A respeito do fenômeno das discotecas, Miguel tem uma posição firmada: "é uma febre que lança mais a música do que o artista; pode durar mais uns dois anos, mas sempre assim: os conjuntos aparecendo e desa-

parecendo — o que importa é só a música, aquele tipo de música."

E como é que uma gravadora nacional pequena se estrutura para enfrentar este quadro? Na Chantecler, o gerente da filial Rio, Ernesto Martins, explica que o planejamento de sua empresa prevê uma média de quinze elepês ao mês. Destes, uns cinco são internacionais e saem dos catálogos de etiquetas representadas no Brasil pela Chantecler. Dois podem ser enquadrados no gênero "discotheque", vindo possivelmente da Pye Records ou da Telefunken. Segundo o contrato, a Chantecler edita os álbuns aqui por sua conta e risco, bancando o custo industrial que depois será devidamente lançado nos boletins de venda, ressarcindo a fábrica brasileira. Do lucro líquido, cabe à Chantecler uma parte, como honorário de representação, mas o grosso do arrecadado será pago à etiqueta proprietária da matriz e às editoras musicais do repertório que o disco contiver. O percentual destes royalties, informa Ernesto, é variável.

Depois de considerar que a grande gravadora este tipo de contrato de representação, o gerente-geral da Chantecler fez uma grave denúncia:

— Se uma multinacional lança seu disco aqui, além de não arcar com despesas artísticas, aluguel de estúdio, pagamento de músicos, técnicos, artes gráficas, ela não precisa recolher royalties (seria o mesmo que recolher a ela mesma), a não ser que o faça sob a forma de "excedentes" ou remessa de lucro. Então, tomou-se quase praxe entre estas multinacionais utilizar esta verba, que seria destinado aos royalties que elas não devem, para aliciar e subverter o gosto popular e corromper o mercado, através da corrupção que reina nas programações das emissoras de rádio.

Robert Stigwood pode ser visto como o estopim de tudo, se a necessidade de particularizar toda a onda numa personalidade só não puder ser contida. A trilha sonora de **Saturday Night Fever** já ultrapassou a casa dos 22 milhões de cópias vendidas ou, para falar no idioma universal do dólar, US\$

300 milhões. Enquanto o empresário bem sucedido abiscoita os generosos lucros, os bailarinos parecem concordar, desde o nosso Nordeste à mais remota Índia, onde o filme agora é sucesso.

As crianças se viram, súbito, assediadas. Além dos execráveis "Disco Baby", onde bandas apócrifas aparecem tocando em arranjo disco os clássicos infantis, desde **Ciranda Cirandinha** até o **Fui no Itororó**, os clubes resolveram aderir. No mês de outubro, o Fluminense Futebol Clube resolveu comemorar o Dia da Criança, promovendo em seu calendário uma gigantesca discoteca mirim, a que não faltou os indefectíveis sucessos novelizados, tipo **Dancing Days** ou **Macho Man**.

O público, no entanto, não tem motivos para se iludir com os proprietários das discotecas nem seus exploradores (este, aliás, um termo perfeito). Afinal, basta recordar que, dentre eles, o pioneiro e patrono, na New York City, é Carlos Wattimo, brasileiro naturalizado norte-americano, ex-boina-verde na Guerra do Vietnã. No seu gabinete, nos fundos da Discolaser, estão as fotos que fazem o orgulho do seu feliz proprietário: Wattimo com a farda do Exército americano, armas na mão e muitas medalhas no peito por sua atuação a favor do regime insustentável e corrupto do Vietnã do Sul, afinal derrubado.

Wattimo, hoje, pode se considerar vitorioso. Enfim, vitorioso: já há academias em São Paulo para ensinar a dançar o gênero "discotheque". Isto é, ensinando a esculpir com o corpo o nada, ouvindo o coisa nenhuma.

Quando se condena este mercado "livre" que é mais livre para uns do que para outros, os esteticistas alegam que os discos de mais qualidade e menos público é que sairiam prejudicados, se fosse adotada qualquer medida restritiva, como a criação de uma sobretaxa. Acontece que esta sobretaxa poderia prever casos de isenção, desfazendo-se o impedimento. Ademais, o Brasil tem visto sabotado o seu café, sobretaxado o seu sapato. Por que teria que se condoer ao tributar música popular, que nem o mais fanático dos músicos usaria considerar artigo de primeira necessidade?

O músico brasileiro está gravando, mas não está tocando ao vivo. E não está sendo tocado. Confirmando isso, há meses o produtor Ramalho Neto encomendou uma pesquisa que juntasse, no mesmo mapa, a audiência das gravadoras de AM e FM. O surpreendente resultado trouxe a Rádio Cidade no quinto lugar, logo depois das duas principais estações de AM dos mais poderosos grupos do **broadcasting** nativos (Globo, Tupi, Mundial e Tamoyo). Na Rádio Cidade, a quase totalidade da programação segue a linha "discotheque", até porque ninguém se lembrou ainda de perguntar a seus diretores a que cidade mesmo é que eles estão se referindo.

Roberto Moura

ESPERTAS

70 operários internados com caxumba e sarampo

Entre setembro e outubro foram internados no serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital Universitário do Fundão, no Rio, 70 pessoas vítimas das chamadas "víroses comuns da infância", assim registradas: caxumba, 30 casos; varicela, 24; e sarampo, 16 casos. Até aí nada demais, mas o curioso é que quase todos os pacientes eram adultos jovens, nordestinos, e operários da construção civil (residindo em alojamentos nos canteiros de obras).

Distribuição dos casos segundo a procedência, como registrou o hospital: construtora Adolfo Lindemberg, (Barra) 28 casos; Metrô (Catete), 6 casos; Adolpho Lindemberg (Fundão), 3 casos; construção indeterminada (Ipanema), 6 casos. O restante não ocorreu na construção civil.

De posse desses dados, os médicos do serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias rumaram para a obra da Adolpho Lindemberg na Barra da Tijuca, com a intenção de realizar inquérito epidemiológico, ou seja: ver de perto em que con-

dições os operários vivem e em que meios as doenças infecciosas se alastram. No canteiro visitado trabalham nada menos de 4600 operários com salário de 8 cruzeiros a hora (portanto trabalhando mais de 10 horas por dia), dormindo em alojamentos precários de 12 beliches cada.

A visita aos locais de trabalho, bem como aos alojamentos, não foi permitida mas os médicos puderam conversar com um funcionário do posto de saúde da própria construtora, instalado dentro do canteiro. O rapaz confirmou a ocorrência de vários casos iguais aos que o grupo do Hospital Universitário investigava, acrescentando serem bastante comuns na obra. O posto, segundo os médicos constataram, é bastante deficiente e se limita à triagem dos operários que querem emprego, funcionando apenas duas horas por dia.

Os médicos comunicaram tudo à 16ª Região Administrativa, que até o momento não tomou qualquer providência.

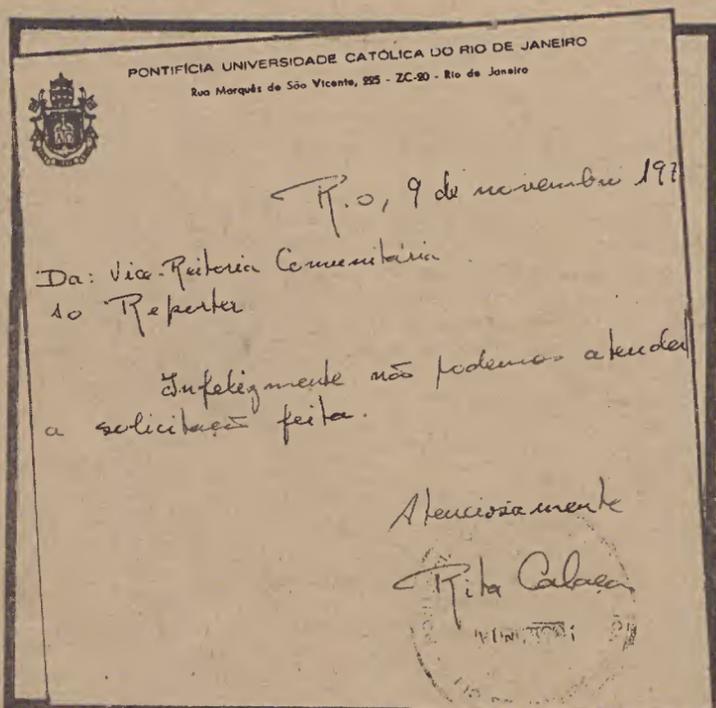
Gollo.

Magnífica sacanagem

O Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica, Padre João MacDowell proibiu a venda de assinaturas do **REPORTER** nas dependências da PUC, com a alegação de que ali só podiam ser oferecidas revistas "de ciências" — ou que tivessem seções de educação. Tratando-se de uma universidade, portanto, uma casa de cultura, a restrita interpretação do magnífico pode levá-lo a só liberar, pra circulação na PUC, a enciclopédia em fascículos, sobre a história do Homem.

Sua secretária, de certo envergonhada com a proibição, prometeu ao nosso corretor que escreveria um memorando formalizando o veto. Como escrever besteiras é pior que dizê-las, ela se limitou a rabiscar que não poderia atender a solicitação feita. Esperamos que a proibição seja suspensa, afinal, como diria a TV Globo, jornal também é cultura. Ou não é?

Gollo



Secretária Rita Calça assinou



Foto Américo Vermelho

Marcos Sete, um sambista bom de faro e de ritmo.

Festa no Vidigal com samba do Marcão

Depois de passar 365 dias lutando contra uma ação de despejo que ameaça removê-los a Antares (70 quilômetros do Rio), os moradores da favela do Vidigal sentiram-se à vontade para comemorar o Dia da Resistência, em 22 de outubro. Defronte à biosca da Conceição, num terreiro que forma um patamar sobre a avenida Niemeyer, a poeira levantou logo cedo, quando o padre Ítalo, da paróquia do Leblon, rezou missa em ação de graça. Ao fundo, um grupo de sambistas do partido alto azeitava as engrenagens e esticava os couros, enquanto representantes de outras favelas chegavam de diferentes cantos: Rocinha, Jacarezinho, Borel. Quem recebia, em nome da Associação dos Moradores, era o presidente Armando Lima.

Apesar da presença de alguns políticos do MDB engajados na luta do Vidigal, como os deputados Délio dos Santos e Flores da Cunha, a grande vedete da tarde foi o garoto Alexandre, 15 anos, campeão do concurso de Embaixadas com um parcial de 180 toques.

Com tanta bola rolando, os meninos pegaram disposição para apresentar a encenação

teatral "Se Segura, Vidigal", de criação coletiva e que tem como enredo a série de dificuldades por que vem passando a comunidade.

Enquanto isso, para caracterizar melhor o aspecto político da reunião, rapazes e moças simpatizantes do candidato Raymundo de Oliveira (Estadual, MDB) distribuíam conversas e panfletos eleitorais. O único que ficou confuso no quadro foi o deputado Délio dos Santos, que pedia ao repórter para não apresentá-lo como *populista*. Já Flores da Cunha falou que o rótulo é um equívoco da esquerda, que não entende que um político para se eleger, só mesmo distribuindo jogos de camisas, troféus para torneios, cervejadas, enfim, aquelas miudezas que caracterizam um gesto *populista*. No alto do elevado, de onde podia assistir às pessoas atacando firme o feijão e a cerveja, ele falou: "Como explicar a nossa presença aqui? Como chamar isso senão *populismo*?"

Na porta da biosca alguém reclamou do som de discoteca que disparava um ritmo alucinante e pediu um samba, que o Marcos Sete cantou assim (em dó maior):

Falando deste jeito eu me abalo
pois o povo não tem cheiro de cavalo
O defeito talvez seja no nariz
pois o povo é quem segura este país

★

O povo do país é um camparsa
o povo é maioria
e acima de tudo massa
Marchando o povo vai sempre em frente.
em busca de tudo melhor
pelo amor de nossa gente

Martins Vaz

Viagem pelo governo faz parte do curso de dedo-duro

Os serviços de segurança dos ministérios e das empresas públicas querem transformar seus funcionários em dedos-duros. Toda vez que eles viajam a serviço pro exterior, recebem, quando voltam, uma cartinha pedindo-lhes que façam um relatório sobre os brasileiros com que conversaram, como eles vivem, o que disseram nas conversas etc.

Quem se deu ao trabalho de não fazer o tal relatório pra ver o que acontecia, chegou até a receber, depois de muitas cartas reiterando o pedido, uma explicação sobre a importância de comunicar aos serviços de informações os detalhes de sua viagem.

Luiz Alberto

Microfone se espantou com o Figueiredo

Do general João Batista Figueiredo para o repórter Carlos João, da sucursal da *Folha de S. Paulo* no Rio, quando se encontraram — frente à frente — na esquina da Sete de Setembro com Rio Branco (o general apontando para o microfone "girafa" de uma emissora de televisão): "Porra, que coisa grande. Até parece um cassetete da Polícia Especial."

Martins Vaz

ESPERTAS



Bustos voluptuosos é o cacete

Existe uma firma em São Paulo especializada em cursos por correspondência, A *Canadian Post*, que, como muita gente neste país, vive de ganhar dinheiro em cima da ingenuidade dos outros. No curso de fotografia, por exemplo, eles dizem que é possível, em poucos meses, o novo fotógrafo estar ganhando mais de Cr\$ 30 mil, que é uma irrealdade dentro do mercado de trabalho.

Tem, ainda, "dicas para sua paquera", onde eles advertem: Não use os ensinamentos deste curso para o mal, pois você irá se tornar um (a) conquistador (a) irresistível.

No "Curso de Busto", o apelo é para que a mulher tenha um busto "mais firme e voluptuoso". E pergunta: você está infeliz por causa do seu busto pouco desenvolvido?

"Agora isso já passou. Todas as mulheres têm chances iguais. Desperte a fera que existe dentro de você e não permita que sua personalidade seja destruída por ser uma tábua. O seu busto será sensual e voluptuoso, como os das mais fabulosas artistas de cinema. Assegure-se de seu êxito no amor".

Na realidade, o preço pago pelo maravilhoso curso (Cr\$ 271,00) não tem a mínima razão de ser. Eles mandam um "fabuloso desenvolvedor criado e aperfeiçoado pelo Centro de Estética Feminina do *Canadian Post*", que não passa de dois pedaços de madeira com uma mola no meio e que a mulher deve ficar apertando e esperar que os peitos cresçam.

Acompanhando o "desenvolvedor", vem um manual de exercícios ridículos. Exercícios para fortalecer os músculos dos seios podem ser feitos em casa, alguns minutos por dia, sem necessidade de qualquer tipo de desenvolvedor calhorda.

Chico Júnior

APOIO DO PCB AO MDB

SURPRESA?!

ORA...

SEMPRE ESTIVERAM DE MÃOS DADAS.

LUÍZ CARLOS PRESTES, EM 3 DE NOVENBRO, RECOMENDOU AOS COMUNISTAS BRASILEIROS QUE VOTEM NO MDB. SERÁ ISTO ESTRANHO? NÃO É NÃO. EM 1974, PRESTES, EM PARIS, DECLAROU QUE O PCB HAVIA COLABORADO DECISIVAMENTE PARA A VITÓRIA DO MDB NAS ELEIÇÕES, ORIENTANDO-O NO SENTIDO DAS TÊSES DEFENDIDAS PELO PCB.

EM MARÇO DE 1978, EM ENTREVISTA QUE CONCEDEU À REVISTA *INTER NACIONAL* (Nº 58), NA VENEZUELA, PRESTES CONVOCOU O POVO BRASILEIRO A VOTAR NOS CANDIDATOS DO MDB NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES DE NOVENBRO, RECOMENDANDO AOS COMUNISTAS BRASILEIROS UM DECIDIDO APOIO AO PARTIDO DA OPOSIÇÃO, INCLUSIVE, NA INDICAÇÃO DE CANDIDATOS. "ESSA RECOMENDAÇÃO DE NOSSO PARTIDO (PCB) JÁ SE COMPROVOU EFICIENTE NO PASSADO", DISSE PRESTES.

VOTAR NO MDB É VOTAR NO COMUNISMO

MDB = PCB

A indústria do comunismo, que não pára de atear incêndios de perigos vermelhos para justificar a existência dos bombeiros, ataca mais uma vez. Na segunda-feira, dia 13, vésperas de eleições, ela distribuiu no Rio de Janeiro um panfleto denunciando as ligações do MDB com o Partido Comunista Brasileiro, alertando que votar no partido da oposição seria votar nos comunistas. A jogada pra amedrontar os eleitores, conhecida há muito tempo, não deu certo.

REPORTER

Corrupto só é preso nos Estados Unidos

Um dos resultados do escândalo Watergate que tem tido pouca divulgação no Brasil é o chamado *Foreign Corrupt Practices Act*, ou seja, a Lei de Prática Corruptas no Exterior. Esta lei responsabiliza e tenta punir o principal culpado pelas corrupções que as multinacionais andam fazendo pelo mundo: o chefe da multinacional. Segundo a lei, o presidente da empresa pode pegar até cinco anos de prisão e/ou pagar multa de 10 mil dólares, além de pagar os custos legais do processo, a fim de evitar que os lucros gerados pela empresa sejam utilizados para defender diretores corruptos.

Há muitos processos em curso e várias multinacionais estão envolvidas. A Comissão de Valores do Mercado dos Estados Unidos está autuando as empresas ITT, Westinghouse, Boeing, Citybank e outras. E tudo indica que o governo norte-americano não está disposto a livrar a cara de ninguém. Tanto que um chefe da ITT, implicado no golpe militar chileno que

derrubou o presidente Salvador Allende, tem solicitado documentos confidenciais das autoridades de seu país para usar na defesa. Como o governo não solta os documentos por motivos de "segurança nacional", a defesa do chefe da ITT tem sido difícil.

Embora os nomes das pessoas que receberam dinheiro das multinacionais não estejam sendo divulgados, há uma crescente pressão nesse sentido, pois os eleitores de Jimmy Carter começam a exigir que ele cumpra as promessas eleitorais de moralizar as coisas.

É claro que a lei tem sido muito criticada pelos empresários norte-americanos, pois acham que fica difícil competir com as jogadas das multinacionais de outros países, que não têm leis no sentido de punir os corruptores no estrangeiro. Existe, porém, um projeto de disciplina mundial das multinacionais que está sendo estudado e analisado, já há alguns anos, na Organização das Nações Unidas.

Christian Hansen

MOVIMENTO CUSTO DE VIDA

O Movimento do Custo de Vida fez um livrinho que está sendo distribuído em São Paulo, no qual dá as explicações básicas sobre o que é inflação, abono, exportação, monopólios, intermediário, carestia aumento salarial, custo de vida e muitas outras coisas que os trabalhadores devem saber, mas que a linguagem difícil dos jornais esconde. O livro foi elaborado a partir de estudos e debates em grupo feitos nos bairros da periferia de São Paulo.

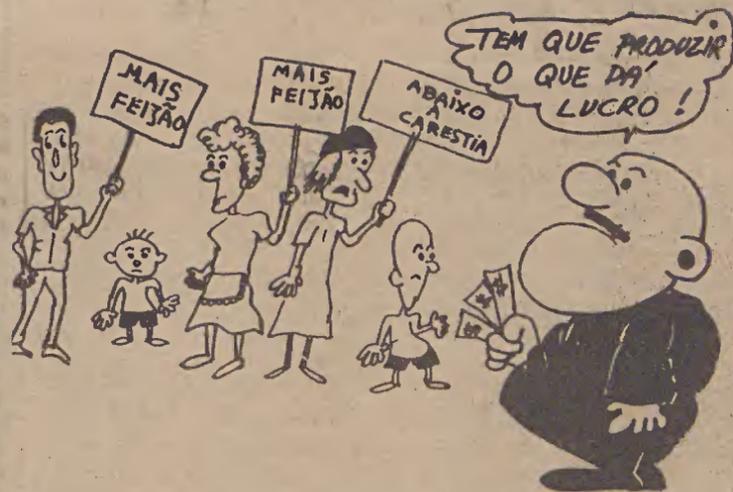
Lendo-o, a gente fica sabendo que "quando o governo fala em custo de vida, está se referindo ao aumento dos preços das mercadorias e serviços que a população consome no dia a dia (arroz, milho, feijão, remédios, ônibus, aluguel, tarifa de luz). Quando ele fala que a inflação subiu, está se referindo ao aumento geral nos preços de todas as mercadorias e serviços que o trabalhador consome e também daquelas que os tra-

balhadores não consomem, pois são consumidas só pelos ricos. No cálculo da inflação feito pelo governo entra também uísque, filé, lagosta... Assim, custo de vida e inflação não são a mesma coisa".

Na parte referente aos monopólios, o Movimento do Custo de Vida diz que "a indústria brasileira pouco a pouco foi se reduzindo a poucas e grandes fábricas, em sua maior parte de propriedade de capitalistas estrangeiros, que controlam a maior parte da produção. Esses monopólios estrangeiros, que são as chamadas multinacionais, em grande parte são os responsáveis pela inflação no Brasil. Eles têm um poder enorme de aumentar os preços por conta própria".

É bom que o Movimento do Custo de Vida comece a distribuir o livrinho também na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Chico Junior



Festa no Vidigal com samba do Marcão

"Mais de 14 anos de governo forte, com leis repressivas de todo tipo, não foram suficientes para acabar com o chamado jogo-do-bicho. Falou-se em regulamentá-lo, mas a idéia não passou do papel, o que é lamentável para os trabalhadores do ramo, que passarão a ter férias, 13º, FGTS, aposentadoria e outras vantagens.

Enquanto a "zooteca" não sai, o resultado continua a ser fixado nas árvores e nos postes, em papezinhos como o que foi colocado embaixo da nossa porta, e que dava para as extrações de ontem os seguintes resultados".

Este é o texto que o jornal carioca *Luta Democrática*

estampa todos os dias em sua primeira página, sob o título "O bicho está solto", com o resultado do jogo do bicho, instituição nacional que ainda não foi regulamentada porque não deve interessar às autoridades a desarticulação da máquina de corrupção que envolve a polícia, para deixar os pontos de bicho funcionarem em paz.

Em São Paulo, os cambistas que trabalham com ingressos para jogos de futebol e grandes espetáculos já se organizaram em associação e querem até fazer sindicato. É a legalização do ilegal, que poderia ser uma boa idéia para os bicheiros.

Chico Junior

ESPERTAS



Sai dessa vida, Matsuo!

Torturador condenado não vai pra cadeia

Foi condenado a nove meses o policial e torturador Oscar Matsuo — sua confissão está no REPORTER n.º 9 —, membro da equipe do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais, terceiro homem na hierarquia policial de São Paulo.

Oscar Matsuo recebeu a pena — que não vai cumprir por ser primário — por um caso havido em Cotia, Grande São Paulo. Ele ainda não foi julgado pelas torturas do caso Munck, quando pendurou em pau-de-arara mulheres de idade, entre outras barbaridades. Como foi condenado por Cotia, se for condenado no caso Munck, irá pra cadeia.

Mas há ainda um terceiro caso para condenar Matsuo. Um homem preso na Casa de Detenção já declarou, por escrito, que foi torturado por Matsuo, e, ainda por cima, a mando verbal do delegado Fleury. Esse caso, assim, envolve diretamente o mais famoso policial do Brasil que até hoje tem passado olímpicamente por todos os processos em que foi acusado de matar e torturar.

Alex Solnik

Filho de Abreu ganha espada de Geisel

Em 1937 o jovem aspirante JBF, leia-se João Batista de Figueiredo (hoje eventual substituto de Geisel), recebeu sua espada de oficial do Exército, na Escola Militar de Realengo das mãos do então presidente Getúlio Dornelles Vargas, ditador do Brasil e que havia prendido seu pai, coronel Euclides Figueiredo, chefe militar da Revolução Constitucionalista de 32.

Este ano, em dezembro, o General Geisel, deve

entregar o certificado de 1º lugar na ECEME ao major Olavo de Andrade Abreu, filho do general Hugo Abreu, no momento em eventual oposição ao governo e à eleição de JBF. São 41 anos entre a experiência do aspirante JBF e a do major Abreu, os dois recebendo prêmios e reconhecimento dos presidentes adversários políticos de seus pais — e o que é mais dramático, responsáveis por suas prisões políticas.

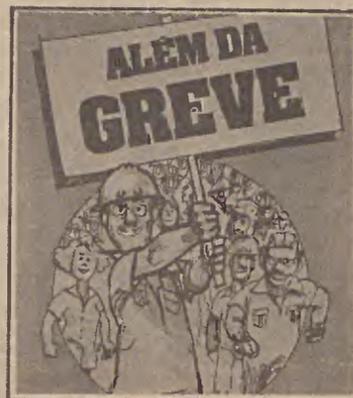
Sérgio Danilo

"FOLHA" CENSURA JORNALISTA

Antonio Carlos Felix Nunes, vinte anos de jornalismo, está proibido há 3 anos de escrever no jornal onde até hoje recebe Cr\$5500 por mês para fazer nada. Ele assinava uma coluna sindical no Notícias Populares (do grupo Folhas), um dos jornais que mais vendem em São Paulo. Em 1975, confiando na abertura do governo Geisel, Nunes esquentou a coluna e depressa foi podado pelo editor Ibrahim Ramadan (entrevistado no REPORTER n.º 6).

Impedido de escrever mas recebendo salário, o jornalista passou a colaborar no carro-chefe do grupo, a Folha de São Paulo. Era o mais mal pago dos colaboradores. Mesmo assim, este ano também foi impedido de colaborar.

No fim de outubro passado,



Nunes sai com um livro

durante almoço reservado em que o convidado do principal acionista das Folhas era Luis Ignácio da Silva, Lula, e um dos presentes o próprio Nunes (convidado de Lula sem o anfitrião, Otávio Frias, saber) o caso foi comentado por Frias. Confirmou que Nunes "jamais escreverá num jornal das Folhas, pois é engajado"

O assunto causou mal-estar à maioria dos convivas: Cláudio Abramo, Eduardo Matarazzo Suplicy, Joemir Betting, o filho de Frias, Boris Casoy.

Proibido no jornal, Nunes está nas bancas e livrarias do país com "Além da Greve", onde conta os bastidores da vida sindical brasileira, que conhece bem há muito tempo. Os personagens do livro existem, só não são chamados pelos verdadeiros nomes. Janjão, o personagem principal, é Joaquim dos Santos Andrade, apontado pelos operários como traidor da classe. (Há 14 anos presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ganhou a última eleição com fraude evidente e na última greve fez o jogo dos patrões, vaiado estrepitosamente nas assembleias.)

Alex Solnik

GETÚLIO NÃO ABRIU VIA DUTRA

O importante do livro **O general Dutra e a redemocratização de 45**, de Osvaldo Trigueiro do Vale (Civilização Brasileira) é que mostra que não apenas a História se repete, mas as ditaduras também, sejam elas de que lado forem.

Quando Getúlio Vargas disse que "um país de índole e formação democrática, como é o nosso, as transformações de caráter político-social devem ser conduzidas dentro dos processos de evolução gradual, sob o império da ordem" não estava imaginando que uns 35 anos mais tarde a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República usaria os mesmos argumentos para ajudar elaborar os discursos dos nossos presidentes revolucionários, principalmente o último.

Já no início do projeto de redemocratização do país, em 1945, quando Benedicto Valladares e Francisco Campos foram mostrar a Vargas o esboço de uma nova Constituição, o presidente, depois de discordar de uma série de concessões, exclamou: "Seria bom a gente ter a liberdade de nomear homens de bem para o Senado". E nem imaginava que estava falando do senador biônico, tão usado nos dias de hoje.

O livro, então, é importante porque está em cima do lance e mostra dados interessantes sobre o processo de redemocratização do país, as nuances políticas, as discordâncias dentro do governo, a ameaça do golpe contra

OSVALDO TRIGUEIRO DO VALE



**O GENERAL DUTRA
E A REDEMOCRATIZAÇÃO DE 45**

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Trigueiro; Dutra ajudou a abrir

Getúlio e, principalmente, alguns dos acontecimentos que forçaram Vargas a abrir. Mas peca pelo exagero de querer fazer do general Dutra o principal artífice da abertura política quando, na verdade, não o foi. Mesmo porque o ministro da Guerra foi o candidato de Getúlio às eleições presidenciais.

Na realidade, a abertura se deu em função de uma série de fatores sociais e políticos e várias outras pessoas representaram papéis importantes, como o ministro José Américo de Almeida, que, com sua entrevista bomba no Correio da Manhã, pedindo liberdades e fazendo denúncias, simplesmente rompeu o cerco da censura (a partir daí, a imprensa passou a ter, também, papel importante no processo). Entrevista que foi concedida depois de outras

importantes, mas não tão agressivas, como a do general Goes Monteiro, dada ao Diário Carioca em 1º de janeiro de 1945, pedindo liberdade de imprensa e eleições.

Mas, afinal, um livro sobre o general Dutra tem mais é que refletir a sua importância e o seu trabalho nas mudanças políticas de 1945. Só que é bom o leitor saber que Dutra não foi quem desenvolveu o trabalho principal da queda da ditadura Vargas. Foi, isso sim, o principal nome dentro das Forças Armadas e, talvez por isso, conseguiu vencer as eleições presidenciais.

No geral, muito mais importante que Dutra foi o próprio Getúlio, que, vindo que não tinha condições de brigar com o Exército, entregou o poder, fez jogo político, e cinco anos mais tarde voltava como presidente eleito pelo povo.

Dar uma grande importância ao papel de Dutra seria mais ou menos dizer que Geisel (ou Figueiredo) foi (ou será) o principal responsável pela abertura política, quando a gente sabe muito bem que não é.

Mas para quem quiser entender um pouco sobre o nosso atual processo de redemocratização é bom dar uma lida no livro, que, para isso, se presta muito bem.

Chico Júnior

ESPERTAS

Verdade das urnas não saiu nos jornais

A grande imprensa acaba de inventar mais um neologismo político que, como todos os outros, tem por objetivo escamotear a realidade. Trata-se do "candidato ideológico", do "voto ideológico" e outros "ideológicos", palavras usadas quando a grande imprensa quer dizer esquerda.

Dando novo sentido à palavra ideológico — como se toda e qualquer atuação política não contivesse uma ideologia, seja de direita, centro ou esquerda — a grande imprensa procura mascarar a verdade: a esquerda (isto é, os comunistas, socialistas e social-democratas) conseguiu um grande avanço nas eleições de 1978, apesar da Lei Falcão, do pacote de abril, da repressão que não parou de agir em todo esse período, do poder econômico e até da falta de uma imprensa forte. Em São Paulo, a esquerda (ou o "voto ideológico") teve mesmo mais votos que o partido do governo, conforme atesta a excelente votação do sociólogo Fernando Henrique Cardoso à frente de Cláudio Lembo.

No Rio, sem condições de lançar um candidato ao Senado, a esquerda, além de garantir com seu apoio a eleição de Nelson Carneiro (que esteve ameaçada pelas manobras de Chagas Freitas em favor de Sandra Cavalcanti), obteve em torno de 250 mil votos, representando 7% do eleitorado.

Pouco? Alguém pode achar que não é muito. Miro Teixeira sozinho teve quase o dobro. Mas só o Miro Teixeira e através de um trabalho que teve mais de marketing do que de campanha eleitoral. Alguém já viu o Miro subir num palanque para fazer um discurso, alguma vez? Nunca subiu sequer na tribuna da Câmara!

Entretanto, quem era Modesto da Silveira até seis meses antes das eleições? Apenas um combativo advogado conhecido em pequenos círculos intelectuais de esquerda (jornalistas, escritores, estudantes) por seu trabalho em favor de presos políticos. Quem eram Marcelo Cerqueira, Raymundo de Oliveira, José Eudes? Conhecidos, porque já tinham atuação parlamentar anterior, eram o Khair, o J.G., o Alves de Brito. Pois estes, também bem votados, foram até mesmo superados por nomes novos que cresceram à força de um trabalho envolvendo operários, estudantes, profissionais liberais.

Quinze anos de repressão; quinze anos em que lideranças de esquerda são presas, mortas ou exiladas; quinze anos em que os jornais de esquerda são censurados, apreendidos ou liquidados pelo arrocho econômico; quinze anos de novelas de televisão e de Brasil Tri-campeão, e mais uma desastrosa guerrilha nesse meio tempo, enfraqueceram a esquerda, sem dúvida. Mas a cada brecha, olha ela aí de novo, surgindo com nomes novos, lutando com as armas possíveis em cada momento para defender com a mesma dedicação as suas idéias de cunho socialista.

E enquanto a esquerda conquistava no Rio, 250 mil votos, a direita — representada por nomes como Eduardo Galil — e os lacerdistas (Flexa Ribeiro, Sandra Cavalcanti, Amaral Neto) que fizeram 64, não conseguiram sequer se eleger.

Já tem gente que entendeu essa cascata do "voto ideológico".

Marcos Dantas

A mobilização política desses últimos meses não acabou nas eleições. Um grande número de jovens que se filiou à campanha eleitoral de vários candidatos autênticos do MDB já se prepara para dar continuidade a um trabalho comunitário, usando o que aprenderam e a estrutura dos comitês eleitorais de que participaram. A vivência política desses jovens é algo de novo e irreversível.

Impressionante a garra e a dedicação da garotada. Trabalharam para vários candidatos, não deixaram de comparecer a nenhuma das demonstrações e caminhadas políticas, e se multiplicaram na distribuição de panfletos. A maioria na faixa dos 17 aos 23 anos e muitos ainda sem poder votar. Dormiam no próprio comitê, prontos a trabalhar a qualquer momento. Foi bonito ver a garotada na rua gritar a plenos pulmões pela anistia e liberdades democráticas. Tá todo mundo contaminado com o vírus cívico.

Zécarlos Asbeg



Jarbas
botou
o povo
na rua

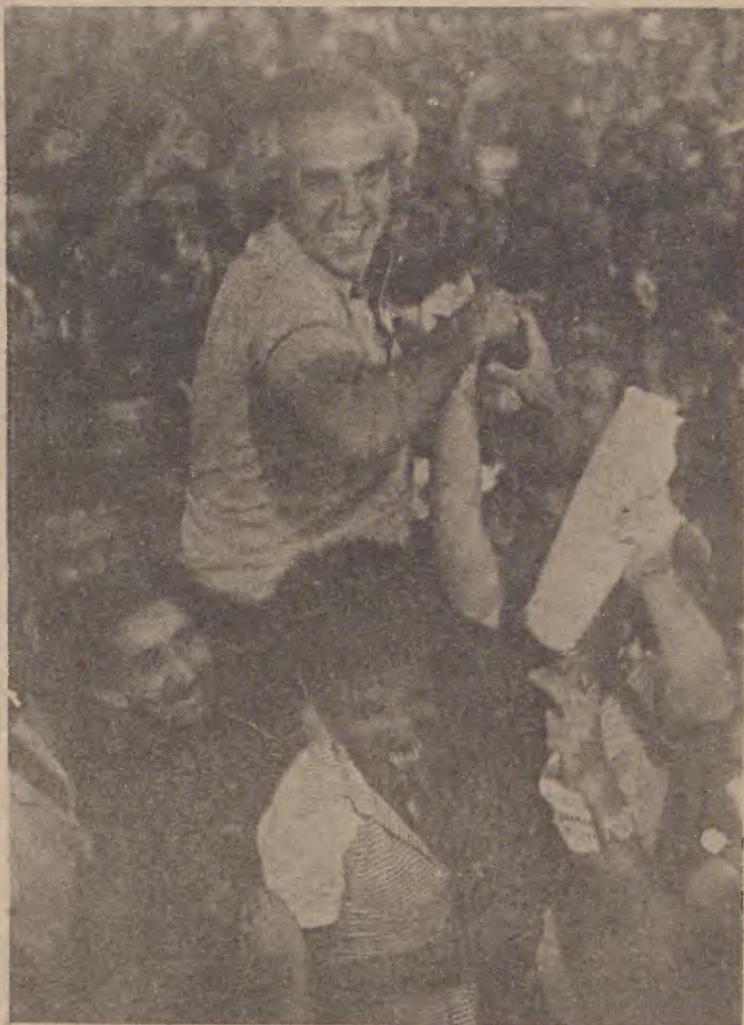


Foto Marcos Dantas

Jarbas perdeu, mas sua campanha foi a mais bonita.

"Jarbas Vasconcelos é o novo senador/O povo já falô/No Jarbas vai votá". Saúba, um caboclo de 27 anos que não precisa conhecer as letras do alfabeto para criar na hora um após outro, centenas de versos de apoio à candidatura Jarbas Vasconcelos, improvisa batendo no violão para o povo que vai se juntando em torno do caminhão da campanha. É assim que a caravana do "novo senador de Pernambuco" chega num bairro popular e prepara o ambiente de mais um comício.

No meio da rua, enquanto os microfones jogam na praça a voz de Saúba, um boneco de quase três metros é carregado a balançar os braços pesados sobre as costas do povaréu, agitando os adultos, provocando as crianças: é o Custo de Vida. Com ele, está começando a representação de uma peça, onde artistas, estudantes, jornalistas, economistas, engenheiros esquecem por um tempo suas atividades diárias para levar teatro ao povo e à campanha.

"E o salário mínimo? Tá cum nada/Tá cum nada." Saúba puxa o refrão da peça "O salário não tá com nada" e o povo em volta do caminhão ri das desgraças do Salário Mínimo e Maria Mocambo às voltas com Dona Casa Própria, Sr. Despejo,

Dona Doença, Sr. INPS e outras conhecidas "figuras" populares. A praça está cheia, o povo à vontade, os primeiros candidatos a deputados pelo MDB começam a falar.

(Enquanto isso, o candidato da Arena I, Nilo Coelho, para chamar o povo a seus comícios, exhibe mulheres com coxas de fora — as Niletas...)

Súbito, uma grande agitação, a multidão se volta e surgem o senador Marcos Freire e o "novo senador" Jarbas Vasconcelos carregados nos ombros de cor-religionários, no meio do povo. Jarbas — e Marcos — sempre chegam e saem de seus comícios carregados nos ombros. Em volta é festa, é histeria, são mulheres mandando beijos (os dois até que têm sex appeal) e homens do povo que choram de emoção (isso eu vi: eu estava no alto do palanque e vi gente do povo chorando quando Jarbas chegou).

"De novo a vitória do povo," diz o cartaz de Jarbas enquanto os da Arena falam em "ação e coragem" (?), "bom governador, bom senador" e coisas vazias do gênero. Não há dúvidas: PSD e UDN vão perder essas eleições porque o Brasil já não é mais do PSD e UDN, coisas que o próprio regime de 64 tentou acabar e, hoje, tenta recuperar como última

tentativa de escapar à derrocada. Todo o dinheiro, toda a demagogia dos candidatos arenistas não poderiam superar a campanha de Jarbas, longe, longe a mais bonita campanha feita nessas eleições.

A mais criativa. Não apenas pela peça de teatro antes dos comícios, pelas camisetas "Sem ódio, sem medo" vestidas por todas as crianças, pelas jingles que o povo canta nas ruas. Criativa até por uma galeria de arte onde artistas e colecionadores doaram trabalhos valendo de 2,5 a 10 mil cruzeiros — inclusive um Djanira — para um sorteio de rifas. Em algum outro lugar do Brasil houve tamanha mobilização, amalgamando dinheiro e cultura em favor de uma campanha?

Que Jarbas ganharia, era uma certeza. Que não seria fácil, também sabiam todos. Afinal juntaram-se todas as forças do antigo Pernambuco para tentar impedir essa reafirmação de um Pernambuco novo que nasce não nas usinas e engenhos dos Nilo e Cid mas nos mocambos e bairros populares inchados pelo "milagre brasileiro", que nessas eleições mostraram qual é o verdadeiro milagre brasileiro. O milagre da sobrevivência da mesma disposição de mudar, após 15 anos de ditadura.

Marcos Dantas.

ESPERTAS

Bancários vão fundo por renovação no sindicato

Contra o arrocho salarial, e a intransigência dos banqueiros, pela criação de comissões por bancos, por um sindicato dirigido pelos trabalhadores, independente e democrático, contra a atual estrutura sindical liderada pelo pelego Renê Renó por uma nova carta trabalhista elaborada pelos trabalhadores e por uma central única dos trabalhadores. Essas são, no fundo, as reivindicações da Chapa 3 — Renovação-Bancária, encabeçada por José Thiago de Souza Carvalho, do Banco do Brasil.

Dentro dos problemas específicos dos bancários, a classe ainda luta por um abono de 20%, redução da jornada de trabalho para seis horas. Segundo um dos diretores da Chapa 3, o pessoal que prorroga duas horas a mais além do expediente não precisa se apavorar, achar que vai perder dinheiro. Será considerado o tempo para que a reposição seja feita incorporando essas duas horas ao salário pleiteado.

A maioria dos 65 mil bancários, dos quais 20 mil são sindicalizados, estão convocados para darem os seus votos, no início desse mês nas 50 urnas que irão correr todos os estabelecimentos bancários da cidade.

Serão definidas, nessas votações, as próximas três campanhas salariais e todas as reivindicações feitas pela classe que está brigando para conscientizar grande parte dos bancários — descredenciada de seu sindicato que até hoje não conseguiu fazer com que os banqueiros pagassem os atrasados do Panelão.

Tim Lopes



PESSOAL DA IMPRENSA SÓ NÃO PODE É SER NOTÍCIA

Foi preciso que o sindicato tomasse a iniciativa para então os 1200 jornalistas cariocas pararem de martelar as máquinas de escrever, de fotografar, de telex e de telefotografar etc. por uma hora, na segunda-feira 20 de novembro, e descobrirem que seu primeiro grande obstáculo na luta pelo piso salarial de 5 mínimos são os próprios colegas em cargos de chefia. O movimento foi um sucesso. Quase nada se fez nas redações entre 17 e 18 horas e embora seja um período de tempo relativamente curto em relação ao horário de trabalho dos jornalistas (oito, dez horas), teve a importância de um ato inédito, refletindo a união que a classe vem tentando manter desde que se decidiu a derrubar o pelego José Machado, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio durante mais de uma década e finalmente derrotado nas eleições de meados deste ano.

A idéia da paralisação (batizada por João Saldanha como "estamos em silêncio para que nós ouçam") foi aprovada na assembléia geral extraordinária do dia 14 de novembro, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e determinava que ninguém falaria nem trabalharia entre cinco e seis da tarde de segunda-feira. As principais reivindicações dos jornalistas são: 20% de reposição salarial, a fim de cobrir os índices inflacionários manipulados pelo governo em sua política de arrocho ao trabalhador; piso salarial de 5 salários mínimos, uma vez que 80% dos jornalistas cariocas ganha abaixo de 4 mil cruzeiros mensais; e imunidade sindical para os representantes das redações, que

funcionam como porta-vozes diretos da classe junto ao sindicato.

A tomada de posição do sindicato dos jornalistas (ele que era dos menos representativos até bem pouco tempo) resultou de um trabalho iniciado dois meses antes, quando a nova diretoria passou a receber os jornalistas das diversas redações, uma de cada vez, para definir as reivindicações primeiras da classe. Isto feito, apresentou-se a lista ao sindicato patronal; o que obviamente não deu em boa coisa. Os patrões são Roberto Marinho, Chagas Freitas, Nascimento Brito e outros de menor destaque e, reunidos, fizeram uma contraproposta de "abono" de 10%. A diferença entre as duas porcentagens é evidente, mas há também uma longa distância entre abono e reposição, pois o primeiro será deduzido do percentual estipulado no dissídio da classe, em outubro.

Mas não foi necessário o sindicato brigar diretamente com os patrões: marcou a assembléia geral, estabeleceu a "hora de silêncio" e enfrentou a reação dos próprios colegas. Para dar uma idéia, somente na Bloch (*Manchete, Amiga, Gente, Ela* etc) os diretores da empresa apareceram na redação, intimando os jornalistas a trabalhar. Houve cenas simplesmente ridículas, como o diretor falando a um funcionário: "Depois você vem fazer dentadura por conta da empresa. Agora quer fazer hora de silêncio". E os colegas todos ao redor, ouvindo tudo sem poder cair na gargalhada. Adolfo Bloch, o presidente, chegou a passar mal do coração e ficou de cama no dia seguinte por causa da atitude

de seus empregados — que ele próprio classificou, na redação, de "fascista, anti-semita" etc e tal. Sem falar que o prédio da Bloch ficou cheio de policiais o dia inteiro, andando de um lado para outro como quem espera condução.

Excetuando a Bloch, a disputa pelo direito de protestar em silêncio envolveu apenas profissionais do jornalismo. No *Globo*, por exemplo, um editor distribuiu aos subordinados bilhetes em que pedia comparecimento maciço à assembléia no sindicato e recomendava que todos trabalhassem na hora do silêncio. Mas o melhor foi do maior salário da redação, que permitiu o silêncio de bocas, não o das máquinas. Em outras palavras, ele queria o que todo patrão sonha: todo mundo caladinho trabalhando, a produtividade a mil por hora.

No telejornalismo da TV Globo foi que houve pau violento, quando o representante do sindicato quase foi agredido pelo colega, assalariado, num posto de chefia na empresa, que o expulsou da sala aos gritos como se fosse o próprio dono da rede Globo. Fora este ataque, a emissora atrasou em meia hora o "Globinho".

A grande surpresa aconteceu nas redações de *O Dia*, *A Notícia* e *Última Hora*. Em todas elas os profissionais pararam, os delegados sindicais puderam acompanhar a paralisação e os chefes não se meteram. E, como não podia deixar de ser, houve o toque grotesco, por conta da *TV Guanabara* que foi entrevistar o presidente do sindicato justo na hora do silêncio.

Reporter

Guia para patrão agir em caso de greve

A Federação das Indústrias de São Paulo distribuiu a todos os sindicatos patronais uma espécie de guia, indicando como os empresários devem se comportar diante dos movimentos grevistas dos trabalhadores.

As principais instruções são as seguintes: No 1º dia — Distribuir um panfleto na entrada.

— Iniciar a greve, pedir aos grevistas, através da supervisão, quadro de aviso, folheto etc. (anexo 1), a volta ao trabalho até determinada hora (...). Informar que a empresa acompanhará o acordo a ser feito com o Sindicato e que as horas de greve não serão pagas.

— Não havendo o retorno ao trabalho, suspender os grevistas, como medida disciplinar, por dois dias.

— A suspensão deverá ser individual quando possível (anexo 1). Se não for possível deve ser feita de forma coletiva, através de distribuição de comunicado na saída da fábrica, desde que a greve esteja sendo feita pela maioria dos empregados.

— Sugere-se que a suspensão seja divulgada pouco antes do fim do turno. Na greve parcial, não sendo possível separar os grevistas dos não grevistas, suspender todo o grupo.

— Na suspensão coletiva corremos o risco de perdermos o processo na Justiça do Trabalho.

— Informar a DRT e Sindicato Patronal assim que estourar a greve na empresa.

No 2º dia — Não abrir as portas.

As empresas que trabalham 24 horas por dia deverão escolher o horário em que haja menor número de empregados na empresa para iniciar a operação de não mais permitir a entrada.

Simultaneamente, as empresas devem preparar serviços de emergência, compostos por pessoas de confiança, principalmente supervisão para manter em atividade equipamentos vitais (fornos etc.)

João de Barros

Ponto Frio Ladrão

"Lendo a reportagem sobre o Ponto Frio Bonzão, sirvo-me desta para denunciar que eles não roubam só à prestação. Vejam isso: comprei um relógio Orient no Ponto Frio Bonzão pelo preço de Cr\$ 3 mil, na loja da rua Uruguaiana, 134. Ao sair da loja, vi numa casa vizinha o mesmo relógio por Cr\$ 1.300,00. Aí, me grilei. Fui na casa do Ponto Frio do Meier, onde moro, e o mesmo relógio custava 1.390 cruzeiros. Viram o lance?"

Outro detalhe: na nota fiscal ao consumidor, colocaram Cr\$ 3 mil. Pra uma tal de Globex Financeira, colocaram Cr\$ 3.500, de onde calcularam os juros. Disso tudo resultaram 12 prestações de 413 cruzeiros, que importaria no final do pagamento, Cr\$ 4.956,00.

Voltei na loja da Uruguaiana e entreguei o relógio e o carnê ao senhor Domingos, supervisor de jóias do Ponto Frio Bonzão. Eu quis cancelar a compra, mas ele não aceitou. Deixei com ele o relógio, a nota fiscal e o carnê das prestações. Precisamente no dia 15 de setembro recebi uma carta de cobrança por parte do Departamento Jurídico desta firma. Já havia pago uma prestação. Fui lá e falei que era uma cobrança ilícita e eles disseram que eu teria que pagar duas prestações em atraso.

Eles, os ladrões desarmados de revólver, mas armados de táticas vis e mesquinhas contra o bolso do trabalhador brasileiro, tem a seu favor o Serviço de Proteção ao Crédito, o SPC.

Por que o governo não usa essas três letras acima e cria o Serviço de Proteção Consumidor". (Luiz Barbosa, Rio de Janeiro, RJ)

● Você deveria ter ficado com a nota fiscal, o relógio e todos os outros documentos e entrado na Justiça. Entre outras coisas, ao que parece, lojas sob a mesma razão social não podem ter preços diferentes para uma mesma mercadoria.

Beatle Club aparece

"Em resposta à carta publicada na seção de leitores, na edição nº 11, escrita por Davie Fortwerck Júnior, na qual procurou de maneiras absurdas e caluniosas atingir minha idoneidade moral, devo esclarecer aos beatlemaníacos brasileiros que não conheço, nem nunca foi membro de nosso clube o elemento acima citado. Neste primeiro ano de trabalho enfrentamos inúmeros problemas, mas nunca paramos e seu presidente jamais teve "moto zerinho".

No próximo dia 17 de dezembro, a partir das 14 horas, estaremos realizando o II Encontro do Beatles Cavern Club, na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, onde esperamos o com-

parecimento de todos, inclusive de Davie Fortwerck Júnior.

O Beatles Cavern Club foi fundado e coordenado por um grupo de jovens, que se dedicam com carinho e por diletantismo, em seus momentos de folga. Jamais visamos outros interesses, caso contrário não completariamos um ano de existência nem teríamos o apoio das gravadoras EMI/Odeon, WEA, Phonogram e Beverly.

Pra finalizar, queremos convidar os jovens beatlemaníacos do Brasil para, quando de passagem por São Paulo, visitar-nos em nossa sede, que fica na rua Cruzeiro, 435". (Luiz Antônio da Silva, presidente do BCC)

Governo cria e destrói Central de Medicamentos

Quando observamos a estrutura de distribuição gratuita de remédios no país, quando percebemos que ela é totalmente ineficaz, que ela não consegue alterar em nada a realidade triste da saúde de nosso povo, não conseguimos enxergar ali o feto abortado de uma experiência que poderia nos ajudar a recuperar a independência. Para que possamos entender melhor a Central de Medicamentos (CEME), remontemos a 1961.

Foi em 1961 que um grupo de médicos brasileiros, após analisar a problemática da terapêutica no país (estudando desde a produção das matérias básicas até a venda nas farmácias), pôde dimensionar mais claramente um quadro que é muito mais vasto, pois abrange, ainda, muitos outros setores da indústria. Lançaram, então, a idéia da formação do Grupo Executivo da Indústria Farmacêutica (GEIFAR).

Com as convulsões políticas do país, que se seguiram neste período, e, depois, com o golpe de 64, a idéia foi abandonada.

No governo Médici, em pleno "milagre", foi criada a Central de Medicamentos, com o propósito fundamental de fabricar e distribuir medicamentos e de se constituir um núcleo básico para o estabelecimento de uma indústria química de base.

Com a instalação dessa indústria de base, o país poderia recuperar sua dignidade não só no mercado farmacêutico, como também em uma série de outros que dependem da química de base.

A equipe inicial encarregada de montar o CEME procedeu, na ocasião, a um estudo profundo do assunto, isto já em 1971.

O problema inicial enfrentado pela equipe foi a enorme quantidade de medicamentos existentes no mercado brasileiro, cerca de 23 mil. Fizeram um receituário básico e constataram que pouco mais de 300 remédios diferentes são necessários para resolver qualquer problema de tratamento para qualquer doença, sendo que a variedade é devido principalmente à variedade de marcas para o mesmo produto e a existência de produtos inócuos ou ineficazes.

Nos países mais desenvolvidos, são lançados 12 a 14 produtos farmacêuticos novos ao ano. No Brasil há um lançamento a cada 35 horas. Na verdade, o número se mantém, uma vez que, no mesmo ritmo, produtos são retirados do mercado para serem relançados com outro nome. Isso se dá porque o controle de preços é muito rígido e se torna mais lucrativo retirar o produto do mercado e tornar a lançá-lo com o preço várias vezes maior, com modificações inócuas na fórmula, às vezes adicionando apenas água ou açúcar!

Em um segundo tempo, a comissão começou a estudar como obter, da melhor maneira, estes produtos. Percebendo que não poderiam contar com as multinacionais, resolveram incentivar o produtor nacional. Ainda assim, esbarraram nos laboratórios estrangeiros, que controlam o mercado de matéria-prima. Para contornar este problema, iniciaram um programa de pesquisa no Instituto Militar de Engenharia e montaram uma fábrica piloto em São Paulo. Propuseram ainda uma

estrutura na qual a CEME pudesse importar diretamente, senão as multinacionais passariam a superfaturar as matéria-primas e a atrasar a entrega, tornando impossível o desenvolvimento em escala industrial.

Nesta ocasião, os estudos já estavam quase saindo do papel e, então, começaram as pressões contra o grupo, movidas pelos laboratórios. A CEME percebeu que mesmo um governo ditatorial não era bastante forte para garanti-la e começou a conversar nos sindicatos e universidades. Isto passou a se tornar inconveniente para a ditadura, pois aumentava o campo de participação popular nas decisões políticas do país. Por outro lado, as denúncias que agora ouvimos sobre corrupção podem nos dar a supor um outro tipo de pressão.

O golpe final contra essa tentativa de soberania nacional se deu em 1974, já estando o país sob o mando do general Geisel, através de um estratagemas bem ao gosto tecnocrático dos grandes favorecedores do capital estrangeiro, tendo a CEME deixado de ser um órgão ligado à Presidência da República para ser vinculada a ministérios. Além disso, foi fragmentada, indo a parte da pesquisa morrer asfixiada no Ministério da Indústria e Comércio. A distribuição foi se prostituir no da Previdência Social.

A triste realidade da CEME espelha, hoje, a triste realidade de nossas universidades, da saúde de nosso povo, de todo o país, enfim.

Luiz Azar Miguez, Rio de Janeiro, RJ.

"Não me comprometa"

"Sobre a matéria publicada no número 11, nas páginas 22 e 23, com o título "Hospício faz lavagem cerebral," devo esclarecer o seguinte: como participante de um grupo que se denomina Movimento de Profissionais de Saúde Mental, cuja finalidade é denunciar as precárias condições de atendimento nos hospitais psiquiátricos, como as irregularidades, arbitrariedades, etc., além de tentar a proposta de alternativas para solucionar a crise da psiquiatria brasileira, não temos feito outra coisa até agora, pois achamos que este é o nosso dever. Contudo, nesta matéria há uma acusação de que dois médicos são do SNI e funcionam em seus hospitais como torturadores. Pela pouca clareza da redação parece deixar, para mim, a responsabilidade da denúncia. É importante que este jornal retifique

esta situação, pois eu desconheço os dois médicos acusados e não sei qual a fonte que este jornal encontrou para formular tal denúncia.

Há a necessidade de se esclarecer este mal entendido. Responsabilizo-me apenas por aquilo que eu falo, não pelo que os outros falam. (Paulo Duarte de Carvalho Amarante, Rio de Janeiro, RJ)

● Em momento nenhum da matéria foi dado a entender que a acusação partiu de você. Nas únicas duas vezes em que você fala, mencionamos seu nome. Se a acusação fosse sua, fatalmente sairia o seu nome. Portanto, não há com que preocupar. A matéria também não diz que os médicos são torturadores, apenas que são do SNI.

Havia deixado o voto na urna dois minutos atrás. Saiu do banco com um sorriso de tímida satisfação e acariciando os cabelos do filho que estava agarrado à sua perna. Votar lhe fizera bem. A última vez que votara foi numa assembleia dos marinheiros, em 63. Decidia-se a greve e a maioria foi a favor. Ao final, teve de abandonar a farda e desembarcar de vez. Daí porque, de saudade, sempre que podia, ficava na beira da praia olhando fixo pra dentro do mar. Acabou motorista de madame. Mas pro filho sozinha com o mar alto, os gritos no convés e a farra na cantina. Ia ser marinheiro que nem o pai. O garoto nem entendeu quando o pai se abaixou, se esqueceu do mundo e ficou a olhá-lo um tempão. O menino até riu do sorriso feliz do pai.

Era um dia especial e podia-se permitir uma extravagância: dois saquinhos de pipoca, um pro filho, outro pra ele mesmo. Deixou o garoto na calçada e atravessou em direção à carrocinha. Escutou um grito, mas nem teve tempo de virar-se. Teve a impressão que algo lhe havia atingido e sentiu-se como naquelas noites que ficava na proa pegando o vento salgado do mar. A faixa branca da pista ficou manchada de vermelho. Na mão esquerda a nota de dez cruzeiros. Nos lábios, ainda o mesmo sorriso feliz, que, agora, mais parecia de desafio, desdém e irreverência.

Tinha a impressão que falavam a seu redor: "...o ônibus vinha a toda...", "...o motorista conseguiu escapar...", "...a culpa foi daquela variante verde...". Por um momento compreendeu tudo — quando o filho lhe agarrou as pernas e pediu pra ir pra casa. Passou a mão pelos cabelos do garoto e teve vontade de bater continência ao futuro marujo. Sim, ia ser marinheiro como o pai. Ia ser do mar. Só que num país livre, sem injustiças. Pra isso tinha votado. (Zé Carlos Asbeg, Rio de Janeiro, RJ)

LEITOR/REPORTER

Atenção, leitor! Se você sabe de alguma sujeira que aconteceu no seu bairro, escola, emprego, escreva que a gente publica. Use o jornal como tribuna. Importante: as cartas devem vir com nome, assinatura e endereço.

Anúncio de emprego é a maior cascata

"Considero a maior sujeira existente nessa cidade, no que diz respeito a campo de trabalho, os empregos fictícios em anúncios constantes nos jornais de grande circulação. Os anúncios exploram e iludem as pessoas que precisam trabalhar e saem de casa de madrugada, com sacrifício, gastando dinheiro de condução, deixando, inclusive, de se alimentar, em busca de emprego.

Não sei, sinceramente, citar o nome das firmas que atuam neste sistema, porém aqui vai um endereço: avenida Rio Branco, 43/21º andar, Rio de Janeiro.

Eles fazem uma chamada de moças e rapazes para auxiliares de escritório, secretárias, tesoureiros, gerentes, coordenadores de serviços gerais, enfim, uma série de empregos inexistentes. Quando a pessoa chega lá, eles dizem que as vagas estão todas preenchidas e convidam o candidato a assistir a um curso de previdência (venda de títulos frios de seguro).

No início do curso eles prometem que as vagas vão reabrir e que, enquanto isso, os candidatos podem ir vendendo os títulos da firma.

Numa seguradora, é normal, em cada venda de título, o vendedor ficar com a primeira parcela do pagamento, o que não acontece nesta arapuca. A firma recebe o tutu todo e dá uma miserinha para o vendedor frustrado, que, na esperança de ficar com o emprego prometido, na maioria das vezes até compra os títulos ou acaba vendendo para os pais e parentes.

E quando volta com os títulos vendidos os ladrões dizem que ele é um excelente vendedor e que não deve perder tempo em ficar num escritório, trabalhando como auxiliar, secretário, tesoureiro ou gerente.

Daí, meu irmão, com essa o capiau desiste e puxa o carro sem emprego, sem dinheiro e desmoralizado. E os caras ficam lá, impunes, cuspidos no dedo e contando as pratinhas do Zé." (Dalberto Teixeira, Rio de Janeiro, RJ)

Ah, se eu fosse deputado

Se eu fosse deputado, alertaria o nosso Governo para a criação do Seguro Desemprego, para que o operariado tenha condição de sobreviver, quando perder seu emprego.

O governo incentivaria as diversas seguradoras existentes no Brasil a incluírem o seguro por motivo de desemprego, ou então estipularia um desconto de 8% nas folhas de pagamentos dos assalariados que quisessem fazer parte de tal seguro a favor do INPS, através de diversas modalidades de faixas de prêmios e capitais, de acordo com os salários dos empregados.

Para que se possa precaver de uma possível explosão demográfica de empregados, que forçariam as suas dispensas dos trabalhos, este benefício só seria pago ao empregado que tenha sido demitido do emprego sem justa causa, devidamente comprovado pelo demissionário, assinado por duas testemunhas

idôneas e visado também pelo Juiz competente, em declaração, com firmas reconhecidas em Cartório.

Este Seguro viria proporcionar um meio de vida mais condigna ao assalariado, que, poderia se manter substancialmente e à sua família, e teria um status sócio-econômico de maior relevância. Poderia aplicar este dinheiro na compra de uma casa própria ou, então, aplicaria na Caderneta de Poupança, caso não conseguisse algum outro emprego, tendo em vista a grande disputa atualmente no mercado de trabalho no Brasil, e, atenuaria de melhor forma as dificuldades no nosso meio social.

O referido seguro só seria pago uma vez, devidamente fiscalizado pelas autoridades competentes. Para que todos se beneficiassem, a minha opinião, seria que o próprio INPS se responsabilizasse por este seguro, estabelecendo uma taxa e cobertura de acordo com a faixa salarial de cada empregado. (Sebastião E. Santos, Arcos, MG)

● "Eu queria que vocês soubessem da sujeira que tá pintando por aqui. Faça questão que vocês saibam e publiquem a morte do pobre estudante que foi assassinado estupidamente por brutamontes impunes. Já houve várias manifestações populares, estudantis e o caso não se evidencia. Todo mundo aqui sabe quem foram os assassinos, mas as autoridades nada fazem em prol de um esclarecimento. Estou revoltado, como todo mundo. Já fizemos abaixo-assinado, Regina Duarte e o elenco do Santo Inquérito se solidarizaram e nada. Todo mundo sabe quem são os culpados, mas ninguém os coloca na cadeia. O pobre Jailton foi morto por ter cometido o crime de ter presenciado um crime do Esquadrão da Morte". (Sebastião Jorge Barbosa, Maceió, AL)

HOMOSSEXUAIS QUEREM SAIR DAS MANCHETES

Durante o mês de julho deste ano, o jornal **Notícias Populares**, desta capital, publicou sete manchetes de primeira página relativas a homossexuais envolvidos em atos criminosos.

O fato poderia ser negligenciado, considerando a conduta desse jornal: seria mais um caso de sensacionalismo, apoiado em um tema que — não por acaso — aumenta sistematicamente as porcentagens de vendas. Os fatos, além de confusamente narrados, são manipulados. Por exemplo, no dia 13 de julho uma janela da primeira página remete à matéria ("p. 16"), que simplesmente não existe. É pelo mesmo descompromisso que os acontecimentos são noticiados em meio a uma maré de considerações que identificam o homossexual com a imagem do criminoso. muitas vezes "de alta periculosidade" e, ademais, ridículo. **Notícias Populares** parece incumbido de "denunciar" tais ocorrências enquanto o jornal "sério" da mesma empresa, a **Folha de S. Paulo**, não faz menção dos mesmos fatos. Algumas camadas das classes médias poderiam considerar esse jornal como inofensivo, isto é, "ninguém" levaria a sério seu estilo jornalístico. Mas nós entendemos que a mentalidade veiculada por **Notícias Populares** é extremamente perigosa e reveladora da falta de ética profissional de quem nele escreve e de quem o financia. Com efeito, se muitos setores o desconhecem ou o tomam como literatura de humor, existe uma camada popular de relevância que o lê, o consome e acredita nele. É assim que nessas classes populares desenvolvem-se atitudes e preconceitos contra o conjunto dos homossexuais. Não dar a devida importância à veiculação incessante dessa ideologia preconceituosa, além de significar um desrespeito à ética profissional, é uma omissão que implica em consentimento.

Nós, que escolhemos uma

sexualidade discriminada por certos grupos repressores, somos marginalizados e condenados desde há muito tempo ao silêncio. Por isso constituímos um grupo social facilmente objeto deste tipo de explorações comerciais impunes, como a prática de tal jornal evidencia. Em nossos dias, a livre aceitação da própria sexualidade começa a ser encarada como um dos direitos humanos fundamentais. Também sabemos hoje que a homossexualidade não é uma doença a ser curada. A pergunta "Por que se é homossexual?" aparece tão irrelevante como a pergunta "Por que se é heterossexual?" E num momento assim que o procedimento do **Notícias Populares** pode ser compreendido como uma reação de defesa não casual, ainda que talvez não premeditada. Para os interesses de certos grupos é perigoso que camadas até agora reprimidas e/ou marginalizadas — mulheres, negros, homossexuais, índios — tomem consciência dos motivos da sua opressão. Essa espécie de pecado original a que estavam condenadas só foi criada para que "tudo andasse bem na sociedade". É também perigoso que nós, homossexuais, contestemos essa ideologia onde um ser (o macho) domina o outro (a fêmea) com uma finalidade (a reprodução). Nesse sentido, o homossexualismo torna-se duplamente "incômodo". Trata-se, com efeito, de uma sexualidade onde pretendemos que não exista um dominador e um dominado e cuja "finalidade" é estritamente lúdica. Sabemos que não será através de concessões parciais que esta realidade mudará. Ela mudará quando mudar o sistema todo.

Não é casual, portanto, que a ideologia exposta no **Notícias Populares** vise manter a imagem do homossexual-criminoso-trafficante-corruptor e, como se tudo isso não bastasse, doente, e doente que não quer "salar". (Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais)

Os homens estão de lama até o pescoço

“Os derradeiros instantes do governo Geisel estão mostrando um mar de lama inconcebível. E os que foram barbaramente torturados e mortos nas masmorras do DOI-CODI, do DOPS, da Polícia Federal? Sofreram essas barbaridades em nome de um falso moralismo? Parece que sim. Ai está o sr. Humberto Barreto, afilhado de Geisel, sorridente, impune, depois de

esvaziar os cofres da Caixa Econômica Federal, essa mesma Caixa que cancelou há 3 anos os empréstimos que eram feitos aos pobres funcionários públicos. Admirei a reportagem que vocês fizeram sobre a lavagem cerebral que fazem nos hospícios e casas de saúde. Tem mais: aposentaram muita gente como “alienados mentais” ou “epiléticos”, para se livrarem

de pessoas que não pactuavam com as patifarias nas repartições públicas. Essas aposentadorias precisam ser revistas. Esses servidores ficaram lesados em seus direitos, nos vencimentos. Enquanto os ladrões, os corruptos, os “democratas” tipo Wandick Londres da Nóbrega, Eremildo Viana et caterva, estão aí pintando de anjinhos”. (Luiz de Brito, Rio de Janeiro, RJ)

Em ação, a máfia da Sudepe

“Minha odisséia é triste e vergonhosa; sou vítima da máfia da Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, anarquia, digo, autarquia do Ministério da Agricultura). Em 1967, o meu contrato foi rescindido da Sudepe pelo fato de eu não querer roubar. Até a data de hoje desempregado, pois a máfia dificultou todos os meus passos, vivo, porque não dizer, de esmolas.

Tentando sobreviver honestamente, recorri até ao Comando

do 3º Distrito Naval e IV Exército. Cartas, petições, telegramas, publicações em jornais, dirigidas aos presidentes Costa e Silva, Médici, Geisel, a deputados, senadores, ministros, não adiantaram nada. O silêncio é total porque denunciei corruptos.

Finalmente, o presidente Geisel desmantelou a arapuca da Sudepe.

Saibam vocês que, de 1970 a 1973, por várias vezes procurei o *Jornal do Brasil* aí no Rio. Era atendido pelos repórteres, deixava

o material, porém nunca publicaram uma só reportagem, na época. Não sei que fim davam à matéria.

Passaram-se sete longos anos, contudo nunca parei de lutar. Luto com fé em Deus.

Finalmente “eu” comprovei (ficou comprovado) que a Sudepe caracterizava-se pela corrupção. Tudo tão lamentável.

Não fiz uma faculdade para roubar; nunca violei o sétimo mandamento da lei de Deus: não roubarás”. (Moysés Castanha Accioly, Tamararé, PE).

“E nfm vocês chegaram até nós, entre-

vistando três moradores do Vidigal. Éta lurgarzinho esquecido este aqui (principalmente pelas autoridades competentes, se é que existem).

Espero que vocês voltem outras vezes, e que façam reportagem sobre qualquer assunto aqui do local que, tenho certeza, são diversos: a

Associação dos Moradores, o trabalho por eles desenvolvidos e as muitas dificuldades encontradas. (José Alberto Moreira da Silva, Rio de Janeiro, RJ)

Alô Rodriguez, olha aqui outro freguês

“Prezado senhor advogado Antônio Rodriguez:

Meus parabéns para o senhor e para todos que esperavam ansiosamente por este momento, quando um homem tem peito e raça para enfrentar esta organização do Silvio Santos, de ladrões e assaltantes do Brasil inteiro. Não entendo como um governo aceita uma exploração deste tamanho. Eu mesmo perdi, na hora do falecimento do meu marido, uns Cr\$ 7 mil, com a ganância destas firmas de Silvio Santos.

Valeria a pena fazer um levantamento no país inteiro sobre estas irregularidades. Interessaria, também, chegar ao nosso conhecimento a verdade sobre as terras adquiridas por este homem no Amazonas e o que está acontecendo ali”. (Leanora Biskaff, Friburgo, RJ).

O advogado Antônio Rodriguez, entrevistado no número passado, está processando em São Paulo a Liderança e Capitalização, uma das firmas de SS.

Dê uma assinatura do REPORTER de presente de Natal.

CUPOM DE ASSINATURA

— Assinatura por 12 edições: 140,00
 — Envie cheque nominal ou vale postal para:
 Rua Miguel Couto, 134 - salas 1101 a 1104 - RJ - CEP 20.000
 Você pode assinar o REPORTER, a partir do nº 0
 Indique a partir de que número você quer sua assinatura..
 Nome:
 Profissão:
 Endereço:
 CEP:..... Cidade:..... Estado:





Publicidade só pra vaquinha de presépio

GEISEL PROÍBE ANÚNCIO NA IMPRENSA DE OPOSIÇÃO

O Gabinete Civil da Presidência da República, chefiado pelo general Golbery do Couto e Silva, recomendou a todos os ministérios, autarquias, empresas e bancos estatais que não publiquem publicidade e matéria paga nas revistas *Veja*, *Isto É*, nos jornais *Folha de São Paulo* e *Tribuna da Imprensa* e em todos os outros da imprensa alternativa, entre eles o *REPORTER* e até o *Boletim da ABI* (Associação Brasileira de Imprensa). A "recomendação", segundo informaram alguns dos funcionários do governo que a receberam, representa, na verdade uma proibição. Nenhum administrador se atreveria a desobedecê-la por saber que se trata de vontade direta do presidente Geisel. O sentido da proibição é enfraquecer os órgãos de imprensa que fazem oposição ao governo ou que, eventualmente, publicam matérias que o desagradam. No caso da imprensa alternativa, a

proibição tem ainda como consequência criar um clima de constrangimento para que até anunciantes particulares desistam de comprar espaço nas publicações que combatem o governo.

Fonte de uma empresa que recebeu no início de novembro a recomendação escrita, surpreendeu-se diante do espanto demonstrado pelo repórter com a proibição, dizendo que já recebera vários documentos iguais, mudando apenas a lista dos jornais e revistas: "de tempos em tempos eles atualizam a relação, incluindo publicações que os estão desagradando no momento e retirando outras que já caíram na sua simpatia. Agora o que determina essas variações, que lógica é essa, eu não sei. Eu só recebo a recomendação e pronto." Mas você não acha isso errado? Afinal, ao proibir publicidade em alguns jornais e revistas, o governo está concentrando suas verbas em

REPORTER

PRA NÓS NÃO SOBROU NADA MESMO

outros, o que representa uma forma de suborno?

— Não resta dúvida, é isso mesmo, respondeu o funcionário ao repórter. Só não entendo é a surpresa de vocês. Esta foi uma das fontes ouvidas. As outras duas, que confirmaram o recebimento da circular do Gabinete Civil da Presidência da República, informaram que ela incluía todos os jornais da imprensa alternativa, sem entretanto referir-se à *Veja* e *Isto É*. O diálogo entre o repórter e a fonte foi o seguinte: Vocês receberam a circular proibindo matéria paga nos jornais da imprensa alternativa, na *Folha de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *Veja* e *Isto É*?

— Recebemos. A lista é essa, menos as duas revistas que você mencionou.

Elas não constam da relação das proibidas?

— Não.

O repórter então voltou a procurar a fonte que mencionara as revistas e ela confirmou a presença delas na lista.

Conclusão: o governo não só abusa do seu poder econômico para pressionar a imprensa de oposição e favorecer a imprensa bem comportada, como manobra a tal listinha, incluindo em algumas publicações que, em outras relações enviadas a outros ministérios, não aparecem.

